



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXII - Nº 101 - TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Álvaro Dias – PSDB-PR <sup>(1)</sup>  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – PFL-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES  
  
**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<b>LÍDER</b>  VICE-LÍDERES  .....  <b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Valdir Raupp</b>  VICE-LÍDERES DO PMDB  Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	<b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b>  VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>LÍDER DO PT – 12</b> <b>Ideli Salvatti</b>  VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams  <b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Epitácio Cafeteira</b>  VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PR – 3</b> <b>João Ribeiro</b>  VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> <b>Renato Casagrande</b>  VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares  <b>LÍDER DO PC do B – 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>LÍDER DO PRB – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>LÍDER DO PP – 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>LÍDER</b> <b>Demóstenes Torres</b>  VICE-LÍDERES .....  <b>LÍDER DO PFL – 17</b> <b>José Agripino</b>  VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves  <b>LÍDER DO PSDB – 13</b> <b>Arthur Virgílio</b>  VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Álvaro Dias <sup>(1)</sup> Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Jefferson Péres</b>  VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>José Nery</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

(1) O Senador Álvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

### EXPEDIENTE

<b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2007

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 370, de 10 de maio de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de julho de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2007

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 371, de 10 de maio de 2007**, que “Acréscce parágrafo ao art. 6º da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de julho de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2007

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COMUNICADORA GRANDE RIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de julho de 1992, que renova por dez anos, a partir de 16 de janeiro de 1989, a concessão outorgada à Rádio Comunicadora Grande Rio Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2007

**Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MELEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 653 de 22 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Meleiro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2007

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária União para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERIOR FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564 de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga permissão à JR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Murici, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 180 de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Murici, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ECOLÓGICA DE RADIODIFUSÃO DE GUAIRAÇÁ - PR – ACERG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guairaçá, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 89 de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Ecológica de Radiodifusão de Guairaçá – PR - ACERG para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guairaçá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 133, DE 2007**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.351 de 5 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de junho de 1997, a permissão outorgada à Fundação Educacional União da Serra para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2007**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO SÃO BENEDITO DA LAPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 11 de setembro de 2006, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação São Benedito da Lapa para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 417, de 14 de agosto de 2003, que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS IRRIGANTES E PESCADORES DO CASTANHÃO - ACIPESCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 223, de 24 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Irrigantes e Pescadores do Castanhão - ACIPESCA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapajé, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 271, de 2 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária São Francisco para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapajé, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA UNIÃO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza de Goiás, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 22 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura União Santa Tereza para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE APOIO SOCIAL DO CONGO - ADECASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congo, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 390, de 17 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Apoio Social do Congo - ADECASC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congo, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROSA MÍSTICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estiva Gerbi, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Rosa Mística para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estiva Gerbi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS COMUNIDADES CARENTES DO MUNICÍPIO DE ANORI - SOBEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anori, Estado do Amazonas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 149, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente das Comunidades Carentes do Município de Anori - SOBEA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anori, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO BAIRRO SANTA CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmas, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCADORA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural de Comunicação Comunitária Educadora para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CLUBE FM DE CEILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceilândia, Distrito Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 22 de dezembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube FM de Ceilândia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceilândia, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE LIVRE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 25, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Rádio Comunitária Cidade Livre FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL, CULTURAL E COMUNITÁRIO DE SÃO GERALDO EM MINAS GERAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 509, de 8 de novembro de 2005, que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, Cultural e Comunitário de São Geraldo em Minas Gerais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CANDELÁRIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Brasilândia D'Oeste, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 283, de 18 de maio de 2006, que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Brasilândia D'Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 103ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE JULHO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Manifestação contrária à idéia de se dar ao presidente da República a possibilidade de convocar plebiscitos sem aprovação do Congresso Nacional..... 21939

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre o desgaste que vêm sofrendo os Poderes Legislativo e Judiciário. Apelo ao presidente Lula, no sentido de que tome a responsabilidade pela defesa da democracia..... 21944

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Apoio à atividade pesqueira profissional nas bacias dos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Rondônia..... 21947

SENADOR JOÃO PEDRO – Cobranças de maior rapidez no processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Homenagem a festa do boi-bumbá realizada em Parintins/AM e as agremiações culturais Garantido e Caprichoso..... 21954

SENADOR GILVAM BORGES – Satisfação com a aprovação, pelo Senado, do projeto que cria as zonas de processamento de exportação (ZPEs). ... 21956

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da aprovação de recursos pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que o Governo da Guiana possa construir a estrada que liga o Porto de Georgetown à fronteira com o Brasil..... 21959

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Relato da participação de S.Exa., na reunião do Parlamento do Mercosul, realizada em Montevideu, no Uruguai. Alerta para a situação do Acre, cujo meio ambiente já está sendo prejudicado pelo aquecimento global..... 21960

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Sugestão de privatização da Infraero como solução para a crise no setor aéreo do País..... 21962

##### 1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 297/2007, de 26 de junho último, comunicando a aprovação do Substitutivo daquela Casa ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569,

de 2006, na origem), cuja proposição foi enviada, naquela data, à sanção..... 21969

Nº 301/2007, de 29 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003 (nº 2.276, de 2003, na Câmara dos Deputados), cuja proposição foi enviada, naquela data, à sanção. .... 21969

##### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 28 de junho de 2007 e publicação em 29 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 379, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*..... 21969

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 28 de junho de 2007 e publicação em 29 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 380, de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*..... 21970

Recebimento do Ofício nº S/37, de 2007 (nº 18/2007, na origem), do Governo do Estado do Paraná, encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União – Ministério da Fazenda – PGFN, e da Declaração de Apoio firmado pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual. .... 21971

Recebimento dos Ofícios nºs 105 e 41, de 2007, da Câmara de Vereadores de Itajaí e da Coordenação-Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica, respectivamente, que manifestam-se sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366/2007). . 21971

##### 1.2.4 – Ofício

Nº 102/2007, de 27 de junho último, do Senador Jarbas Vasconcelos, encaminhando relatório de viagem, onde representou o Senado Federal na Missão Empresarial da Fecomércio/PE à República

Popular da China, no período de 30 de maio a 12 de junho de 2007..... 21971

### 1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 776, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando autorização para desempenhar missão no período de 13 a 31 do corrente, pelo Senado Federal, no XXI Jamboree Mundial comemorativo ao centenário do Movimento Escoteiro a realizar-se em Londres, entre os dias 27 a 30 do corrente. .... 21978

### 1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 103, de 2007 (nº 416/2007, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 3 a 5 do corrente, a fim de participar da Cimeira Brasil-União Européia em Lisboa, Portugal, e da Conferencia Internacional sobre Biocombustíveis em Bruxelas, Bélgica. (Anexada ao processado da Mensagem nº 416, de 2007). .... 21978

### 1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “*Genoíno, Palocci e João Paulo, a bancada do silêncio*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de março último. .. 21978

SENADOR CÍCERO LUCENA - Registro da matéria intitulada “*Entidades de consumidores reagem e criticam ministra*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de junho último. . 21979

SENADOR PAPALÉO PAES - Registro da matéria intitulada “*Sem terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 17 de abril último. . 21981

SENADOR FLEXA RIBEIRO - Registro da matéria intitulada “*Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de maio último. .... 21982

SENADOR SÉRGIO GUERRA - Registro do artigo intitulado “*Os meus nambiquaras*”, publicado na revista **Veja**, edição de 2 de maio último. Registro da matéria intitulada “*Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 31 de maio último. .... 21983

SENADOR MÁRIO COUTO - Registro da matéria intitulada “*Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de maio último. .... 21986

SENADOR MARCONI PERILLO - Registro da matéria intitulada “*Crescimento pode ser vôo de galinha*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de maio último. .... 21987

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o Relatório de Atividades, apresentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. .... 21988

SENADOR RENAN CALHEIROS – Considerações sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada pelo Senado em dezembro, dando impulso definitivo num dos setores mais importantes da economia. .... 21989

### 1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 3, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 21989

### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 - SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas no período de 1 a 29 de junho de 2007. .... 21995

### SENADO FEDERAL

#### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

##### 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

##### 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

##### 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

##### 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

### CONGRESSO NACIONAL

#### 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de julho de 2007

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem de inscrição.

V. Exª terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo; Senadores e Senadoras do Brasil; brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quarta-feira, à noite, atendi a um compromisso cultural e político a convite do extraordinário Senador Geraldo Mesquita.

Mas, neste Brasil, ô caro Presidente Luiz Inácio, sabemos que há pesquisas por aí em que Vossa Excelência está com um índice superior ao do período em que ganhou as eleições. Aprendi, Senador Papaléo, com Petrônio Portella, a não agredir os fatos, mas aprendi a estudar profundamente as pesquisas. Fui professor de Biologia, de Fisiologia e médico e, como tal, analisamos tudo. Realmente, Vossa Excelência, Presidente Lula, está com um índice de popularidade extraordinário, nem precisava fazer a pesquisa, a eleição mostrou isso. Aqui, não vou questionar o Bolsa-Família, chamado por alguns de “Bolsa-Esmola”, mas, Senador Papaléo, entre dois nordestinos, sou mais o “Rei do Baião”, Luiz Gonzaga, que dizia que “uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Luiz Gonzaga, o poeta salmista do Nordeste.

Sr. Presidente, Senador Papaléo, ainda há um outro fato, que ninguém contesta: estamos aqui para um debate qualificado, e cadê o PT? O PT, nós sabemos, levou este País a... Cadê o debate qualificado?

Há uma outra coisa muito interessante para a qual faço uma reflexão. Sei que posso ser uma voz solitária – Rui Barbosa foi voz solitária, defendendo a campa-

nha cívica; Joaquim Nabuco, brasileiras e brasileiros, ó raça negra, foi voz solitária defendendo os escravos, era sozinho –, mas, Papaléo, entendo de Medicina há 40 anos, e acho que a civilização, hoje, tem de ter uma família organizada e planejada, com paternidade e maternidade responsáveis. No entanto, no interior do Nordeste, uma gestante pobre, que não tem nenhum conhecimento, que vive no campo, quando dá à luz, recebe quatro salários mínimos, isto é, R\$1.400,00. Os países civilizados têm a família em alta conta. Rui Barbosa dizia que “a Pátria é a família amplificada”. Entendo que essa família tem de ser qualificada, não tem que ter quantidade. Então, esse estímulo está na contramão, Luiz Inácio! Sei disso mais do que Vossa Excelência! Sei que Vossa Excelência é o Presidente, sei que teve muitos votos, mas eu sei disso bem mais do que Vossa Excelência. As famílias interioranas, sem condições de planejar e educar seus filhos, estão proliferando. As mães, Papaléo, antigamente, não procuravam os hospitais para ligar as trompas. Hoje, elas dizem: “com esse menino, eu comprei uma televisão; com este que está na barriga, vou dar uma moto para o meu marido”.

É! Isso acontece há alguns anos! Está aí esse pessoal procriando, sem condições de educar os filhos. Não vejo futuro. É triste, sei. Sou otimista, mas...

Luiz Inácio, este é o debate qualificado, e não há nenhum de vocês. Estão aí todos os aloprados atrás dos DAS. Está saindo agora uma medida provisória...

Papaléo, trouxe a mídia. Como ela ataca os Parlamentares! Há dois artigos nessa mídia toda, o resto é “pau” nos legisladores. E não merecemos tanto assim. Não é assim, não. É o fim.

Que comece o Governo!

Papaléo, comprei uma passagem para Rio Branco, e, sem aviso, fomos levados para Manaus. Está uma zorra! Está uma zorra! Acabei chegando ao Acre, Sr. Presidente, e fiquei encantado. O povo é educado, não há um prédio público ou uma praça destruída ou um muro pichado. Compareci, então, à solenidade promovida pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, que lança livros, em estímulo à cultura. O nosso Senador mantém

um centro cultural, com biblioteca e com computadores para a mocidade, e lança livros.

Papaléo, fiquei encantado. Li *Amazônia dos Brabos*, de Archibaldo Antunes, um autor novo, que até parece fisicamente com V. Ex<sup>a</sup>, que conta a bravura do povo do Acre, mais ou menos como passou no seriado da Globo. O Acre é um Estado diferente. É como o Piauí. Ele foi à guerra para ter aquelas terras. Nós fomos à guerra para colocar os portugueses para fora.

O nosso próprio Senador lançou um livro, que estou lendo, *A Política ao Alcance de Todos*. Fiquei encantado com o lado cultural do Acre, com a população educada. Não se vê um prédio público pichado. Pelo contrário. Visitei a Assembléia, cujo Presidente é uma figura extraordinária, do PCdoB. Lá existem obras de arte que nunca vi, pintura de madeira em madeira, uma arte toda decorada.

Depois, fui conhecer o Estado da Senadora Fátima Cleide, Rondônia. Como eu estava próximo, fui namorar a Adalgisa lá. Vimos aquelas festas juninas e tudo.

Nem tudo está perdido, não. Os policiais foram lá... Eu não sabia, não tinha nem mercado, porque não era missão oficial, eu queria mesmo era conhecer, eu ia namorar lá. O Senador Expedito Júnior e o Governador nos receberam, e recebi dos policiais civis uma placa de homenagem, por estarmos atentos.

A imagem do político não está como estão dizendo. Com isso tudo, veio gente pedir autógrafo. Um Senador da República, no meio do povo, aplaudido, tirando retrato. Lá, vi a história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

É o brasileiro trabalhando. Em Rondônia, há um Brasil inteiro, com gente até do Piauí.

Li os jornais e revistas – viajei quarta-feira à noite e passei quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo –, e é grave o momento, Senador Papaléo, Senador João Pedro.

Dois feitos marcaram a minha vida. Eu estava no Maracanã e vi Geraldo Vandré. Foi uma confusão. Tom Jobim ganhou com *Sabiá*. O povo quis quebrar. Geraldo disse: “Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aqui para julgar, e eu, para cantar. Vamos cantar”. Pegou um tamborete e cantou: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”. Essa música mudou o País.

Senador João Pedro, venha para cá escutar. Acabei de falar em algo extraordinário. Senador Geraldo Mesquita, falo da situação política. Estou dizendo que não é assim, não. O carinho que recebi... E fui espontaneamente ao Estado de Rondônia. Dei autógrafos,

tiraram fotografias, recebi aplausos. Quer dizer, não é assim como estão falando. Aqui, há Senadores...

Há outro fato triste. Estava no Rio de Janeiro, no Maracanã, e nunca me esqueci. Era residente de cirurgia – residente, V. Ex<sup>a</sup> sabe, não tem nem aquele radiozinho – e tal, quando vi uma algazarra, uma vibração, aplausos. Eu não tinha um rádio de pilha, mas ali havia o que chamávamos “boca no mundo”: uns alto-falantes para noticiar os gols do Brasil naquele tempo. Senador Geraldo Mesquita Júnior, houve aquela confusão, aquela euforia, gritos. Pensei que Pelé tivesse feito um gol, em São Paulo. Sabem o que era? “Presidente Castelo Branco acaba de fechar o Congresso Nacional.” Houve festa – eu estava lá.

Ó Luiz Inácio atentai bem! Eu sei que o Presidente Chávez fez assim! Eu sei que o Presidente do Equador, mais esperto que ele, fez isso em seis meses. Há também a Nicarágua, a Bolívia...

Vamos embora, Senador João Pedro, para o debate qualificado!

Assim, essa imagem que estão fazendo dos congressistas é perigosa – o Senador João Pedro mostrou bom senso. Vi o que aconteceu naquela época. Hoje, a euforia não ficaria no Maracanã.

E não é verdade que... Estive com os cidadãos simples e comuns, andei em todas as ruas, no mercado público, e houve carinho do povo, respeitando a figura de Senadores. Depois, passei em Rondônia. Minha intenção era somente namorar Adalgisa, mas ganhei até placa, dei autógrafos, tirei retratos.

Então, a figura não é assim, não! Não é como estão querendo mostrar, não! Este Senado Federal tem o seu sentido histórico. O povo tem de parar para pensar. Em Cuba existe, está aí. Eu conheci Cuba, fui ao Congresso. Lá existe Congresso, eleição. E eles discutem: “Aqui, a democracia é melhor”. Lá existe eleição. Eu fui lá. Não há partido; cada um é votado. Agora, por exemplo, o Senador Papaléo Paes tem voto lá e é eleito. Terminada a eleição, ele vai para seu hospital e fica lá. De seis em seis meses, é convocado. São trezentos deputados. Fui ver a ata da eleição do Fidel: trezentos deputados, trezentos votos. O irmão dele: trezentos. E só ficam no Parlamento os três. O resto todo fica trabalhando. E há Congresso.

Hugo Chávez está aí. O mundo vê. O mais esperto deles é o do Equador, porque Chávez está no poder há seis anos. Está até devagar. O do Equador, em seis meses, já fechou, já cassou, ele mesmo, 19 parlamentares. Eles recorreram à Justiça, o juiz expediu uma liminar, e o Presidente mandou prendê-lo. Prendeu oito dos que queriam voltar, e nove fugiram para a Colômbia.

A Bolívia está aí. A Nicarágua está aí. O Brasil ainda está nesta democracia porque aqui é meio complicado. É complicado! Luiz Inácio, nosso Presidente, não tem certeza de que existe o Senado. O resto todo ele já tem, já botou no bolso.

A UNE. Certa vez, quando era médico residente, saí com todos os estudantes, cantando: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”. A UNE está comprada. Cadê a UNE? Ganhando dinheiro!

Então, a última resistência, brasileiras e brasileiros, é aqui. Este é um dos melhores Senados em 183 anos.

Em 1972, eu, com Elias Ximenes do Prado, conquistávamos uma Prefeitura, tomando da Arena, o MDB. É muita luta, e há gente de muita luta, mas só estão buscando o lado negativo.

Está aí o Rui Barbosa! Esta Casa é a última resistência democrática deste País. Eu fui representar este Congresso e falei sobre o perigo do Chávez. “Não, mas...” Olha lá! O da Colômbia foi rápido, em seis meses. Também o da Bolívia e o da Nicarágua. E Cuba é que comanda. José Dirceu é discípulo de Cuba.

Olha, que teve um problema, teve! Ninguém vai dizer que não teve. Que nós temos que ter a solução, nós temos, mas não é avacalhando todo mundo, não. É longa e sinuosa a estrada daqui. Eu cheguei aqui estudando e trabalhando; trabalhando e estudando; fazendo o bem sem olhar a quem. Minha cidade e meu Estado sabem. Sou neto do homem que foi o mais rico do Estado do Piauí – teve dois navios, fábricas no Rio de Janeiro e vendeu mais do que o coco carioca; botamos a Dunorte. Quarenta anos como médico, fui Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador duas vezes, e meu patrimônio está aí, a minha conta está aberta desde o meu primeiro cheque, que eu coloquei no Banco da Lavoura – nem existe mais, é o Real.

Geraldo Mesquita, figura que mais se assemelha a Rui Barbosa, porque tem fidelidade ao Direito, à justiça, eu sou um médico cirurgião – às vezes dá certo; Juscelino foi um médico cirurgião.

Mas esta Casa é a última resistência.

Eu soube que houve um discurso aqui dizendo que o Presidente devia fazer um plebiscito. Na Câmara, houve mais de um. Estamos atentos aqui. Essa é a nossa missão, a nossa coragem. Como ontem ouvi, na igreja, as palavras do Apóstolo Paulo: “Percorri, preguei, guardei minha fé e combati o bom combate”. Estamos aqui como o Apóstolo Paulo.

Se o Presidente da República fizer um plebiscito... O Hitler fez e ganhou todos. O Hitler sabia a história. Napoleão Bonaparte disse: “eu quero ser rei”, e foi rei.

Deram-lhe a coroa, e foi até um Bispo que a colocou na cabeça dele.

Então, um plebiscito agora? Não. Está aí o resultado. É porque tem que passar por aqui.

Em Cuba não existe? Na Venezuela não existe? Na Colômbia não existe? Na Bolívia não existe? Na Nicarágua não existe? Estamos caminhando no mesmo modelo, nós. Isto aqui não funcionava segunda nem sexta-feira. Eram poucos de nós.

Estamos aqui!

O Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu a ditadura Vargas, afirmou: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. Daí o nosso papel.

Senador Papaléo, tenho um *e-mail* ali, porque eu disse que ia ao Estado do Geraldo Mesquita, cobrando-me. Não conheço seu Estado. Tem a palavra Geraldo Mesquita, que quero parabenizar. Acabei de ler o livro. Esse seu escritor é bom. É Archibaldo Antunes, que escreveu o livro *Amazônia dos Brabos*. V. Ex<sup>a</sup> sabe daquela novela. A gente não tinha tempo para assistir àquela novela toda. Tem conteúdo, tem competência, essa é uma vocação. Acabei de gostar do Galdez, do Prado, que lhe sucedeu, não é?

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**  
– É verdade.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – E há a bravura daquele povo que luta e que trabalha, o seringueiro, que constrói um Brasil puro e decente. Gostei muito do seu Estado. Vi um povo educado, um povo bravo, aquela obra de arte que me lembrou a Itália do Renascimento de Leonardo da Vinci, de Rafael, a marchetaria. É uma arte extraordinária!

Concedo o aparte a esse Senador que faz um serviço educativo e cultural ímpar. Vou tentar imitá-lo no Estado do Piauí.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**  
– Boa tarde, Senador Mão Santa e Senador Papaléo, que preside esta sessão. V. Ex<sup>a</sup> estava falando de algo que deve prender a atenção de todos os brasileiros, V. Ex<sup>a</sup> estava falando do Poder Legislativo, que o povo brasileiro, durante muito tempo, na sua existência, lutou para manter altaneiro, digno do próprio povo, e que, hoje, sofre, por parte da mídia, Senador Mão Santa – não identifiquei ainda quais são os propósitos, mas eles não são saudáveis –, uma campanha sistemática de descrédito, de desmoralização. Como V. Ex<sup>a</sup> bem o disse, há fatos aqui desabonadores ao longo da existência do Poder Legislativo. Isso é verdade, mas o Poder Legislativo é algo de fundamental importância, não para mim, não para V. Ex<sup>a</sup>, não para o Senador Papaléo, mas para o povo brasileiro. Temo o raciocínio da exclusão do Poder Legislativo no cenário democrático brasileiro. É algo muito sombrio. Portanto,

perfilo-me, junto-me ao povo brasileiro nesta reflexão: o que está acontecendo? Será que é essa extensão toda? Será que o Poder Legislativo, de fato, é a Geni? Este Poder deve sumir do mapa? Penso que o povo brasileiro precisa ter a autonomia para refletir sobre isso, dissociado dessa enxurrada de críticas que se abateu, nos últimos tempos, sobre o Poder Legislativo, e pensar sobre o que o povo brasileiro quer de fato, porque isto aqui pertence a ele – não pertence a mim nem a V. Ex<sup>a</sup>. Mas creio que esse é um assunto que vai prender ainda a atenção de todos nós e do povo brasileiro durante muito tempo. Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer, de público, a V. Ex<sup>a</sup> a presença em meu Estado nesse último fim de semana. Fiz um convite a V. Ex<sup>a</sup> para que comparecesse a um singelo evento que promovemos na Capital do nosso Estado, Rio Branco: o lançamento de uma nova série de publicações editadas pelo nosso gabinete, com a contribuição expressiva da Gráfica do Senado, chamada *Biblioteca Popular*. V. Ex<sup>a</sup>, como disse há pouco, já leu o primeiro volume da coleção, um romance escrito pelo jornalista Archibaldo Antunes, do nosso Estado, que retrata a saga do nordestino indo para o Acre, para a Amazônia, cortar seringa. Retrata todo aquele drama, toda aquela epopéia que se desenvolveu durante quase um século em nossa região. V. Ex<sup>a</sup> compareceu ao evento. Aqui, faço um registro: a visita de V. Ex<sup>a</sup> me sensibilizou, porque é muito difícil, Senador Mão Santa, a gente se desviar da agenda do nosso próprio Estado. Quantas vezes já não fui convidado – por V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, para ir ao seu Estado – para ir a outros locais do País participar de eventos promovidos pelos colegas Senadores? E nos vemos privados disso, porque nossa agenda no Estado é muito pesada nos fins de semana. E V. Ex<sup>a</sup>, com enorme generosidade, dispôs-se a ir ao nosso Estado. O povo acreano gosta muito de V. Ex<sup>a</sup> – isso é verdade –, um dos Parlamentares mais lembrados por onde ando. V. Ex<sup>a</sup> compareceu, fez-se presente, foi à Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo do nosso Estado, fez uma visita, foi muito bem-recebido, andou pelas ruas da cidade. V. Ex<sup>a</sup> e eu andamos por lá, sem a preocupação com o fato de que pessoas do nosso País nos tentam apontar como vilões. Não somos vilões; somos pessoas decentes, pessoas de bem, e estamos trabalhando em prol do nosso País. As andanças que fizemos mostram exatamente isto: o respeito que a população tem por todos nós. Portanto, eu queria, aqui, Senador Mão Santa, em meu nome, em nome da minha equipe de trabalho, em nome de dezenas e centenas de acreanos que privaram da sua companhia no nosso Estado, na nossa Capital, dizer o nosso muito obrigado pela presença de V. Ex<sup>a</sup> em nos-

so Estado, abrilhantando aquela pequena solenidade, aquele pequeno evento, que, para mim, é de grande importância. Portanto, nossos agradecimentos a V. Ex<sup>a</sup> e à D. Adalgisa, que, em sua companhia, também se fez presente, conhecendo nossa terra e permitindo que o povo acreano, ou parcela dele, conhecesse V. Ex<sup>a</sup> pessoalmente. Meu muito obrigado!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos àquele povo, que nos deixou encantados com sua civilidade, com sua educação. Eu estava perto e falei a Odacir Soares que gostaria de conhecer Rondônia. O Senador Júnior, o Governador e o povo têm grande sensibilidade e me outorgaram aquela placa em Rondônia – isso não estava previsto, pois eu ia mesmo era conhecer o Estado –, como amigo que sou da Polícia Civil, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado, como defensor dessas idéias pelas quais lutamos aqui, Odacir Soares. Encantado com aquele povo da Amazônia, recebi essa placa de Cícero Evangelista Moreira, o Presidente.

Senador Papaléo, é um povo que trabalha e que nos faz acreditar no Brasil, no respeito aos políticos. Senti que nossa imagem não é essa que a imprensa está mostrando, tanto em um Estado como em outro. Odacir, sem merecer, fui convidado a dar autógrafos e a tirar retratos. Essa é a nossa imagem; não é o que estão querendo passar. *Errare humanum est!* Se há erro – isso é humano –, vamos corrigi-lo.

Senador Geraldo Mesquita e Senador Papaléo, a mídia massacra o Poder Legislativo. Qual o motivo desse massacre? O Poder Judiciário tem as cadeias para amedrontar! Falem! Existem as cadeias! O nosso Luiz Inácio tem a chave do cofre, tem o dinheiro! Quem vai falar do Executivo? Aqui, não temos isso, mas somos a salvaguarda dessas liberdades. Se este País ainda está assim, é porque eles temem a voz do povo e de Deus se manifestarem no Senado.

Eu já soube de discursos aqui – não ouvi, pois não estava presente – defendendo que o Presidente tenha o direito de fazer plebiscito. Se o Lula o fizer nessas circunstâncias, será rei e poderá até ter um lugar em qualquer igreja e ir para o altar. Mas isso tem de passar por aqui, e, aqui, muitos têm como exemplo Rui Barbosa. Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. E nosso compromisso é com o povo brasileiro. Somos o povo, somos o resultado do povo. Sei que o Presidente Luiz Inácio tem aqueles... Mas, se somarmos os nossos, não teremos menos do que ele. Somos a Pátria.

Eu queria dizer que, da mídia toda, nem tudo está perdido. Dois artigos eu saliento. Papaléo, houve aquele seu esforço tremendo como extraordinário Presidente da Subcomissão de Saúde, de que fiz parte



na Legislatura passada. Há um artigo de Adib Jatene: “Dengue, uma oportunidade perdida”. E eu disse, no Acre, do respeito que eu tinha por aquele Estado, o que aprendi de Sófocles, o primeiro ambientalista, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem. E falo da admiração que tenho por Adib Jatene, o maior médico vivo deste País. Deus me deu o privilégio de ajudar cirurgias no nascer da cirurgia cardiovascular do Brasil. Depois, quando governei o Piauí, ele, com sensibilidade, ajudou-nos a construir um pronto-socorro. Então, está aqui, Papaléo! Quantas vezes adverti sobre o dengue? Ele não é escritor, mas ele se debruçou sobre o assunto e fez um artigo completo, que não vai dar tempo de ler. Adib Jatene, 78 anos, cardiologista, professor emérito da Faculdade de Medicina, Diretor-Geral do Hospital do Coração, foi Ministro da Saúde do Governo Fernando Collor e do Governo Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, o melhor cirurgião cardiovascular. Faltou ele dizer apenas o melhor título que ele tem: filho do Acre. Ele é um brabo da Amazônia.

Ô Papaléo, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um trabalho extraordinário e está preocupado. O mosquitinho do dengue acabou em 1950. Oswaldo Cruz venceu o mesmo mosquitinho, que transmitia a febre amarela, e nosso Ministro está apanhando – e feio. Em Mato Grosso do Sul, há uma epidemia; no Piauí, estamos para ganhar a medalha de ouro. E ele mostra a gravidade do dengue hemorrágico, o índice de morte, a preocupação, e dá a saída: a CPMF, a Medida Provisória nº 29. Então, Papaléo, faça uma reflexão e convide Adib Jatene, o maior nome da Medicina do Brasil, para orientar esse Governo a vencer o dengue.

Fico até estranhando. Falei de Fidel Castro, mas o dengue lá acabou. E, na Colômbia, Papaléo, também apareceu o dengue por lá e acabou. Fico a meditar: será que é porque eles fumam maconha? Então, vamos fumar, porque lá acabou o dengue, e, aqui, essa doença não acaba.

Ô Papaléo, medite! Ô João Pedro, morreram cinco no último fim de semana em Teresina. O dengue hemorrágico matava em 4% a 4,5% dos casos e, agora, em 13,5%. Ou o vírus ficou mais potente, ou o hospedeiro ficou mais débil. O Papaléo começou a chamar a atenção para isso. Parabéns!

Há outro artigo a que gostaria de me referir e que tenho debatido muito aqui, Luiz Inácio. Ô Luiz Inácio, votei em V. Ex<sup>a</sup> em 1994.

João Pedro, nosso dinheiro não é capim. Ô cabra macho é este aqui: Ubiratan Iorio, economista. É interessante o que eu disse. Pergunto, João Pedro, se o Luiz Inácio não teme a Deus. Sei que ele está forte,

poderoso. Nunca houve um tão forte, e não vou agredir os fatos. Mas ele não é temente a Deus, não?

Ô Geraldo Mesquita, V. Ex<sup>a</sup>, que é homem de cultura, deve-se lembrar de Cervantes, de *Dom Quixote de La Mancha*. Dizem que é o livro mais lido depois da *Bíblia*. Dom Quixote de La Mancha, sonhador pela justiça, pelo dever do fraco, no fim, vira-se para Sancho Pança e diz: “Companheiro velho, vou premiá-lo. Vou dar-lhe uma ilha para governar, a ilha Bravatária”. Aí o caboclo velho, o Sancho Pança, diz: “Não posso, sou analfabeto”. E Dom Quixote disse: “Você vai ser governador de Bravatária. Eu quero, eu lhe dou. A ilha é minha. Você vai governar. Você é temente a Deus”. Isso é uma sabedoria. Ensinou Sancho Pança a governar. Digo isso em homenagem ao Centro de Cultura que V. Ex<sup>a</sup> fundou. Ele ensinou: “Arruma uma mulher decente para casar, seja honesto, não tenha preguiça, não beba muito, seja asseado, seja justo”. Ser justo é mais difícil. E disse mais: “Esqueci-me de lhe ensinar uma coisa: só não há jeito para a morte”. Ô Senado, aprenda: só não há jeito para a morte! Vamos sair desse rolo que esta aí! Então, vai-se embora e deixa ali Sancho Pança. E sabe que ele foi um bom Presidente, Luiz Inácio? Sancho Pança foi justo, humano, temente a Deus. Mas bate a saudade, e Dom Quixote volta, Papaléo. Aí ele diz assim: “E aí, Sancho Pança, como é esse negócio de governo?”. Ele responde: “É um golfo de confusão”.

Estamos vivendo esse golfo de confusão. Mas se lembrem de que ele disse que só não há jeito para a morte. Temos de dar um jeito nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, eu lhe concederei mais um minuto, para que V. Ex<sup>a</sup> encerre seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É o suficiente. Sr. Presidente, pensei que V. Ex<sup>a</sup> fosse me convidar para voltar ao Acre. Não era isso, mas está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex<sup>a</sup> é sempre bem-vindo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nosso dinheiro não é capim. E ele diz o seguinte: “Um avestruz pesa de 90 quilos a 150 quilos”. Lá deve haver avestruz; no Piauí, não há. Uma galinha não dá quilo e meio – pesa mais ou menos 1,3 quilo. Aí ele diz que avestruz come muito capim, e a galinha, pouco. Esse governo está um avestruz gigante. Eles contam as nomeações, citam o número exato que o Presidente Lula tem aqui. Eu dizia 24 mil, mas eles dão o número exato: 22.228, fora os que vêm. Bush nomeia 4,5 mil, e Lula nomeou 22.228. E está chegando a Sealopra. Cargo? Há cargo lá? Aí é que digo que ele não é temente a Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, peço-lhe que encerre seu discurso.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vi cargos serem criados aqui por medida provisória! Brasileiras e brasileiros, meus generais deste Brasil, coronéis, médicos, engenheiros e professoras, há gente que vai ganhar R\$10.488,00 por mês sem fazer concurso. É a porta larga – a que Cristo se referiu – da safadeza e da sem-vergonhice. São R\$10.488,00! Sou médico aposentado, tenho quarenta anos como cirurgião. Nem olho para o contracheque, que dá úlcera. Mando a Adalgisinha recebê-lo. É pouquinho!

És tementes a Deus? Dom Quixote disse que Sancho Pança o era. Não sei se Lula o é, estou em dúvida, porque, ao mesmo tempo em que deu aumento de 139% para esses aloprados que aí estão, deu apenas 3% para os funcionários. Isso é que pergunto. Meu amigo, Luiz Inácio, meu Presidente, Deus está vendo, é injustiça: foram 139% de aumento para esses aloprados nomeados pela porta larga e 3% para quem trabalha, para o funcionário. Isso não é justiça. Rui Barbosa disse: “Só há um caminho para a salvação, a lei e a justiça”. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Isso não é justiça! Então, está aqui o quadro.

E o artigo traz o seguinte: “Nosso dinheiro não é capim. Aumentando a máquina”. E quem paga é o povo!

Dou um conselho a todos nós: aqui, não somos um Poder, somos um instrumento da democracia para fazer leis, para falar pelo povo. O Executivo não é Poder, é instrumento do povo para trabalhar. O Judiciário também é um instrumento. O poder é do povo, que paga as contas e está sendo injustiçado. Ó Deus, salve o povo brasileiro!

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Mão Santa pelo pronunciamento, e o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo aparte. Cumprimento-os pela lucidez com que V. Ex<sup>as</sup> abordaram os assuntos que trouxeram a esta Casa.

Queria chamar a atenção para esse assunto, que é muito sério. Percebe-se a intenção de se desgastar o Senado Federal, visto que, acredito, já conseguiram atingir em cheio a Câmara dos Deputados. Agora querem atingir esta Casa, que seria o símbolo maior da democracia brasileira. Isso não é bom para o País, não é bom para a nossa democracia, não é nada saudável para todos aqueles que lutaram para conseguir que tivéssemos de volta no Brasil a liberdade que temos, principalmente aquela de que usufruí a imprensa brasileira. Essa liberdade se dá graças à democracia, se dá graças aos três poderes que funcionam: o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Poder Judiciário. A liberdade é o que caracteriza a democracia.

Como falou o Senador Mão Santa: no Equador, o próprio Presidente cassou dezenove mandatos. Entraram na Justiça, mas os oito que queriam voltar foram presos, e os nove que se safaram fugiram.

Chamo, portanto, a atenção para esse grande poder, o poder da imprensa, o poder do povo representado pela imprensa, que corre o mesmo risco que todos nós corremos na ditadura. Talvez os mais jovens não se lembrem, mas toda notícia que ia para os jornais, para uma revista, para ser comentada no rádio ou na televisão, tinha uma censura prévia. Eram censurados até determinados pseudônimos ligados a algum tipo de movimento. Artistas tinham suas composições vetadas, porque a ditadura, se avaliasse suas músicas como negativas para o sistema instalado no país, impedia que fossem divulgadas.

Os teatros eram vigiados, as peças eram submetidas à censura prévia para ver se eram aprovadas ou não.

Então, chamo a atenção para isso sim, chamo a atenção porque estamos vendo modelos de ditadura na América do Sul que nos preocupam. Está aí o exemplo da Venezuela e outros exemplos sendo seguidos nos quais a imposição do Executivo é clara e evidente.

Sou médico, a política aconteceu na minha vida por um acaso, nunca me preparei para ser um político e fazer parte de partido político, mas o exercício da Medicina me preparou muito bem para saber o que é o sofrimento do povo. Falo aqui em nome de um povo que me conhece, que me trouxe para a política partidária porque acredita e sempre acreditou no meu trabalho, trabalho feito com dedicação a esse povo que, reconhecendo-me, mandou-me para cá, para representar o meu Estado.

Acredito que os cientistas políticos, que estudam a política mais profundamente, tenham uma visão técnica e possam até elaborar o seu pensamento de uma maneira mais consistente do que eu o faço, mas tenho o direito, como cidadão, como homem que tem

54 anos de idade e que tem uma experiência de vida, de poder julgar, de dizer que temos plenas condições de olharmos para este quadro que estamos vendo e ficarmos temerosos. Por quê? Porque é nítido, é claro, é evidente que estamos todos sob fogo cruzado para sermos desmoralizados da mesma maneira que o Judiciário, que é o grande poder de sustentação e defesa do povo, está sendo levado a ser denegrido, a ser enfraquecido, a perder sua credibilidade diante do povo. E nós, políticos, que hoje estamos aqui defendendo os nossos Estados e as leis, estamos também sendo cruelmente atacados, pois desmoralizam não um, dois ou três que cometem seus erros e que precisam ser punidos, mas a Casa toda, o Congresso Nacional todo. E quem está sobrando desses ataques? O Executivo.

Senador Geraldo Mesquita – quero que todos os brasileiros prestem atenção –, nenhum Senador ou Deputado é ordenador de despesa. Não temos dinheiro passando por nossas mãos, não mandamos executar obra alguma, porque nosso dever é legislar. De repente, o Poder Executivo, que tem a chave do cofre, que tem o poder de dar mensalão e mensalinho, de comprar votos, de subornar, ou seja, de cometer o mesmo crime do subornado, passa incólume por todo esse processo.

Se estamos gozando de plena democracia, de direitos iguais, não entendo, sinceramente, por que a imprensa não consegue dar aos escândalos do Executivo o mesmo destaque que dá aos escândalos que envolvem a Câmara e o Senado.

Senador Geraldo Mesquita e Senador Mão Santa, todos os amigos dos amigos dos amigos do Presidente Lula, sem exceção – não existe exceção –, envolveram-se em escândalos financeiros. Não foram boatos, problemas particulares, pessoais ou de família, mas escândalos financeiros, ou seja, estiveram envolvidos com corrupção, ladroagem ou roubalheira. E a imprensa não dá o valor que deveria a esses casos tão importantes e, todos os dias, massacra, sem exceção, todos os representantes do povo no Congresso Nacional.

A imprensa é extremamente importante e necessária. Se não fosse ela, não saberíamos de todos esses escândalos. Mas peço à imprensa que seja democrática, faça com que o povo não seja teleguiado por uma meia dúzia e ouça o que está ocorrendo em todos os Poderes.

No Poder Executivo está a grande sujeira, porque é ele que tem condições de negociar. O Parlamentar elabora suas emendas, e o Executivo quem as libera.

É o Executivo que tenta subornar o Parlamentar, dizendo: “Vote com o Governo, que eu libero sua emenda”.

Senador, é muito séria a situação, é muito grave o que estamos passando. Não tiro da minha cabeça que, neste processo todo de desgaste do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, está o dedo do Executivo.

Quando acontecem escândalos no Poder Executivo, o Presidente da República responde à Nação que não sabia de nada. Senador Mão Santa, como V. Ex<sup>a</sup> não sabe que um amigo seu, que está numa sala grudada à sua, está fazendo falcatria? Pode-se até não saber, mas, com certeza, desconfia-se. O Presidente vai sempre dizer que não sabe de nada, fica fazendo suas festas, seus discursos, falando a voz do povo. Muito bem! Mas isso tudo está uma hipocrisia.

Presidente, não estamos levantando nada contra Vossa Excelência. Mas Vossa Excelência é conhecedor de que muitos dos problemas que o País passa é consequência da sua ausência nas rédeas deste País, é consequência da facilidade com que Vossa Excelência permite que este Congresso seja desmoralizado. Vossa Excelência mesmo, em algumas ações que pratica, desmoraliza este Congresso. Vossa Excelência desmoraliza este Congresso no momento em que o impede de legislar. Quem está legislando hoje é o Presidente da República, por meio das medidas provisórias.

As medidas provisórias impedem que esta Casa faça o trabalho estipulado pela legislação. E somos nós que permitimos isso. As medidas provisórias vêm para cá e aprovamos todas. Por quê? Já estão executadas. O que podemos fazer? Então, esta Casa tem de reagir.

Temos nossos problemas internos. Passamos hoje por uma grave situação, que deve ser resolvida internamente. A opinião pública precisa ter conhecimento de todas as questões, que devem ser mostradas com honestidade e com clareza.

Só quem sofre um problema como esse é que vai sentir. Ninguém se conforma com a injustiça. Não podemos condenar ninguém, porque parte da imprensa já condenou. Não podemos ser injustos! Hoje, vemos algumas ações, por exemplo, da Polícia Federal – e contarei um exemplo de arbitrariedade – que condenam cidadãos inocentes. Vou repetir o que já contei aqui. A Polícia Federal fez uma operação no Amapá. Gravaram um telefonema de um dos cabeças da corrupção conversando com uma senhora. Não sei se cito o nome. Vou citar. Falava com uma senhora chamada Ivani. Na segunda-feira, invadiram a Secretaria de Saúde e perguntaram quem era Ivani. Havia uma assistente social com esse nome.

A Polícia Federal entrou na sala dela e algemou a moça. Houve fotografias, filmagem, execração pública! Sabem o que tinha acontecido? A Sr<sup>a</sup> Ivani, que estava falando com um dos cabeças, tinha sido empregada

da casa dele e estava cobrando direitos trabalhistas. Ele tinha dito: “Mas eu já te dei 800. Na segunda-feira, você pega os 200 e estamos acertados”. Ele tinha pagado R\$800,00 na sexta-feira e ia pagar os outros R\$200,00 na segunda-feira. No entanto, eles foram à Secretaria de Saúde para pegar uma assistente social com o mesmo nome, que nem tinha falado com o cidadão! Conclusão: essa moça está condenada, diante da sociedade.

Se isso acontecesse com qualquer um de nós, estaria certo? Com os problemas que estão ocorrendo nesta Casa, não podemos condenar ninguém, sem ouvir todas as partes. Senão, seria injustiça. Não podemos deixar que o regime fascista seja representado por alguns poucos. O normal seria que se provasse que o cidadão cometeu um erro antes de ser preso, mas hoje, no nosso País, inverteu-se tudo: prende-se alguém, que tem de provar que é inocente. Não é a Justiça que tem de provar que ele é o infrator. Inverteu-se completamente o processo.

Então, volto a dizer que é nossa responsabilidade – nós que temos uma tribuna – é ficarmos atentos para verificar se não estamos sendo conduzidos para um regime político ditatorial, um regime político concentrado no Executivo, porque não é possível – volto a repetir – que, com todos os escândalos que já vimos e ouvimos de todos os amigos do Presidente da República, sem exceção, os que foram Ministros, Deputados, Chefes de Gabinete, todos eles envolvidos nas mais graves corrupções que já presenciamos em Governos desta República. A Imprensa procura chamar a atenção para coisas importantes como mensalão, mensalinho, problemas nesta Casa – e é nossa obrigação apurar e nós vamos apurar com clareza, com seriedade e com justiça.

O fato é que desviam e generalizam, como se todos nós aqui fôssemos pessoas sem moral para representarmos o nosso povo. Quem nos conhece são aqueles que convivem conosco. Se nos mandaram para cá, isso significa que eles confiam em todos nós. E aqui cada um tem o direito e a obrigação de cumprir seu dever. Aqueles que erram têm de ser punidos, sem exceção. Mas não vamos cometer injustiça de dizer que 81 Senadores são pessoas irresponsáveis. Não vamos cometer injustiça! Vamos ser honestos com todos, justos com todos, porque esta Casa é que sustenta a democracia no Brasil. Esse ensaio de desmoralização do Poder Legislativo e do Poder Judiciário nos preocupa muito, principalmente diante do comportamento do Sr. Presidente. Parece que não está acontecendo nada e, de repente, diante dos poderes desmoralizados, ele faz o discurso demagógico e popular: “E agora meu povo,

sobrou eu e vocês. Como é que nós vamos fazer? Vamos nos unir? Vamos governar a sós este País?”

Aí vai ser a desgraça de uma Nação rica, próspera e que nos dá orgulho.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo, hoje, segunda-feira, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento sobre o qual o País tem de fazer uma reflexão. V. Ex<sup>a</sup> simboliza a figura do Senado. V. Ex<sup>a</sup> é médico, tem uma esposa médica, uma família bem construída, chegou aqui sem gastar um tostão, como eu. É longo e sinuoso o caminho, Geraldo Mesquita. V. Ex<sup>a</sup> anda de peito aberto na sua cidade. Eu só vi aplauso, respeito e admiração. Senador Papaléo, o último imposto de renda que eu fiz foi com José de Aragão, irmão desse Renato de Aragão. Geraldo Mesquita, quando terminou, ele disse: “Mas, Mão Santa, você está mais pobre do que quando entrou no Governo?” Aí um adversário faz uma acusação...e nós temos 64 anos. Fui Secretário de Saúde de um dos maiores municípios do Piauí, Parnaíba. Fui Prefeito, Governador, e tive todas as contas aprovadas, como V. Ex<sup>a</sup>s. Leiam ao menos a Bíblia: “Não julgueis para não serem julgados”. Ter um momento de reflexão. V. Ex<sup>a</sup> representa o Senador. Aqueles que não conheceram e que não leram Rui Barbosa, o médico que faz o bem sem olhar a quem, que chegou aqui sem comprar um voto. Tenho aqui um *e-mail* de Daniel Andrade, chamando-me de Senador Mão e Voz Santa. Ele sugere que quando eu for a sua cidade leia dois livros, de Elson Martins, escritor e jornalista acreano, e Daniel de Andrade-Gaia, intitulados *Um Novo Mercado Velho* e *Amapá*. Senador Geraldo Mesquita, quando vi o Chávez meter o pau no nosso Senado da República... Papaléo, não falaria do Amapá sem ouvi-lo. Geraldo Mesquita, não falaria do Acre sem ouvi-lo. Como é que Chávez esculhamba o Senado da República sem ouvir o irmão querido dele, Luiz Inácio Lula da Silva?! Ô, Luiz Inácio, eu sou mais sofrido e mais vivido do que Vossa Excelência, fui Prefeitinho, Governador do Estado. É muito estranho como Chávez, que é irmão dele, mete o pau no Senado da República. Eu iria falar da Câmara de Vereadores do Acre, ou do Amapá sem ouvir V. Ex<sup>a</sup>s? V. Ex<sup>a</sup> falaria da Câmara de Vereadores da minha cidade? É muito estranho. Há uma programação. E, aqui, brasileiro e brasileira, nós somos os últimos bravos do Brasil. Este País pode ser Cuba, este País pode ser Venezuela, este País pode ser Equador, Bolívia, Nicarágua, todos com o mesmo ideal. Aqui já houve discurso que Lula podia fazer um plebiscito, e se ele fizer, com essa máquina, se ele

quiser ser rei, ele consegue. Napoleão foi, Hitler foi ditador. A gente sabe como funcionam essas coisas. Então V. Ex<sup>a</sup> faz a advertência. Eu acredito ainda. Ô, Luiz Inácio, sei que você disse que não gosta muito de ler, mas peça um filme de Mitterrand. O Gilvam Borges é um companheiro que lê. Então, no seu último livro, Mitterrand – já moribundo, com câncer – disse: “Quero deixar um conselho aos governantes – atentai bem, Luiz Inácio, Mitterrand, que, durante 14 anos, governou a França onde nasceu a Liberdade, Igualdade e Fraternidade – é fortalecer os contra-poderes.” Seria o Executivo fortalecer o Legislativo. E Vossa Excelência não nos deixa mais fazer uma lei. Vossa Excelência está ajudando nessa avacalhação. Desconfio de como o Chávez ia ousar falar do Congresso, Vossa Excelência, que, como todos sabem, é companheiro dele. O negócio está muito feio. Olha, eu li na mídia – nem sei, Gilvam Borges, mas isso não se faz – que um Deputado, e nem conheço, está sendo acusado porque, na fábrica dele, num açude, morreu um homem afogado. O sócio dele já foi julgado. Não há nada, porque foi logo o juizinho da cidade. Tem até acidente de carro aparecendo. Eu saí porque a minha suplente é minha mulher. Que pecado é esse?! Foram contingências políticas! Eu tinha um irmão Deputado Federal; queriam candidatá-lo, e eu não quis me chocar. Que coisa! Está sendo muito violento! Brasileiras e brasileiros, os últimos bravos que estão a defender a democracia somos nós no Senado. Esta Casa nunca funcionou às segundas-feiras e às sextas-feiras em 180 anos! Começou conosco! Como disse o Senador Papaléo Paes, são três as missões do Senado: fazer leis boas e justas – se não estamos fazendo é porque o Executivo não está deixando, entupindo-nos de medidas provisórias; controlar o Poder Executivo e os outros – estamos sem força; e a outra é o que o Senador Papaléo Paes está fazendo, como disse Teotônio Vilela, Parlamento é falar, é resistir, falando, e falar, resistindo.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero solicitar a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que é um homem reconhecido como um grande lutador, pela recomposição democrática deste País, que tome responsabilidade, para que sejam preservados os Poderes que sustentam a democracia. Se existe qualquer má intenção do Senhor Presidente, solicito à imprensa brasileira que avalie muito bem os fatos, para ver se não está sendo influenciado por forças que não querem a democracia no País viva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com prazer, Senador Papaléo.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Fátima Cleide, que representa Rondônia com muita dignidade nesta Casa.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada pela generosidade de suas palavras, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, sexta-feira, dia 29 de junho, foi o Dia de São Pedro, o apóstolo pescador e padroeiro dos pescadores. De norte a sul deste País, pescadores artesanais enfeitam seus barcos, fazem procissão a São Pedro e festejam em suas comunidades. Em todas as tradições brasileiras, é dia de agradecer e alimentar esperanças: esperança de fartura para a comunidade, de segurança no mar e nos rios para os pescadores e para os ciclos de vida que os sustentam.

Esse personagem tão importante na cultura brasileira desde cedo aprende que o equilíbrio da natureza é também o equilíbrio do homem, sabe cuidar e entender a natureza e precisa que todos façamos o mesmo.

O dia 29 de junho, Sr. Presidente, é Dia do Pescador, embora ainda não o seja oficialmente, pois tramita neste Congresso Nacional projeto de lei que propõe este reconhecimento.

Ao pescador artesanal – àquele que traz dos rios, dos lagos ou do mar o alimento para sua família e abastece nossas feiras, garantindo o seu e o nosso sustento com equilíbrio e dignidade –, dedico minha homenagem e o pronunciamento que faço hoje.

Pessoalmente, sou nascida e criada nas beiradas do rio Madeira, um dos rios mais piscosos do mundo, que atravessa, farto e forte, minha querida Porto Velho, a capital de Rondônia. E, por isso mesmo, Sr. Presidente, senti-me profundamente gratificada quando relatei, na Comissão de Meio Ambiente deste Senado Federal, o projeto de lei da Câmara, de autoria do Deputado Koyu Iha, que dispõe sobre a política pesqueira nacional e regula a atividade pesqueira no Brasil – e aguarda aprovação do Plenário do Senado Federal.

Regulamentação importantíssima, feita com todo zelo, para dar suporte à política desenvolvida, também com todo zelo, pelo Governo Federal desde 2003, a partir da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – hoje, sob gestão do Ministro Altemir Gregolin, a coordenar uma política de Estado que acredita no pescador artesanal como importantíssimo agente do desenvolvimento, responsável e sustentável, a partir de nosso imenso potencial pesqueiro, seja de água doce ou do mar.

Sr. Presidente, desde que foi criada, a Seap articulou, junto a diversas instituições financeiras, a cria-

ção de linhas de crédito específicas para a pesca e para a aquicultura, como forma de recuperar um setor importante da nossa economia, que sofria décadas de abandono. Agora, a Seap aprimora mecanismos, como o Pronaf-Pesca e outros, de modo a facilitar o acesso dos pescadores profissionais artesanais aos financiamentos, ampliando o número de beneficiados.

Porém, Sr. Presidente, na vida dos pescadores nem tudo são flores. Mais uma vez, meu Estado, Rondônia, pede socorro; mais uma vez, vitimado pelo ganancioso interesse da desenfreada exploração madeireira e pela expansão dos monopólios do agronegócio do gado, da soja e de outras monoculturas voltadas pela à exportação de larga escala. Desta feita, em prejuízo, justamente, Sr. Presidente, dos pescadores profissionais tradicionais de Rondônia, uma tradição de equilíbrio ambiental, de sustentabilidade social e econômica, que atualiza culturas milenares e seculares, garantindo segurança alimentar no presente e no futuro.

Sr. Presidente, os pescadores de Rondônia denunciam uma situação bastante grave, que, lastimavelmente, dá-se também nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Roraima e Tocantins.

Rondônia, a partir do advento da Lei Estadual nº 1.729, de 19 de abril de 2007, integra o grupo de Estados brasileiros que escolheu restringir a pesca profissional artesanal e investir na pesca amadora e esportiva, ligada à indústria do turismo. Creio que uma coisa não inviabiliza a outra. Porém, da forma como foi feita, a pretexto de poupar estoques pesqueiros, impedindo a atividade pesqueira profissional, extermina-se uma das mais antigas atividades extrativistas do País, gerando insegurança alimentar, desemprego e exclusão social, sem resolver as verdadeiras causas dos recursos pesqueiros.

Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, recebi diretamente das mãos dos pescadores das bacias dos rios Guaporé e Mamoré, em Rondônia, uma carta em que denunciam os efeitos da ação da lei estadual, que restringe a pesca profissional naqueles rios, e pedem providências em seu socorro – e peço que a carta seja transcrita na íntegra como parte deste pronunciamento.

Em função do tempo, Sr. Presidente – e não gosto de abusar do Regimento –, apresento aqui um pequeno trecho da carta dos 700 pescadores artesanais ligados às colônia pesqueiras de Guajará-Mirim, Pimenteiras do D'Oeste e Costa Marques:

Embora as autoridades governamentais de Rondônia queiram colocar a pesca artesanal como responsável pela eventual escassez de pescado (não comprovado cientificamente), vários fatores contribuem para que a pesca sofra um excesso de esforço

– fatores esses não ocasionados pelos pescadores artesanais:

- Pesca predatória praticada por elementos não pertencentes à classe;
- Desmatamento de mata ciliar;
- Intensificação do uso de agrotóxico nas lavouras [que escorre para os rios, poluindo as águas e matando os peixes];
- Pesca amadora sem controle efetivo dos órgãos institucionais [responsáveis].

Denunciam ainda que, nos feriados prolongados, assistem, impotentes, a centenas de barcos a motor, oriundos de outros Municípios e de outros Estados, em plena pesca ilegal, capturando quantidades muito maiores do que os dez quilos permitidos por dia naquelas águas.

Os pescadores, Sr. Presidente, dizem que têm buscado, em vão, solução junto ao Batalhão Ambiental da Polícia Estadual. Assim, sentem-se duplamente lesados: por não poderem pescar para o sustento de suas famílias e por não terem estrutura para impedirem a pesca indiscriminada.

Os “antes” pescadores, que “antes” eram profissionais, descendentes diretos de uma das mais belas e antigas tradições de nossa região, de um dia para outro são transformados em desempregados, marginais e potenciais contraventores – impotentes diante da degradação daquilo que sempre foi o sustento digno e seguro de milhares de famílias.

Objetivamente, o fechamento da pesca elimina, da noite para o dia, uma categoria profissional com décadas de organização e êxito socioeconômico crescente, gerando um verdadeiro caos na comunidade daquele Município, fazendo com que pescadores prestes a se aposentar tenham seus benefícios suspensos.

Do mesmo modo, pescadores que contraíram empréstimos junto ao Basa perdem toda condição de quitar seus débitos, além de afetar negativamente todo o comércio dos Municípios.

Sr. Presidente, tudo isso se dá em consequência de uma lei criada pelo Deputado Alex Testoni e sancionada pelo Governador Ivo Cassol, num prazo recorde de 50 dias, atropelando aspectos importantes do processo de construção de uma lei:

- sequer passou pelo exame da Comissão de Agricultura, nem pela Comissão de Meio Ambiente, que são as instâncias técnicas da Assembléia Legislativa para apreciar matéria dessa natureza;
- não houve participação das comunidades afetadas na elaboração da lei;

– não houve participação do Ibama nem da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que já haviam se manifestado contrários ao impedimento à pesca artesanal profissional naquela região.

Tudo isso foi feito para substituir uma atividade sustentável por outra insustentável; para substituir centenas de pescadores tradicionais por turistas; para concentrar nas mãos de poucos a renda que sempre foi naturalmente compartilhada entre muitos – e muito pouca, por sinal, Sr. Presidente! Além de tudo isso, extrapolou-se a competência estadual, pois se legisla sobre bens da União, na medida em que os cursos d'água a que se refere a lei estadual atravessam as fronteiras de Rondônia, compartilhando território boliviano, ou seja, são águas binacionais. O Estado de Rondônia, portanto, não pode produzir leis sobre esses bens.

Essa lei estadual é, por tudo isso, inconstitucional e ilegítima.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, do ofício da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca dirigido ao Ibama e subscrito pelo Sr. Chefe de Gabinete da Seap, destaco a seguinte manifestação:

(...)

Ressaltamos a importância desse assunto, pois a proibição acontece em áreas limítrofes entre Brasil e Bolívia, que, em nosso entendimento, estão sob competência federal. A referida lei é arbitrária, pois, sem consulta prévia ou mesmo subsídios técnicos que justificassem tal proibição, a mesma prejudica a Pesca Profissional em detrimento da Pesca Amadora.

A clara extrapolação de competência efetivada com essa lei estadual, certamente, deverá ser corrigida por medidas judiciais, como a apresentação de ação direta de inconstitucionalidade pelos órgãos competentes, conforme definidos na Constituição Federal, como a Procuradoria-Geral da República.

Quanto aos instrumentos de proteção do meio ambiente, ainda cabem instrumentos legais, previstos em nossa Constituição Federal e já regulamentados em lei ordinária, como a ação popular, o mandado de segurança coletivo e a ação civil pública. E deverão ser acionados todos esses instrumentos, pois os benefícios econômicos da pesca amadora ou esportiva, do modo como se quer implementados a qualquer custo, não pagam a exclusão social dos pescadores artesanais destituídos das bases de sua sustentabilidade.

Em situação de insegurança alimentar e de ruptura cultural, comunidades de pescadores se transformam em grupos de contraventores, desenvolvendo atividades predatórias e ilícitas, como resultado da gestão contaminada pela cobiça do lucro em curto prazo.

Especialmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte, impedimentos à pesca têm levado à exploração madeireira, à caça e a monoculturas voltadas para a exportação, que não duram muito tempo, requerem forte investimento e sustentam bem apenas alguns poucos.

Assim, a exclusão social dos pescadores continentais, por meio de impedimentos arbitrários de uso do espaço, do recurso e das práticas da atividade, tem conexões com movimentos e interesses bem maiores e de baixa sustentabilidade, geralmente dependentes de capitais voláteis, que não ficam em Rondônia. Por outro lado, essa situação também deflagra conflitos que têm levado a várias formas de violência explícita, inclusive a assassinatos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a nossa solidariedade à sua luta, a nossa parceria na solução dos seus problemas é a melhor homenagem que podemos fazer aos pescadores em seu dia.

Nesse sentido, quero garantir aos pescadores artesanais profissionais dos rios Mamoré e Guaporé, os quais me entregaram aquela carta-denúncia, que o Governo Federal, por meio do Seap e do Ibama, e a Bancada Federal do PT em Rondônia estamos cientes e comprometidos com o irrestrito apoio ao restabelecimento das condições de legalidade e sustentabilidade da atividade pesqueira profissional nas bacias dos rios Guaporé e Mamoré.

Sr. Presidente, peço que seja anexada ao meu pronunciamento a carta-denúncia a mim dirigida pela Colônia de Pescadores Z-2/RO de Guajará-Mirim.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, ainda tem tempo. Eu a atenderei, de acordo com o regimento, mas se quiser ler a carta, ainda dispõe de sete minutos.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Agradeço, Sr. Presidente, mas já li aquilo que é fundamental nessa carta.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

## COLÔNIA DE PESCADORES Z-2 RO GUAJARÁ-MIRIM

### CARTA ABERTA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE GUAJARÁ-MIRIM, COSTA MARQUES E PIMENTEIRAS D'OESTE

Os pescadores artesanais que exercem suas atividades nas Bacias dos Rios Guaporé - Mamoré, vinculados as Colônias Z-2 de Guajará Mirim, Z-3 de Pimenteiras D'oeste, e Z-4 de Costa Marques vem junto a comunidade Guajaramitense, aos senadores federais Fátima Cleide e Valdir Raupp, aos representantes de Entidades Sociais, aos vereadores municipais e prefeitos de Pimenteiras D'Oeste, Costa Marques e Guajará-Mirim repudiar veemente a Lei N° 1.729 de 19 de Abril de 2007 publicada no Diário Oficial de Rondônia N° 0742 de 24/04/2007, que extinguiu a classe de pescadores vinculados a Colônia de Pescadores Z-3 de Pimenteiras D'oeste e retirou o sustento de centenas<sup>de</sup> pescadores humildes e seus familiares.

A referida Lei elaborada pelo Deputado Alex Testoni e sancionada pelo Governo Ivo Cassol em tempo recorde inferior a 50 dias não obedeceu os mínimos critérios legais e éticos a saber:

-Não passou pela Comissão de Agricultura e Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, setores primordiais para legitimar a Lei;

-Não houve qualquer participação da comunidade pesqueira de Pimenteiras D'oeste, na elaboração da Lei;

Não houve participação do IBAMA e Secretaria Especial Aquicultura e Pesca, órgãos ligados diretamente ao setor e que já se manifestaram totalmente contrário ao fechamento da pesca.

-a referida lei foi elaborada de forma unilateral para atender interesses políticos e pessoais do Deputado Alex Testoni e pessoas ligadas ao Governo Estadual.

-a elaboração da lei teve participação exclusiva da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM; que não possui um quadro técnico especializado.

-a lei não obedeceu ao que preceitua a Lei da pesca N° 1038 de 22/01/2002.



a Assembleia Legislativa utilizou-se de uma pseudo audiência pública na localidade de São Carlos Negrão, localizada em uma reserva Estadual onde a pesca é proibida, para tentar invalidar a referenda. Não houve participação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR que através de estudos no Vale do Guaporé, comprovaram que a pesca artesanal não compromete os estoques pesqueiros. Não levou em consideração o fato do Rio Guaporé, ser um Rio internacional e com legislação específica.

### BREVE HISTÓRICO DA PESCA ARTESANAL DO VALE DO GUAPORÉ E MAMORÉ

A Bacia do Rio Guaporé / Mamoré envolve dois rios principais: Guaporé e Mamoré e dezenas de outros rios importantes: Cabixi, Escondido, Santa Cruz, Corumbiara, Mequém, Rio branco, São Miguel, Cautário, Pacaás Novos e outros, Atingindo uma extensão de 1800 KM aproximadamente, neste trecho estão localizadas 03 colônias de pescadores:

COLONIA	Nº DE PESCADORES CADASTRADOS	EMBARCAÇÕES	POPULAÇÃO ENVOLVIDA
Guajará Mirim Z-2	400	200	2500
Costa Marques Z-4	170	80	2200
Pimenteiras D'oeste Z-3	130	70	1800

A Colônia de Pescadores de Guajará-Mirim, abastece os centros de Porto Velho e Rio Branco, possui uma sede própria onde mantém cursos regulares de capacitação aos pescadores e familiares, fábrica de gelo que atende a comunidade pesqueira e um mercado de peixe que abastece a cidade. O setor pesqueiro é responsável pelo sustento de dezenas de famílias que vivem da revenda do pescado e serviços autônomos ligados ao setor.

A Colônia Z-2 foi fundada em 1982, sendo uma das representações sindicais de maior destaque do município.

A Colônia Z-3 de Pimenteiras do Oeste foi fundada em 1985, sendo a responsável pela origem do plebiscito que originou a cidade de Pimenteiras, sendo o primeiro prefeito eleito oriundo da classe pesqueira. A Colônia possui uma Fábrica de Gelo com capacidade para 04 toneladas, sede própria, que durante a década de 80 á 90 foi considerada o melhor prédio da cidade, sendo utilizado atualmente pela Câmara Municipal.

A Colônia Z-4 de Costa Marques foi fundada em 1987 possuindo sede própria, fábrica de gelo para 04 toneladas, flutuante e sendo a única do interior com câmara frigorífica para 70 toneladas.

A produção da Colônia dos Guapeas atingiu em 2006, cerca de 10,7 toneladas, sendo responsável em 70% da parte pela geração de renda que os moradores da região recebem dos municípios.

### COMENTÁRIOS

Embora autoridades governamentais queiram colocar a pesca artesanal, como responsável pela eventual escassez de pescado (não comprovado cientificamente), vários fatores contribuem para que a pesca sofra um excesso de esforço, fatores, estes não ocasionados pelos pescadores artesanais:

- Pesca predatória praticada por elementos não pertencentes a classe.
- Desmatamento ciliar nas margens dos rios.
- Intensificação do uso agrotóxico nas lavouras.
- Pesca amadora sem nenhum controle efetivo pelos órgãos institucionais.

Há de se registrar o episódio acontecido em Pimenteiras do Oeste no período de 07 à 10 de junho decorrente, onde segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-3 e vários pescadores foram identificados cerca de 200 voadeiras oriunda dos municípios (Vilhena, Colorado, Pimenta Bueno, Cacoal e outros), exercendo a atividade de pesca ilegal, pois não observavam a quantidade máxima de peixe a ser capturado (10 kg /dia), Embora a diretoria da Colônia tentasse uma solução junto ao Batalhão Ambiental, nenhuma atitude foi tomada. Estima-se que cerca de 08 toneladas de pescado saíram de Pimenteiras do Oeste, sem qualquer tipo de controle durante os 03 dias de feriado prolongado. Há de se registrar que foram consumidos dois mil litros de gasolina no posto, o que comprova nosso relato.

Os pescadores se sentirem lesados duplamente: por não poder pescar para o sustento da família e por não ter amparo legal para impedir a pesca indiscriminada.

Estes fatos reais exigem que as autoridades constituídas tomem providencias no setor da pesca, a fim de evitar que pescadores artesanais sejam sinônimos de marginais.

O fechamento da pesca em Pimenteiras do Oeste extermina uma classe de pescadores artesanais com 22 anos de existência

acionando um processo nos casos na comunidade, impedindo que precatórios possam se apresentar e abater seus benefícios suspensos, podendo se comprometer com precatórios junto ao BASA não tenham a infeliz condição de quitar seus débitos, além de gerar um impacto econômico negativo que afetará todo o comércio em Fimenteras.

Guajará-Mirim – RO, 16 de junho de 2007

Amir Nasser

Caro Senador Amir Nasser,  
Bom dia!

Deveria ter sido entregue  
ao Senador Amir Nasser  
o pedido de concessão de  
licença para o Sr. Nasser

Wagner Plastec

Valdecir do Carmo Leite

Presidente do Conselho  
de Administração

por favor, por favor, por favor

o pedido de concessão de licença para o Sr. Nasser

por favor, por favor, por favor

Amir Nasser

*Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores, vejo que está inscrito o Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores no grandioso Estado do Amazonas e a quem chamo para usar da palavra.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem direito de usar a tribuna por 20 minutos, mas não cortarei sua palavra.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, morei no Pará durante parte de minha vida: passei sete anos no Município de Alenquer.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> esteve no Acre, nesse final de semana? Que bom! Esteve no Acre e em Rondônia?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Fui conhecê-los.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Faltou o Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Estou aguardando o convite de V. Ex<sup>a</sup>, de Geraldo Mesquita e de Expedito Júnior.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está convidado a conhecer aquele belo Estado da nossa Federação.

Sr. Presidente, aqui, ouvi dois pronunciamentos acerca da conjuntura política, acerca do tratamento dado ao Congresso Nacional, principalmente ao Senado da República, pela mídia e pela opinião pública. É verdade que algumas abordagens, principalmente de alguns articulistas, generalizam, e isso é perigoso. É verdade também que há prejulgamentos. E é verdade também que, no Senado, no Congresso Nacional, precisamos ter uma postura mais célere para responder. V. Ex<sup>a</sup>, que é médico, sabe que, em alguns momentos, devem-se fazer cirurgias de emergência, às vezes até sem anestesia. Então, o Senado da República precisa responder. Estamos, há três semanas, sem responder à denúncia feita pela revista *Veja*. Precisamos respondê-la.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – que não é uma CPI, embora, às vezes, seja tratado como se o fosse – tem competência limitada, mas precisa responder se houve ou não quebra de decoro, sob pena de ficarmos emparedados pela opinião pública e pela mídia. E não precisamos disso! Precisamos responder, ir ao mérito da questão, analisá-la com celeridade e pronto. Vamos caminhar!

É evidente que a democracia do nosso País e a sociedade brasileira têm um diferencial das outras so-

ciedades latino-americanas. Então, fico tranqüilo. Temos maturidade, a sociedade tem maturidade, a sociedade civil tem um papel importante, a imprensa tem um papel importante. Penso que os problemas apontados não vão deixar de merecer uma resposta firme do Senado da República, mas quero dizer: penso que o Senado está demorando. Sou membro do Conselho de Ética, entrei nesse processo na condição de 1º Suplente. Precisamos acelerar e responder, imediatamente, à questão posta em discussão no Conselho de Ética, o que é fundamental.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero saudar, hoje, o Brasil dos folguedos juninos. Esse é o Brasil da tradição, da cultura popular e da valorização de aspectos peculiares do dia-a-dia desta tão diversa Nação. As festas juninas expressam a força criativa do povo, seja no agradecimento ou na crítica social cáustica. Elas expõem as raízes do Brasil, pois representam, em sua grande maioria, o caldo cultural que consolidou a identidade brasileira. Não bastasse a força cultural, que, por si só, é merecedora do reconhecimento desta Casa, as festas juninas, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte, transformaram-se em eventos turísticos de visibilidade nacional e internacional, geradores de renda e de melhoria da qualidade de vida para as camadas mais pobres da nossa população.

Há, portanto, um Brasil que pulsa mais forte em junho. É esse País, entre muitos outros, que o Brasil precisa descobrir melhor, como já conhece o Brasil dos carnavais e o Brasil do futebol.

Somos, Sr. Presidente, habitantes de um País que escreve sua formação social e cultural nas trocas dos hábitos e costumes de povos de origens diversas. Por isso, afirmo, sem medo de cometer exagero: somos um País de identidade invejável, pois nos unimos não por um, mas por diversos ícones culturais.

Devemos nos orgulhar dessa riqueza. É esse sentimento de altivez que conduz o arraial gigante de Campina Grande, na Paraíba; a festança de Caruaru, em Pernambuco; o coco de roda de Arapiraca, em Alagoas; o forró pé-de-serra baiano, que ocorre no terreiro das fazendas do interior do Estado. No Maranhão, são os festejos do bumba-meu-boi que dominam a quadra junina, enquanto, no Amazonas, no meu Estado, o boi-bumbá é a manifestação cultural popular de maior vulto. Existem milhares de folguedos juninos por este Brasil afora. Certamente, a todos presto minha homenagem por intermédio dos que acabo de citar, com toda ênfase para o boi-bumbá parintinense, que se alimenta do imaginário das populações tradicionais das florestas e dos rios amazônicos.

A cidade de Parintins, minha terra natal, está localizada à margem direita do rio Amazonas, a 325

quilômetros de Manaus em linha reta. Possui cerca de 70 mil habitantes, mas, na última semana de junho, tem sua população duplicada pela presença de turistas brasileiros e estrangeiros. Há 42 anos, os parintinenses promovem um festival de folguedos juninos, cuja atração principal são os dois bois-bumbás Garantido e Caprichoso. A bandeira do Garantido ostenta as cores vermelho e branco, e a do Caprichoso exibe as cores azul e branco. As duas agremiações culturais reúnem, juntas, mais de 8 mil brincantes, que atraem para o Bumbódromo, uma arena a céu aberto, 30 mil pessoas, 30 mil espectadores, 30 mil participantes.

Parintins conquistou visibilidade, graças à força criativa do seu povo, que deriva da cosmologia amazônica, que estrutura suas relações sociais cotidianas, por meio de atitudes e de gestos que levam em conta o equilíbrio ambiental. Não poderia ser diferente, Sr. Presidente: a Amazônia é a região que abriga o maior número de povos indígenas. Só no meu Estado, um vasto território de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, existem mais de 200 mil índios distribuídos em 200 etnias. A Amazônia também se expressa na população cabocla, nos coletores de produtos da floresta, nos migrantes, nos habitantes das metrópoles e das pequenas cidades ribeirinhas.

Essa festa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, tornou-se, ao longo dos anos, uma referência das culturas amazônicas na mídia nacional e internacional. Afinal, o que se vê nessa ópera é uma amostra do imaginário amazônico, que desfila nas alegorias, nas fantasias, nos adereços, nas toadas e nos gestos dos brincantes e das brincantes dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço licença para anunciar a presença do extraordinário ex-Senador Odacir Soares, cuja passagem nesta Casa engrandeceu a história do Senado.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – O boi-bumbá, que se desenvolveu em Parintins, é uma herança dos migrantes nordestinos, principalmente dos maranhenses, povo que difundiu esse folguedo pelo Brasil afora na versão bumba-meu-boi. Na Amazônia, a brincadeira incorporou elementos indígenas. Em Parintins, esse processo de hibridização cultural destacou-se pelo aperfeiçoamento técnico e artístico voltado para um espetáculo de arena.

Sr. Presidente, essa festa tem a grandeza e a importância da Amazônia e do Brasil. Os bumbás Garantido e Caprichoso, por sua vez, reverberam, no desenvolvimento do espetáculo que encenam, a necessidade de a humanidade compreender que a Amazônia possui uma sociodiversidade diferenciada, importante para a ecologia do planeta. São mensagens e apelos que ganham generosos espaços na mídia nacional e

estrangeira, que atingem formadores de opinião, direta e indiretamente. Neste ano, mais de 100 veículos de comunicação do Brasil e de outros países solicitaram credenciamento para cobrir o evento. Governadores, Ministros, embaixadores credenciados no Brasil e executivos de companhias brasileiras e multinacionais assistiram a esse belo festival. De tudo isso, podemos concluir que os espetáculos encenados por Garantido e Caprichoso são, hoje, uma grande vitrine de idéias e de produtos, assim como é o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro na Avenida Sapucaí.

Aproveito a oportunidade para reverenciar também o carnaval carioca, símbolo de brasilidade, que, há menos de uma década, contrata artistas parintinenses, os quais, na folia momesca, também têm se destacado pelo nível técnico e criativo. Aliás, são os artistas, essas figuras de mentes iluminadas, os grandes responsáveis pela explosão de cores e de idéias por este Brasil afora.

Sr. Presidente, o festival de Parintins aconteceu no fim de semana último, na sexta-feira, no sábado e no domingo. Hoje, segunda-feira, quero aqui anunciar o vencedor do festival – há poucos minutos, encerrou-se a apuração –, que foi a Associação Folclórica Boi-Bumbá Caprichoso.

Quero registrar também que o festival recebeu a visita da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, na oportunidade, visitou a cidade de Parintins e assistiu à primeira noite do festival, o que mostra a vitalidade e a originalidade dessa festa popular, o compromisso com essa festa do povo, a importância de Parintins na política de turismo para a nossa região. É uma manifestação grandiosa! Penso que essa festa se equipara à maior das festas da nossa região, que é a festa religiosa de Belém, a Festa de Nossa Senhora de Nazaré. Belém tem essa grande festa, e Parintins, essa cidade bonita na margem direita do rio Amazonas, também faz sua grande festa. Então, registro, com muita alegria, a presença da Ministra Marta Suplicy nessa festa.

Gostaria de dar os parabéns ao Presidente do Boi Caprichoso, Carmona de Oliveira Filho, presidente campeão desse festival. Também registro nomes importantes: os ex-Presidentes Joilton Azedo e Dodó Carvalho; a Prof<sup>a</sup> Odinéia Andrade, estudiosa que é; e a empresária Márcia Baranda. São pessoas que participam diretamente do Boi Caprichoso.

Do Boi Garantido, cito o atual Presidente, nosso Presidente Vicente de Matos, vice-campeão deste ano. Cito o ex-Presidente José Walmir, além de pessoas como Dé Monte Verde; Fred Góes, grande poeta; Chico Cardoso; Telo Pinto e Edjander, pessoas importantes do nosso Boi Garantido.

Menciono também artistas que fazem essa festa: Inaldo Medeiros, Carlos Paulaim, Tadeu Garcia, José Carlos Portilho, Emerson Maia, Demetrius Haidos, Paulinho do Sagrado, Paula Perrone, Chico da Silva – esse grande mestre da composição popular das toadas –, Audison Leão, Juarez Lima, Emerson Brasil, Karu Karvalho, Gil Gonçalves, Cansanção, Wandir Souza, Jair Mendes, Teco Mendes, Júnior Souza, Marialvo, Roberto Reis, Júnior Paulain, Israel Paulain, Ito, Amarildo, Jairzinho Mendes, mestre Peara, Arlindo Júnior, David Assaiag. Enfim, são extraordinários artistas que fazem essa grande festa.

Estendo minha homenagem também aos fundadores do Festival Folclórico de Parintins: Raimundo Muniz, já falecido, Xisto Pereira e Lucinor de Souza Barros.

Lembro os fundadores da festa: os irmãos Cid, do Boi Caprichoso, e Lindolfo Monte Verde, do Boi Garantido.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de encerrar minha participação nesta tribuna, conclamo o Brasil a voltar-se, com maior altivez, para suas festas populares. Cabe ao brasileiro, a meu ver, estimular, por meio de políticas públicas, o fortalecimento das festas populares, pois elas exprimem a compreensão de que vivemos num País multicultural.

Essas são, Sr. Presidente, minhas palavras, enaltecendo e reconhecendo – chamo a atenção do Brasil – essa manifestação do povo simples de Parintins, que faz essa festa que deixou de ser de Parintins, para ser orgulho do povo brasileiro!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, realmente, V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz, ao descrever o carinho com que o povo nordestino revive o folclore, o bumba-meu-boi e as quadrilhas juninas, não só em Campina Grande e Caruaru, Pernambuco, mas no meu Piauí, em todo o Nordeste.

Estive presente em Rondônia, atendendo a um convite do Senador Expedito Júnior e do Governador Ivo Cassol, e lá fiquei emocionado com a apresentação de quadrilhas estilizadas, modernizadas, que diferem um pouco das do Nordeste e do bumba-meu-boi. E um dos oradores queria comparar – agora vi – o brilho e a grandeza dessas festividades folclóricas às da sua cidade natal, Parintins.

Então, sem dúvida nenhuma, reviver essas festas é um motivo para recordar a tradição e a bravura do povo brasileiro.

V. Ex<sup>a</sup> é do Amazonas, foi um lapso, mas tudo ali é Amazônia. Emocionado eu estava, porque acabei de ler o livro *Amazônia dos Brabos*, escrito por Archibaldo Antunes, com prefácio do nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex<sup>a</sup>, os filhos do Pará, do Acre, de Rondônia e de Roraima. Só não conheço o Amapá, mas vou ceder a palavra ao ilustre Presidente Gilvam Borges, representante daquele Estado.

Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup>, do PMDB do Amapá, é o próximo orador inscrito. Regimentalmente, tem o direito de usar vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra do ilustre representante do meu Partido no Amapá.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi aprovado, no dia 27, neste plenário, o projeto que cria no Brasil as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE). Chegam-nos com 20 anos de atraso.

O meu querido amigo e líder incontestado, correligionário, Senador pelo Amapá José Sarney foi quem editou a legislação para as ZPE, quando era Presidente da República, dezenove anos atrás. Aliás, vieram dele, não por acaso, as mais contundentes manifestações de alegria com a aprovação das ZPE nesta Casa.

Sarney garante – e eu acredito – que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma capacidade competitiva que a China apresenta hoje caso as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) já estivessem funcionando a pleno vapor.

Quando uma idéia é uma força poderosa, resiste ao tempo – ensina o Senador Sarney, ao observar que, mesmo com atraso, as ZPE agora devem tornar-se realidade.

Por essa razão, aliás, José Sarney recebeu homenagens de vários Senadores, que salientaram que essa é uma estratégia que favorece o desenvolvimento do País como um todo e não apenas essa ou aquela região. Afinal, na China, as ZPE geram produção da ordem de US\$1,7 trilhão, cerca de 70% do resultado da economia do país.

As empresas que se instalarem em ZPE terão 20 anos – com possibilidade de renovação por períodos sucessivos – para usufruir os incentivos tributários previstos, desde o momento em que o respectivo projeto seja autorizado. A medida vale para a quase totalidade dos tributos e das contribuições federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Fundo de Investimento Social (Finsocial) e o Programa de Integração Social (PIS).

As ZPE abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos, sob a condição de que destinem a maior da produção ao mercado.

Serão instaladas ZPE no Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Pará, Ser-

gipe, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As Zonas de Processamento de Exportação, as ZPE, proliferaram pelo globo nos últimos vinte anos. Foram mecanismos de desenvolvimento e geração de emprego em economias tão diferentes quanto Estados Unidos, China, Índia e Alemanha. Ao todo, 116 países adotaram as ZPE.

No mundo inteiro, segundo dados do International Labour Office (ILO), já são mais de três mil zonas do gênero.

Nesse tipo de distrito industrial, empresas focadas no mercado externo operam num ambiente livre de impostos para a importação de insumos e exportação da produção.

Para que V. Ex<sup>as</sup> tenham uma idéia, na China as ZPEs foram criadas em 1978. Dezenove anos depois, em 1997, já eram 124. Nesse período, as exportações chinesas cresceram 25 vezes, passando de US\$10 bilhões para US\$250 bilhões.

Em 1988, quando a legislação das ZPE foi aprovada, empresários paulistas estiveram à frente da resistência ao programa. À época, o temor dos paulistas era a repetição do “efeito Zona Franca de Manaus”, com a transferência de empresas instaladas no Estado para zonas especiais em outras regiões do País. A preocupação, porém, era descabida. Pela lei, os benefícios da ZPE só podem ser aplicados para novas empresas, constituídas especificamente para esse fim.

Existem, repito, aproximadamente três mil ZPE ou mecanismos similares em 116 países, gerando 37 milhões de empregos. Os países mais ativos na utilização desse instrumento têm sido os Estados Unidos (desde 1934), o México e a China.

No Brasil, a legislação básica data de 1988, mas, absurdamente, a instalação das ZPE ainda continuava dependendo de tramitação de projeto no Congresso Nacional.

Uma das vantagens da Lei das ZPE (em vigor, embora não aplicada) é a liberdade cambial, eliminando o risco cambial – que tanto preocupa as empresas exportadoras – para as indústrias instaladas dentro do distrito. Não há receita em real.

Está na legislação: as transferências em moeda estrangeira do exterior e para o exterior, recebidas ou efetuadas, decorrentes de exportações, importações ou compras no mercado interno não estarão sujeitas a visto, autorização administrativa ou contrato cambial. Os pagamentos realizados no País em benefício de empresa instalada em ZPE receberão o mesmo tratamento de transferência para o exterior.

Ao longo dos últimos vinte anos, várias instituições multilaterais defenderam a implementação das ZPE no Brasil. Uma delas foi a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), que chegou a patrocinar, no fim dos anos 90, um estudo sobre o potencial das ZPEs no País.

Nas ZPE, a lei garante os regimes tributários, cambiais e administrativos por 20 anos, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesmo prazo.

Então, Sr. Presidente, este é o objetivo do meu pronunciamento: saudar o programa que nos chega com 20 anos de atraso. E lembrar que, também neste caso das ZPE, vale a máxima do “antes tarde do que nunca”.

Aproveito o ensejo para, mais uma vez, parabenizar a perseverança do Senador José Sarney, que, do alto de sua experiência, deu-nos mais uma lição de procedimento político, que cai como uma luva na vida pessoal: perseverar é o instrumento dos que acreditam nos próprios sonhos. E são eles que fazem a diferença na vida pública e na vida privada.

Sr. Presidente, o País procura e encontrará, com certeza, o caminho para o desenvolvimento.

As ZPE serão uma opção viável para estimular a alta produção do País, absorvendo uma massa de desempregados que pode ser enquadrada em quase todos os Estados brasileiros. Isso será de suma importância. Esse caminho vem sendo trilhado com sucesso pela China, pela Alemanha, pelos Estados Unidos e pelo México.

Acreditamos que poderíamos ter implantado com segurança e eficiência as ZPE em 1988, quando o Presidente Sarney concebeu a idéia e ressaltou a necessidade de o projeto se tornar uma realidade, mas o País então teve uma reação por parte dos paulistas que foi um equívoco. Hoje, está provado que, ao contrário, todos esses empreendimentos também viriam a beneficiar o País de um modo geral. São Paulo, como um grande centro produtor da Nação, teria a interligação com todos os Estados brasileiros e com uma produção efetiva. O equívoco aconteceu devido a uma péssima avaliação em relação à atração do pólo industrial da Zona Franca de Manaus.

Portanto, Sr. Presidente, o Amapá se congratula com o Presidente Sarney, que não deixou que a idéia morresse. Esperou com paciência e sempre acreditou que as ZPE seriam uma grande alternativa de desenvolvimento para o País. Nesse sentido, o Amapá se associa com alegria aos Parlamentares que estiveram mobilizados para que a implantação desse projeto do Presidente José Sarney viesse a ocorrer de fato.

Nós acreditamos em um País que tem o seu destino traçado rumo ao sucesso. Apesar das agruras dos

graves problemas sociais que enfrentamos, na área de segurança, de saúde, e ainda na parte de implementação de projetos estratégicos, o País ainda avança com segurança, efetivando amplos projetos. Acredito que o segundo mandato do Presidente Lula será consagrado à conclusão de projetos importantes para a mudança da infra-estrutura sócio-administrativa do País. As reformas terão um papel decisivo nos ajustes, dando o norte e fazendo o destino de uma Nação inteligente, alegre e produtora. O Brasil se destacará, sem sombra de dúvida, mesmo com todas as nossas dificuldades. Na América Latina, assumimos a liderança no equilíbrio e na busca da boa convivência.

Por esse motivo, Sr. Presidente, peço ao Presidente Lula que aproveite este segundo semestre para convocar a Nação, com a urgência devida, para que possamos fazer a reforma política, que considero a reforma das reformas. Que faça uma pauta positiva para a Nação, colocando na ordem do dia a reforma tributária, Sr. Presidente. Com essa reordenação e com a criação das ZPEs, o País terá uma linha segura de desenvolvimento. Com a economia equilibrada, teremos um período de muita prosperidade a partir de 2008. Sem dúvida, Sr. Presidente, experimentaremos um momento especial, trazendo prosperidade e felicidade ao nosso povo.

Para concluir, Sr. Presidente, retorno a um apelo que fiz anteriormente, em que disse ao Presidente Lula que a questão da crise aérea precisa ser resolvida com urgência. A metodologia e o plano são simples. Ainda não sei por que não foi efetivado. Essa situação que estamos vivendo nos aeroportos do País precisa de uma atitude mais segura, mais séria. Não temos problemas nos equipamentos dos aeroportos, não, Sr. Presidente. Não existe nada disso. O problema é justamente a flexibilização na compreensão de um entendimento efetivo e sério com os controladores de voo.

É simples: trata-se de uma profissão estratégica, estressante, que requer uma atenção especial, e essa atenção tem de ser efetivada. Tanto que tivemos um interstício de dois ou três meses de plena tranquilidade, com aeronaves pousando e decolando.

Agora, Senhor Presidente, as oportunidades Vossa Excelência já deu. Para tudo, tem um limite. Vossa Excelência deve, com certeza, chamar o Ministro da Defesa, o grande responsável por essa situação, pois sua Pasta está ligada à Aeronáutica, e creio que nem é preciso sugerir que V. Ex<sup>a</sup> peça que ele deixe a Pasta. Deve-se seguir o exemplo do Chile. A Presidenta do Chile, quando houve um *black-out*, um problema de falta de energia elétrica, no dia seguinte demitiu o Ministro.

Vou dizer mais uma coisa, repetindo o que já disse: não adianta, se não houver entendimento e a gratificação justa para os controladores de voo, essa crise não vai acabar tão cedo. Primeiro, não temos contingente necessário para fazer as substituições. O que está faltando é justamente isso. Tenho certeza de que o Ministro da Aeronáutica sabe disso, mas ele é subordinado a quem? Ao Ministro da Defesa, Waldir Pires. Creio que o Ministro Waldir Pires já deu a contribuição que deveria dar. Temos de colocar um gerenciador, um empreendedor, um homem que possa, realmente, comandar e liderar essas Pastas da área de segurança. Com certeza! Aí, entraremos em céu de brigadeiro, porque acredito no desenvolvimento do País, acompanhado das reformas no segundo semestre, que devem ser pautadas com urgência.

O País não pode ficar como está, Sr. Presidente. No Congresso Nacional e no Poder Executivo, há uma pauta de desavença, de desgraça, de corrupção, e precisamos otimizar uma pauta positiva.

Por esse motivo, encerro o meu pronunciamento, agradecendo a paciência de V. Ex<sup>a</sup> e saudando o Presidente José Sarney pela vitória e pela persistência. Agradeço aos Líderes pela compreensão da necessidade de implantação das ZPE, que serão uma alavanca para o desenvolvimento nacional.

Nós, do Amapá, que estamos às margens do grande rio Amazonas e, portanto, também na cabeceira, na foz do rio Amazonas, chegando ao Oceano Atlântico, estamos esperando a oportunidade há tempos, e acredito que essa vocação econômica se associará à capacidade de exportação, pela posição geoestratégica do Amapá.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Gilvam Borges, queremos fazer nossas palavras de V. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito ao Presidente José Sarney.

Eu era Prefeito da cidade de Parnaíba quando ele lançou para o Brasil as ZPEs. Parnaíba foi premiada, e a ZPE seria localizada no litoral do Piauí, entre Parnaíba e Luís Correia. Isso foi há quase 20 anos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Em 1988.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– E quero dizer que governei com ele; depois, com o Presidente Fernando Collor, com Itamar Franco e, por assim dizer, com Fernando Henrique Cardoso. O Presidente José Sarney foi um homem de muita sensibilidade política, de uma generosidade extraordinária. O Programa do Leite foi muito eficiente e engrandeceu o Brasil, porque, além de alimentar as crianças, fortalecia a bacia leiteira e fixava o homem no campo. Es-



sas coisas acabam. Vamos efetivar as ZPEs 20 anos depois, graças à sua persistência e à paciência que demonstrou na redemocratização. O agradecimento do Piauí pelas grandes e extraordinárias obras na época em que fui Prefeito: os Tabuleiros Litorâneos, o Platô de Guadalupe, a Emater. Tanto é verdade que ele saiu com o título de cidadão parnaibano.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, para concluir, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me permita anunciar, pois estavam aqui entre as páginas do meu pronunciamento, duas remessas de recursos – são poucos recursos – lá para os meus Municípios. Será rápido, não utilizarei mais do que dois minutos. Peço a paciência do Líder Romero Jucá, uma pessoa muito elegante e simpática, mas quero comunicar ao Governo do Estado a transferência de recursos da ordem de R\$144.500,00. É bem pouco, mas é muito importante. Esses recursos já se encontram na Conta nº 58149. A transferência financeira é relacionada ao convênio para a realização do censo escolar de 2007.

E quero comunicar à Prefeitura Municipal de Santana – já estou encaminhando aos Vereadores e às lideranças telegramas – a liberação de R\$80.000,00. É pouquinho, mas é para sistema de esgotamento sanitário, remetido pela Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, costumo sempre mostrar o outro lado e acompanhar os recursos federais que chegam ao Estado do Amapá, porque, além das idéias, dos projetos, da ação parlamentar que desempenhamos no Parlamento, ainda temos a função de trabalhar na liberação de recursos junto aos Ministérios. Por esse motivo, acompanhamos todos os projetos de interesse do Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder inscrito, ao Senador Romero Jucá, do PMDB do Estado de Roraima, Líder do Governo nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, teria cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra desse ilustre Senador.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro extremamente importante para o meu Estado e para o norte da Amazônia, exatamente um passo a mais no sentido de se construir a saída da parte ocidental da Amazônia ao Caribe.

O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – acaba de aprovar recursos na ordem de US\$900.000,00, para que o Governo da Guiana pos-

sa concluir o projeto executivo de impacto econômico da estrada que liga o Porto de Georgetown à fronteira com o Brasil.

Por que essa estrada é importante, Sr. Presidente? Por que tenho defendido tanto essa estrada? Por que o Presidente Lula assumiu compromisso com o povo de Roraima e comigo de ajudar a financiar a construção dessa estrada? Porque quando essa estrada ficar pronta, a distância a ser percorrida para se chegar de Boa Vista a um porto no Caribe será de 650km, distância menor do que aquela que nos separa de Manaus. Isso vai mudar a matriz produtiva do Estado sem dúvida nenhuma; vai, inclusive, abrir uma saída por terra para a produção do Estado do Amazonas, que hoje é toda escoada via barco. Foi extremamente importante o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, ter tido a sensibilidade de financiar o governo guianense, já que não tinha condições de concluir esse projeto.

A parte brasileira já foi asfaltada. Estamos construindo agora, por intermédio do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, o 6º BEC, a ponte sobre o rio Tacutu, que liga o Brasil à Guiana. Essa ponte, Sr. Presidente, estará pronta até o final deste ano, uma obra importantíssima realizada pelo 6º BEC, Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, um patrimônio de Roraima. O 6º BEC pegou essa obra paralisada, com desvio de recursos por parte do Governo do Estado e, em um ano, vai concluir a ponte, vai deixá-la pronta para que possamos tornar essa relação muito mais próxima. O Governo brasileiro já assumiu o compromisso de ajudar a financiar a obra de asfaltamento da estrada e a melhoria do porto de Georgetown, mas havia a necessidade de se saber efetivamente como seria o projeto executivo.

Quero saudar, portanto, essa visão do Banco Interamericano de Desenvolvimento e dizer que nós, de Roraima, estamos muito felizes. Fizemos gestões para que isso ocorresse. O Governo brasileiro tem acompanhado essa questão. O Embaixador do Brasil na Guiana tem acompanhado e se manifestado permanentemente sobre a questão. Teremos também outros segmentos do Governo brasileiro, inclusive o Dnit, acompanhando a discussão desse projeto executivo para que possamos, num curto espaço de tempo, ter essa saída que, sem dúvida nenhuma, é fundamental para o futuro econômico de Roraima.

Faço esse registro e reafirmo o compromisso do Governo brasileiro, do Presidente Lula, de ajudar, por meio do BNDES, a financiar a construção dessa estrada que abrirá um novo tempo para Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao orador inscrito Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

Enquanto V. Ex<sup>a</sup> se aproxima da tribuna, este Presidente agradece a grande recepção que teve em seu Estado. Fiquei encantado com a sua família, com o nosso PMDB, que tem como presidente o ex-Governador e ex-Deputado Federal Flaviano Melo, além de contar com a liderança de V. Ex<sup>a</sup>. Fiquei encantado, sobretudo, com a dedicação de V. Ex<sup>a</sup> à mocidade estudiosa de seu Estado. Eu e Adalgisa passamos momentos felizes naquela civilização que V. Ex<sup>a</sup> traduz e representa com grandeza e dignidade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que ora preside a Mesa do Senado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estive fora desta Casa praticamente a semana passada inteira e aqui quero prestar contas das missões que a mim foram atribuídas.

A primeira delas, muito honrosa, Senador Mão Santa: nos últimos dias 25 e 26, como membro efetivo do Parlamento do Mercosul, estive, mais uma vez, na bela Montevideu, capital do Uruguai e sede do Parlamento do Mercosul. Lá estive na companhia de ilustres Senadores e Deputados brasileiros, membros também, igualmente, do Parlamento do Mercosul, fazendo com que aquele organismo comece a funcionar. Reputo o Parlamento do Mercosul, Senador Mão Santa, como um dos mais importantes organismos regionais da América Latina. A tendência é que ele assuma papel cada vez mais proeminente no cenário latino-americano, que funcione como caixa de ressonância da sociedade latino-americana, que nossos anseios e nossas angústias para lá sejam carreados e ali tratados com seriedade e que nossos povos possam ser cada vez mais bem representados, desta feita em organismo da dimensão e da extensão do Parlamento do Mercosul.

Portanto, aqui presto contas ao Senado Federal e ao povo brasileiro dessa missão honrosa a mim atribuída, missão grandiosa que sempre nos esforçamos para cumprir com denodo, com seriedade e com entusiasmo também.

Em seguida, Senador Mão Santa, estive mais uma vez no meu querido Estado do Acre. E, dessa vez, para minha enorme alegria, pude contar com a presença de V. Ex<sup>a</sup> e de sua digníssima esposa, Dona Adalgisa, que receberam generosamente um convite meu para prestigiarem e abrihantarem o ato singelo que produzimos na capital do nosso Estado, Rio Branco, na última quinta-feira, dia 28, no qual anunciamos à sociedade acreana o lançamento da coleção Biblio-

teca Popular. Trata-se de uma iniciativa que pretende reeditar obras clássicas da literatura brasileira, ao lado de obras de autores do meu Estado e daquela região, e colocá-las à disposição da população.

Repito algo que tenho dito e de que cada vez mais me convenço, Senador Mão Santa: a grande maioria da população deste País é ávida por leitura, por conhecimento, por livros, mas não tem acesso a isso, porque o livro é algo muito caro em nosso País. É por pensar assim que, desde o início de nosso mandato, temos nos preocupado em usar nossa cota na Gráfica do Senado para produzir obras de interesse.

V. Ex<sup>a</sup> tem em mãos o prospecto do curso Política ao Alcance de Todos, que oferecemos logo no início do mandato, consolidado em apenas um volume. Em sua versão inicial, foi desdobrado em dez pequenos fascículos, cada um abordando determinada época da história da filosofia política, da ciência política e da política no mundo inteiro, da Grécia aos dias de hoje. Trata-se de um curso a distância que contou com a inscrição de mais de seis mil acreanos. Ao longo do curso, realizamos seminários em alguns municípios do Estado, ocasiões em que se registrou a acalorada participação daqueles que o freqüentaram e daqueles que pretendiam participar dessas discussões.

Quinta-feira última também estive ausente do Senado Federal cumprindo a missão de levar livros ao meu Estado, Senador Mão Santa. O livro é a porta de entrada para a libertação do povo brasileiro e, enquanto eu puder, farei isso.

Como militante político, é o mínimo que posso fazer, sinto-me no dever de participar da construção da consciência política e da cidadania do povo brasileiro. Esse é um dever de todos nós, militantes políticos. Nesse sentido, continuarei nessa pisada, ainda que de forma reduzida – são edições limitadas –, mas continuarei, enquanto tiver mandato nesta Casa, a fazer exatamente o que venho fazendo: levando livros à população do meu Estado para que possa ter a possibilidade de pensar, refletir, conhecer e transformar a realidade em que vive.

De público, mais uma vez, deixo meus agradecimentos sinceros a V. Ex<sup>a</sup> pela grandeza que demonstrou ao deixar de ir ao seu Estado no final de semana – e sabemos o quanto isso é importante –, para conhecer o Acre e fazer-se conhecido. A população gosta muito de V. Ex<sup>a</sup>. Andamos pelas ruas da capital, onde V. Ex<sup>a</sup> teve uma receptividade calorosa, recebeu abraços, cumprimentos e elogios à sua postura e à sua conduta nesta Casa. Visitamos também a Assembléia Legislativa, onde V. Ex<sup>a</sup> foi muito bem recebido. Estivemos na sede do Diretório Regional de nosso Partido, em Rio Branco. Os companheiros e as companheiras do PMDB

mandam-lhe, mais uma vez, um grande abraço. Aqui estou com a tarefa prazerosa de transmiti-lo.

Quero hoje, Senador Mão Santa, caros colegas, tratar de um assunto que muito preocupa a todos nós acreanos. É uma situação drástica e real que está ocorrendo no Acre hoje. Está relacionada a uma problemática sobre a qual faço alertas freqüentes no Senado Federal. Refere-se ao aquecimento global, tão falado e propalado nos últimos tempos, com o avanço do agronegócio sobre a Amazônia e o desmatamento da floresta. Isso gera consequências, às vezes, com dimensões inimagináveis, como eu tenho, repetidas vezes, dito nesta Casa. Isso, infelizmente, está-se confirmando hoje.

Por que falo isso, Senador Mão Santa? Segundo dados da Defesa Civil do Estado do Acre, em junho deste ano, o rio Acre atingiu os níveis de água mais baixos que os registrados no mesmo período da grande seca da Amazônia de 2005, que atingiu fortemente o Acre.

O pior é que o rio atingiu esse nível baixíssimo, Senador Mão Santa, poucos dias após atingir níveis altíssimos, só menores que os da enchente ocorrida no meu Estado em 2002. Do final de maio ao final de junho, a tábua de marés do rio Acre variou mais de nove metros de cota, chegando, ao final de junho, a 2,78 metros de cota. Como diz o caboclo na nossa região, “em duas luas, o rio foi de 9 para 2 metros”.

Na última quinta-feira, dia 28 de junho – nós estávamos no Estado, aliás –, o rio Acre atingiu o nível de 2,78 metros; nível alarmante para o mês de junho. Trata-se de um nível menor que o registrado no dia 28 de junho de 2005, o ano daquela grande seca ocorrida na região. Isso é um alerta vermelho sobre o que está por vir, pois quem conhece a Amazônia sabe que está apenas começando o nosso verão, Senador Mão Santa, período de pouca chuva e muito sol.

O gráfico liminológico da variação do nível do rio Acre, que analisa os meses de maio e de junho de 2000 a 2007, apontou outro dado preocupante, além da forte probabilidade de seca que está por vir. O que preocupa é exatamente essa elevação descomunal do nível da água do rio Acre, muito acima da média do período. O fenômeno ocorreu durante um período de mais ou menos dez dias, entre maio e junho deste ano, uma espécie de “supermaré”, que durou dez dias, um “minitsunami” acreano, seguido de grande seca. Nos dias seguintes, o nível do rio caiu absurdamente para níveis abaixo daqueles da seca de 2005.

Gostaria de obter explicações sobre essa “sanfona de maré”, que não é comum na nossa região. Temos variação de maré, sim, por sinal, grandes variações de maré nos rios da Amazônia e, principalmente nos rios

acreanos, muitos dos quais chegam a secar e viram caminhos a pé.

Mas o que estou dizendo é que temos padrões de variação de maré, conhecidos pelos cientistas e pela população ribeirinha tradicional. E o que ocorreu nos meses de maio e junho de 2007 no rio Acre parece estar fora desses padrões e merece ser analisado com calma e tranquilidade, mas também com firmeza, tendo em vista impedir qualquer risco de colapso hidrológico e ambiental no meu Estado.

Digo isso, pois, em um período de 61 dias, de 1º de maio a 30 de junho de 2007, o rio Acre atingiu o seguinte maior nível de suas águas nos últimos sete anos, só menor que 2002, e, logo em seguida, caiu para o menor nível do período (2,78 metros), menor até que o nível desse mesmo período atingido durante a famigerada seca de 2005.

Segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), não haverá chuvas intensas pelo próximo período na região. Estudantes e professores do curso de bacharelado em Sistemas de Informação da Universidade Federal do Acre, a nossa Ufac, desenvolvem pesquisas sobre a dimensão dos efeitos desse nível de seca no rio Acre, buscando entender, por exemplo, se os baixos níveis do rio podem afetar os lençóis freáticos da região e fazer com que os poços residenciais comecem a secar, o que significaria gravíssimo problema de abastecimento de água no Acre. A estudante Paula Morelli Fonseca, dentre outros da Ufac, estuda o fenômeno em suas graduações.

Uma possível seca afetaria a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, além dos Municípios de Porto Acre, Xapuri e Brasiléia, municípios da Calha do rio Acre e Assis Brasil, em sua área de influência. Mas a seca pode afetar também o Município Plácido de Castro, às margens do rio Abunã, um dos principais afluentes do rio Madeira. O mesmo rio Madeira cujo governo quer construir as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Eu estou falando, Senador Agripino, que existe possibilidade, não comprovada, mas existe possibilidade científica, além de secar os rios, de secar até os poços residenciais de água desses municípios.

Vejam bem, com os impactos que temos atualmente, oriundos da exploração madeireira criminosa, da implantação de grandes pastagens e monoculturas, como soja, e das queimadas, já estamos no Estado com o nível do rio Acre dentre os mais baixos da história. Se estamos assim sem hidrelétricas, que gerarão inúmeros impactos socioambientais adicionais, como atestado pelos próprios estudos de impactos ambientais dos empreendedores das obras, imaginem com

mais essa carga de impactos! Imaginem com mais essa carga de impactos.

Estou preocupado e estou cumprindo meu papel ao alertar para essa ameaça real de colapso hídrico no Estado do Acre. Reforço a disponibilização de meu mandato para o combate desses absurdos e para a busca de alternativas de uso adequado dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida do povo do Acre e do Brasil.

Esse é um alerta para que todos nós e principalmente as autoridades envolvidas na questão possamos atentar para a gravidade do fato e que providências sejam tomadas o mais breve possível, Senador Mão Santa, para que se evitem desastres ambientais no meu Estado, como os rios chegarem a níveis intoleráveis, que podem levar ao desabastecimento de água. Essa situação preocupa toda a população do Acre.

Era isso que queria dizer nessa data e agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a disponibilidade do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos aproveitar para agradecer a recepção que tivemos de V. Ex<sup>a</sup>, de sua encantadora esposa Maria Helena e de todos os nossos colegas do PMDB.

V. Ex<sup>a</sup> lança a preocupação em relação à natureza, mas planta naquele Estado a semente mais importante, a semente do saber, da sabedoria, educando e orientando a mocidade estudiosa com um verdadeiro centro de formação cultural, entregando e doando livros. Eu já li *Amazônia dos Brabos*, onde aprendi sobre a grandeza dos nossos espanhóis, Galvez, e a coragem do gaúcho que ali foi e que é nome de cidade hoje, o Plácido de Castro. E V. Ex<sup>a</sup> representa a grandeza daquele povo.

Concedo a palavra a esse extraordinário Líder do DEM, José Agripino, um dos melhores homens da vida pública do nosso Nordeste, ex-Prefeito, extraordinário Governador do Rio Grande do Norte. Sei que o Estado de V. Ex<sup>a</sup> é muito rico, tem petróleo, tem sal, tem piscicultura, mas o melhor mesmo é sua gente, a valorosa gente educada de Natal e de todo o Rio Grande do Norte que V. Ex<sup>a</sup> simboliza e representa. Seu Estado foi, sem dúvida nenhuma, o pioneiro na agricultura moderna com a exportação de melão, fazendo os piauienses acreditarem.

Quando Governador do Estado, eu visitei aquela obra extraordinária da Maísa e muito trabalhei para que ela fosse responsável pelos projetos de irrigação do Piauí, o que não foi possível porque o Governo Federal não abriu mão. Deus não abandona ninguém: como quando Deus buscou Moisés para libertar o seu povo, Davi para vencer Golias, V. Ex<sup>a</sup> está nesta tribuna representando a necessária oposição brasileira nesse momento difícil da democracia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Para retribuir as gentilezas e o comercial que V. Ex<sup>a</sup> faz do meu Estado, quero dizer que estive, neste fim de semana, em Macaíba, um Município da Grande Natal, numa festa junina para a qual fui convidado pelo Prefeito Fernando e pelo Vice-Prefeito Auri, onde se reuniu uma multidão de 15 mil, 20 mil pessoas. Para chegar ao palanque, atravessei a multidão e fui carinhosamente recebido, e curiosamente, Senador Mão Santa, muita gente falou o nome de V. Ex<sup>a</sup>. Um deles chegou a mandar um abraço a V. Ex<sup>a</sup>. Quando eu voltava para a camionete, já no final, à meia-noite, uma pessoa disse: “Não deixe de dar um abraço no Senador Mão Santa”. Uma pessoa do povo, gente muito modesta, que aprecia as suas falas e as suas observações.

Faço esse comentário, porque V. Ex<sup>a</sup> referiu-se com tanto carinho ao meu Estado, que eu retribuo com essa manifestação verdadeira de carinho, recebida de um conterrâneo meu modesto, na festa a que fui sábado à noite, no Município de Macaíba.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é uma preocupação com algo que nos aflige: o apagão aéreo e a postura do Governo. V. Ex<sup>a</sup> se lembra do arrombamento do Orós, no tempo de Juscelino? V. Ex<sup>a</sup> se lembra que surgiu aquela frase: “Orós tem pena de nós?” Lembra-se que Juscelino, quando Presidente da República, que era mineiro, passou três dias no Ceará, plantado lá dentro, levando, com a sua presença, a solidariedade do Governo aos flagelados da inundação do Orós?

Naquele tempo, o Brasil, que até hoje reverencia Juscelino Kubitschek, lembra-se da solidariedade de um Governo que, na hora da precisão maior, não faltou. Foi lá.

Para chegar a Natal, Senador Mão Santa, fui a São Paulo, voltei; na manhã do sábado, peguei um avião, que deveria sair às 10h25 e decolou à 1h40.

O aeroporto de Brasília estava, Senador Geraldo Mesquita, um horror. Eu pensei que eu não fosse conseguir embarcar. Eu já embarquei e desembarquei do aeroporto de Brasília centenas de vezes, mas eu nunca havia visto balbúrdia maior. As filas nas companhias aéreas eram inimagináveis. O povo, curiosamente, quieto, contido, parecia que tinha adotado aquela recomendação da Ministra Marta. Aliás, ela foi a Parintins e, segundo eu soube, não foi bem recebida lá. Quando anunciaram o nome dela, a manifestação popular não lhe foi nada favorável. O povo, no aeroporto de Brasília, relaxou, mas o povo de Parintins não gozou nada.

Mas o que quero, Sr. Presidente Mão Santa, é fazer, a par dessas considerações iniciais, uma manifestação de preocupação com relação a um problema que é de Governo e é renitente. Eu quero pegar o gancho do que fui fazer em São Paulo, na sexta-feira. Senador Geraldo Mesquita, eu fui a São Paulo participar, ao lado do Senador Aloizio Mercadante, do Senador Arthur Virgílio, do empresário Jorge Gerdau – talvez ele seja o presidente da maior multinacional brasileira, pois tem trinta e cinco mil empregados, vinte mil no Brasil e quinze mil no exterior – e da empresária Luiza Helena Trajano, diretora-presidente do Maganize Luiza, fazer uma palestra organizada pelo Lide – Grupo de Líderes Empresariais, fundado pelo Sr. João Dória, sobre o desafio do crescimento econômico. Três líderes de Partidos com líderes empresariais e uma platéia de muitos – mais de uma centena – empresários de peso.

Eu tive a oportunidade de manifestar a minha opinião. Eu disse, na largada, que minha posição ali não era estabelecer confronto entre Governo e Oposição, que eu estava ali convidado por empresários a fim encontrar confluências e não divergências, para olhar para frente e não para trás, para dar a contribuição do meu Partido ao futuro do País e não atirar pedra no passado, nem no passado recente, e que tinha um pensamento: eu era consciente de que o Brasil tinha crescido? Tinha. Aumentou a formação bruta de capital pela compra de equipamentos para melhoria do padrão de desempenho da indústria? Melhorou. A massa salarial melhorou? Melhorou. A inflação está sob controle? Está sob controle. Nada por conta de ações desse Governo, mas por coisas que vêm há vinte anos acontecendo, desde o fim da conta-movimento; a revisão ou reescalamento das dívidas dos Estados – e V. Ex<sup>a</sup> fez e eu fiz como Governadores –, que estabeleceu um padrão de endividamento para os Estados e Municípios; a privatização dos bancos estaduais, que tapou um ralo por onde saía muito dinheiro de alguns Estados – não do meu; o estabelecimento de metas inflacionárias; a autonomia do Banco Central; a Lei de Falências; a reforma do Judiciário; a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a maior novidade; o processo de privatizações; as agências reguladoras; os marcos regulatórios. Tudo disso organizou o País e fez com que, melhorada a sua credibilidade, o País fosse capaz de conter a inflação, porque tem mecanismos de avaliação.

O IBGE, o Banco Central, os instrumentos que fazem pesquisa, que levantam elementos têm confiabilidade, e o Brasil se organizou, independentemente da ação do último Governo, que realmente praticou uma política de ajuste fiscal responsável, mas que guarda

ainda problemas. O Brasil cresceu, mas ficou menor no contexto internacional das nações.

O que eu quero dizer é que o Brasil, se cresceu – e disse isso no Seminário –, podia ter crescido muito mais, e dei alguns dados, levantei alguns elementos.

Senador Geraldo Mesquita, o Brasil, até 2000, crescia a uma média de 2,4%, o PIB – de 1960 a 2000. A América Latina cresceu a 1,4%, ou seja, o Brasil crescia 1% a mais de 1960 até 2000. A sequência histórica de 40 anos deu ao Brasil um crescimento médio de 2,4% do PIB, enquanto a América Latina, no mesmo período, cresceu a 1,4%. É verdade que o leste asiático cresceu a 4,6%, muito mais. Mas o Brasil crescia mais do que a América Latina, de 1960 a 2000.

De 2002 a 2007, a realidade diferenciou-se, Senador Mão Santa. Em 2002, o Brasil significava 56% do PIB da América do Sul, somando Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador e Colômbia, tudo. Repito: o Brasil significava 56% em 2002; em 2007, estamos caminhando para 46%. Caímos, portanto, 10 pontos percentuais. Não estamos falando do contexto mundial, mas, sim, do da América do Sul, do nosso Continente. Estamos diminuindo de tamanho. Se crescemos, crescemos muito menos do que os outros cresceram. Estamos perdendo a embalagem. Essa é que é a verdade.

A arrecadação bate recordes. Com isso, em vez de fazermos caixa para baixar a carga tributária, que é a âncora que segura o crescimento da economia – com todo o *marketing* do Governo, ao dizer que vai baixar a carga tributária –, o anuário do FMI, de 2005, mostrou que a carga tributária de 2005 tinha sido de 33,8%; a de 2006, 34,6%. Cresceu.

Então, em vez de se usar o crescimento da economia, os superávits de arrecadação para diminuir a carga tributária, usa-se o dinheiro para outras coisas, como pagar dívida, o que é recomendável. Mas se gasta mal. Por exemplo: quando se contratam novos 600 DAS; quando aumentam em 130% a remuneração dos DAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O aumento foi de 139%, permita-me corrigi-lo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado pela correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E os aposentados, 3%.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Os aposentados 3%, e o salário mínimo com correção muito menor do que a que Lula prometeu.

Qualidade de gasto público defeituoso, carga tributária alta. E, em vez de se usar o disponível pelo Tesouro para baixar a carga tributária, já que não há necessidade de tanta arrecadação, gasta-se mal. Deve-

se baixar a carga de tributos, para que os investimentos se acelerem, para que a economia volte a crescer para valer, como cresce a da Argentina, a do Paraguai, a do Uruguai, da Venezuela, da Colômbia; para que cresça, pelo menos, como a economia deles. Mas, não: faz-se crescer a carga tributária.

Tudo isso eu disse, mas me detive, Presidente Mão Santa, numa questão: enquanto o Brasil não fizer as reformas sindical, trabalhista e tributária, ele não será competitivo; e enquanto o Brasil tiver cacoetes de idiossincrasia com uma coisa que deu certo, chamada “privatização”, ele não vai para frente.

Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, é muito provável que o caseiro de sua casa, no Acre, como meu cozinheiro Francisco, em Natal, tenha um telefone celular. Quem imaginava que, antes da privatização, nossos funcionários domésticos pudessem ter, com a remuneração que recebem, acesso ao telefone celular? Isso é milagre e produto da privatização. Esse é um exemplo. Querem outro exemplo? A Companhia Vale do Rio Doce. Fiz questão de levantar elementos comparativos entre a Vale do Rio Doce e a Petrobras. A Petrobras é uma mega empresa, a maior empresa brasileira – já está perdendo para a Vale do Rio Doce, mas ainda é a maior empresa brasileira –, e não foi privatizada. Nem estou defendendo aqui a privatização – frise-se: nem estou aqui defendendo sua privatização. Ela não foi privatizada, e a Companhia Vale do Rio Doce foi. Vamos ver, Senador Mão Santa, o que aconteceu, de 1997 até 2006, com uma empresa e com outra.

As exportações da Vale do Rio do Doce, em 1997, eram de US\$3,12 bilhões; em 2006, chegaram a US\$9,6 bilhões. Triplicaram. Em 1997, ela era estatal; em 2006, privada. Ela triplicou o volume de exportações. Qual foi a contribuição da Vale do Rio Doce, que foi privatizada, para o saldo da balança comercial do Brasil? Em 2007, o saldo gerado pelas exportações da Vale do Rio Doce significou 26%, mais de um quarto do saldo da balança comercial do Brasil. Mais de um quarto! Antes da privatização, não chegava a 5%; ascendeu a 26%.

Vamos ver o valor de mercado das empresas, uma privatizada e a outra não privatizada. Qual é o valor de mercado da Vale do Rio Doce e da Petrobras? Esse é um dado importante. Quanto é que elas valem? Quanto é que vale a Petrobras? Quanto é que ela valia em 1997, por ações na Bolsa? E quanto é que ela vale hoje? Ação na Bolsa significa credibilidade da empresa; rentabilidade; valor, valor venal. Ação vale dinheiro, vale pelo desempenho.

Quero mostrar o que significou o processo de privatizações no Brasil. Citei a telefonia e cito, agora,

a Vale do Rio Doce. Quanto era o valor de mercado da Vale do Rio Doce em 1997? US\$10,5 bilhões. Em junho de 2007, quanto ela vale, de balanço; valor em Bolsa? US\$102,5 bilhões. Portanto, de 1997 a 2007, ela multiplicou por dez seu valor.

A Petrobras não foi privatizada. Quanto ela valia em 1997? US\$30,8 bilhões. Valia três vezes – três vezes – a Vale do Rio Doce. Se uma valia US\$10 bilhões, a outra valia US\$30 bilhões. Em 2007, a Vale custa US\$102 bilhões. Quanto vale a Petrobras? Proporcionalmente, deveria valer US\$300 bilhões. Vale isso? Não, não vale, não; vale US\$126 bilhões.

Vejam que a privatização da Vale gerou um mundo de empregos. Senador Geraldo Mesquita, em 1997, a Vale tinha 10.865 empregados. Sabe quantos empregados a Vale do Rio Doce tem hoje, computados no primeiro trimestre de 2007? Ela tinha 10.865. O que interessa, num processo de privatização, é a geração de riqueza, renda e emprego. Sabe quantos empregados a Vale do Rio Doce tem? Agora, são 127.990. O número multiplicou-se por doze. Saiu de 10 mil para 127 mil. Só a Vale do Rio Doce, privatizada, gerou a mais 117 mil empregos.

São dados para ninguém contestar, o que vale dizer que o processo de privatização foi altamente benéfico para o Brasil. Houve alguns equívocos? Talvez. Porém, equívocos maiores, Senador Mão Santa, foi não terem sido privatizadas algumas empresas, como, por exemplo, sua Cepisa – Companhia Energética do Piauí.

Senador Mão Santa, fui Governador; e a Cosern, que é a companhia energética do meu Estado, existia, tinha uma diretoria, fazia as ampliações de energia elétrica que o governo mandava, só que ela não recolhia, praticamente, nenhum ICMS, e todas as obras que fazia o governo pagava. Ela foi privatizada, como foram todas as distribuidoras de energia elétrica do Brasil, menos as de Alagoas, do Piauí, de Rondônia, do Acre e a Ceam, do Amazonas. Todas elas hoje – todas – são superavitárias. Todas. Todas dão lucro; todas recebem da clientela o valor da conta sem contestação, exceto as cinco que mencionei: as federalizadas. São as empresas que não foram privatizadas; elas foram federalizadas e continuam sob o jugo da Eletrobrás. A Eletrobrás é dona delas.

A Vale do Rio Doce já foi propriedade do Governo. Triplicou, quadruplicou, decuplicou, de acordo com o parâmetro que se examina – geração de emprego ou valor de patrimônio –, com o processo de privatização. A Cosern, por exemplo, hoje, investe no meu Estado e é, seguramente, uma das três maiores recolhedoras de ICMS para o Estado; ICMS que o Estado recolhe e que pode reinvestir em aplicação na própria empresa,

na geração e distribuição de energia elétrica, porque o Estado tem uma receita.

Essas cinco empresas são o contraponto da ineficiência do Estado, que não privatizou. Por quê? Por um cacoete do atual Governo, que é contra privatização. É contra privatização e permitiu que essas empresas, diferentemente do que aconteceu com a Cosern – que gera lucro, que gera ICMS e que gera investimento para o Estado –, entre 2002 e 2006, dessem um prejuízo de R\$3,472 bilhões. Pagos por quem? Pelo contribuinte. A Eletrobrás é dona delas. Quem paga esse prejuízo é o contribuinte. Todas as privatizadas vivem da sua atividade competente. Essas cinco, incluindo-se sua Cepisa, vivem do contribuinte; são deficitárias, dão prejuízo. Gozado! Dão prejuízo, e todas as outras dão lucro. Por quê? Porque o Governo insiste em não privatizar.

Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar: nunca mais se privatizou nada neste País, porque privatização é palavrão para o atual Governo, apesar do belo exemplo da telefonia, da Vale do Rio Doce, das distribuidoras de energia elétrica, de tudo isso.

Tome-lhe o apagão! Tome-lhe o apagão!

Senador Mão Santa, aí vem o que propus no seminário de São Paulo.

O meu Partido fez um seminário, em São Paulo, há 15 dias, trazendo gente de fora e gente do Brasil – gente que entende de legislação e de comportamento. O apagão do Brasil é devido a algumas razões, mas a razão fundamental nasce do estrangulamento de São Paulo. Todos os vôos do Brasil convergem para São Paulo: saem de São Paulo ou passam por São Paulo.

São Paulo tem dois aeroportos, Guarulhos e Congonhas, mas tem mais: Campo de Marte e Viracopos, em Campinas. É possível a solução para acabar com o estrangulamento em São Paulo? Claro que é. Quanto custa? Segundo o seminário, custa R\$20 bilhões; segundo a Infraero, custa R\$7 bilhões apenas o estrangulamento de São Paulo; segundo o PAC, R\$3 bilhões. Não que segundo o PAC custe três, mas o PAC alocou apenas R\$3 bilhões, em quatro anos, para resolver o estrangulamento de São Paulo.

A Infraero, que é uma empresa do Governo, diz que se resolve o nó de São Paulo adequando-se as pistas de Congonhas, aparelhando-se o Campo de Marte para receber pouso e decolagem de vôos executivos, que ocupam espaço e tempo em Congonhas, fazendo-se o terceiro terminal de embarque e desembarque em Guarulhos e adequando-se Viracopos com a construção de um trem rápido, que ligue São Paulo a esse aeroporto.

Isso custaria, segundo trabalho consistente mostrado no seminário, R\$20 bilhões. A Infraero, para al-

gumas obras – que não são todas as que computamos no seminário –, diz que custaria R\$7 bilhões. O Ministro Waldir Pires diz que dentro de um ano não haverá mais crise, e o PAC, que é a panacéia do problema do apagão aéreo, contempla R\$3 bilhões.

Não vão resolver, Senador Gilvam Borges. Estamos enganando a população brasileira. E a Ministra chega com aquela história de “relaxa e goza”. Está gozando com a cara da gente! Tenha paciência!

Qual é a saída? Senador Mão Santa, o aeroporto de Congonhas é altamente viável sob o ponto de vista econômico. Guarulhos também é altamente econômico. O Campo de Marte seria altamente econômico. A operação de Viracopos seria altamente viável economicamente. Por que não se faz a privatização do setor? Foi o que o meu Partido sugeriu.

Se se estivesse oferecendo privatização para um setor que não é lucrativo, eu estaria produzindo uma blasfêmia ou uma declaração inconseqüente e irresponsável. Jamais eu faria isso! Agora, existe uma coisa chamada privatização, que foi sucesso na Vale do Rio Doce, na telefonia, num mundo de coisas que foram privatizadas no Brasil. E não se quer privatizar para se resolver o maior problema, para o qual Lula não dá a menor pelota.

Cadê Lula, presente na questão do apagão? Cadê Lula, no *Café com o Presidente* de hoje, fazendo uma consideração conseqüente e responsável sobre o apagão do sábado e do domingo? Cadê? Juscelino caiu em cima de Orós. E o Lula? E o Presidente Lula? Fica passando para Paulo Bernardo, para o Waldir Pires, para o homem da Infraero e ninguém resolve, levam de barriga!

E tome-lhe confusão!

A fórmula está na mão, basta que se removam alguns cacoetes ideológicos. A privatização é uma solução boa quando o setor é viável, em qualquer lugar do mundo: na China, na União Soviética, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil. Por que não se parte para a privatização?

Oferecemos um modelo e já o mandamos para a CPI do Apagão na Câmara e no Senado. Como é o processo de privatização ou de concessões, no caso, concessões? A Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, seria a comandante de um processo ao qual estaria subordinada a Infraero. Esta, que hoje faz tudo e não faz bem, seria responsável pelo planejamento estratégico. Os aviões evoluem tecnologicamente todo dia, os equipamentos, todo dia, as pistas devem evoluir todo dia e a Infraero, que dispõe de excelente corpo funcional, ficaria com a responsabilidade, subordinada à Anac, do planejamento estratégico.

Além disso, seria feita a privatização de três grandes núcleos: um núcleo sediado em Brasília, que controlaria todos os aeroportos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alguns viáveis, outros não, mas um dando viabilidade ao outro; um segundo núcleo, em São Paulo, seguramente viável, com investimentos previstos de R\$20 bilhões para se resolver o principal nó do apagão; e um terceiro núcleo, com sede no Rio de Janeiro, que controlaria o Sul e o Sudeste, exceto São Paulo.

Essa é a fórmula que nós, tecnicamente, entregamos ao Governo. Queremos ver se o Governo se interessa ou não por ela, ou se fica e insiste naquela história da Marta, de “relaxe e goze”.

Não dá, Presidente Mão Santa!

Sugeri aos empresários, entre as fórmulas que apresentei, a remoção de um cacoete ideológico. Parem com esse cacoete de ficar contra privatização! Não privatizaram as distribuidoras de energia elétrica por um cacoete ideológico. Estão levando a Eletrobrás a um prejuízo de R\$4 bilhões porque insistem em não privatizar o que já deu certo quando foi privatizado. Insistem em fazer ouvido de mercador – já falei sobre esse assunto da privatização dos aeroportos – porque não querem abrir mão, pois a Infraero pode gerar emprego para apadrinhados do PT. Pára! Chega! Chega de se contratarem 600 e de se aumentarem em 139% os salários! Vamos resolver o problema do Brasil e dos brasileiros, para que não transformemos os nossos aeroportos em praças de guerra. Vamos agir com responsabilidade.

O Presidente Lula se arvora tanto da comparação com Juscelino Kubitschek, mas este, quando Orós estourou, plantou-se por três dias no Ceará. Ele dizia: “Orós, tem pena de nós!”. Eu digo, agora: “Lula, tem pena de nós! Dedique um pouco da atenção do seu Governo à solução para aqueles que geram emprego”. Quem anda de avião é pobre, médio e rico. É mais rico e da classe média que pobre, mas pobre também já viaja de avião, pois baixou muito o preço. Agora, quem carrega este País nas costas é quem movimenta os negócios, é quem se diverte, é quem gera emprego, e esse assunto está, a cada dia que passa, mais “encroado”.

Antes que seja tarde, estou trazendo o meu alerta e a minha sugestão. Eu disse isso no fórum empresarial de São Paulo e a idéia foi maravilhosamente bem recebida. Estou insistindo nesse assunto como uma contribuição patriótica que meu Partido dá a uma questão que aflige o Brasil e que deve ter solução.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Permite-me complementar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, já que citou Juscelino Kubitschek?

Quando ocorreu o episódio de Orós, eu era ves-  
tindo em Fortaleza, Ceará, e acompanhei tudo.

Eu estava terminando o curso de Medicina quando Juscelino Kubitschek deixou o Governo. Ele foi à Faculdade de Direito, onde fez uma palestra, no final, no apagar do seu Governo, no seu crepúsculo.

Senador José Agripino, ele foi àquelas praças. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> conhece Fortaleza, mas na Praça do Ferreira havia um abrigo, onde era costume tomar-se café e onde se reuniam os torcedores do Ceará.

Senador Gilvam Borges, ele estava acompanhando de Deputados.

A Assembléia e o Palácio do Governo ficavam no centro da cidade, mas hoje mudaram.

Um homem se aproximou de Juscelino, que era homem de ação, que foi lá no momento da dificuldade de Orós, enfrentou-a e fez essa obra. Esse homem do povo, usando chapéu, um sertanejo, queria se aproximar, mas os Deputados estavam em torno de Juscelino, que não resistiu àquilo. Eu estava do lado e, naquele instante, aquele homem, traduzindo o respeito que tínhamos, disse: “Ô Presidente pai-d’égua!”. Pai-d’égua, no Nordeste, para o homem do campo, significa homem vitorioso e de coragem.

Esse é o Juscelino que o Presidente da República deve imitar.

V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida alguma, é uma das figuras de maior competência, por isso, um Senador aplaudido.

Estive no Estado do Acre, dei autógrafos, pedi-ram-me para tirar fotografias. Também em Rondônia, em uma festa junina, bateram palmas quando minha presença foi anunciada. Portanto, o Senado não é o que estão dizendo, não! Somos nós os continuadores de Rui Barbosa que V. Ex<sup>a</sup> representa nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup> tem grande conhecimento tão grande, e vi V. Ex<sup>a</sup> no começo desse entusiasmo do PT. A ignorância é audaciosa. Eles soltaram foguete para a mamona, para a energia gerada pela mamona, e V. Ex<sup>a</sup> já dizia que não tinha economicidade. Com seus conhecimentos de engenheiro e de homem que administrou, no Maranhão, uma empresa produtora de riquezas, já dizia isso. Está aí, foi um fracasso total esse negócio de energia de mamona. Só houve na televisão essa energia criada.

Para complementar o que disse V. Ex<sup>a</sup> – eu estava atento, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe de tudo –, seria interessante que V. Ex<sup>a</sup> lesse um artigo que está no *Jornal do Brasil*, de Ubiratan Lorio, um economista, intitulado “Nosso dinheiro não é capim”, em que ele compara um avestruz, que pesa até 150Kg, a uma galinha, que não chega a pesar 1,5Kg. Nós somos o avestruz. Estamos comendo demais, sugando o povo.

João Paulo dos Reis Velloso, piauiense, sem dúvida foi o melhor Ministro do Planejamento deste País! Ele foi a luz no período revolucionário. Senador José Agripino, na semana passada, ele foi a nossa cidade, Parnaíba. Estudei no mesmo colégio em que ele estudou, Ginásio São Luiz Gonzaga, que é diocesano. Eu queria apenas que Luiz Inácio Lula da Silva



compreendesse que aquele que é o mais sábio dos economistas, aquele que teve 20 anos de mando, sendo a luz do período revolucionário, aquele que fez os PNDs I e II, João Paulo dos Reis Velloso, aquele que deu grandes ensinamentos ao PT, à Pátria e aos aloprados. Foram, repito, 20 anos de mando e nenhuma falcatura, nenhuma corrupção, nenhuma indignidade. Mostrou o nosso caráter, dos nordestinos. Ele disse, claramente, no Piauí: “Este Governo tem de diminuir, tem de economizar, tem de gastar menos ou irá cobrar mais impostos. E o povo está sacrificado”. Esse artigo é nesse sentido. Ele acusa o que V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino, tem de defender. V. Ex<sup>a</sup> é o Líder da Oposição, Oposição que poderá salvar o Brasil. O jornalista denuncia que vem aí uma medida provisória em que há salários de até R\$10.488,00 entrando pela porta larga da malandragem, da corrupção. São R\$10.488,00! Vai ter gente que virá nessa medida provisória sem concurso. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: onde estão os generais, os coronéis, os engenheiros, os médicos? São R\$10.488,00, que serão aprovados, porque o Governo está naquela fase de que tudo pode. Temos de reagir! Diz o articulista que “O nosso dinheiro não é capim”. A avestruz está aumentando cada vez mais, que é o Governo.

Isso coincide com aquele trabalho de Ted Gaebler e David Osborne, *Reinventando o Governo*, em que afirmam que o Governo tem de ser menor, não pode ser grande demais, senão afunda, como V. Ex<sup>a</sup> disse. Então, nossos cumprimentos. Deus não ia abandonar este Congresso Nacional: botou V. Ex<sup>a</sup> para nos liderar e sair com essa solução.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Mão Santa, obrigado por esse aparte final.

Também quero fazer uma consideração. V. Ex<sup>a</sup> disse que foi ao Acre e a Rondônia e que, lá, as pessoas paravam V. Ex<sup>a</sup>, tiravam fotografias e o cumprimentavam. Com certeza, há pessoas que o admiram e há pessoas que não o admiram. Isso é normal em um homem público. Quem lidera, coloca em torno de si pessoas que o amam e pessoas que não o amam – e até aquelas que o odeiam. Não sei se é o caso de V. Ex<sup>a</sup>. Mas V. Ex<sup>a</sup> cita algo que, para mim, cala fundo e é preciso ser dito e repetido: o Senado da República está passando por um péssimo momento. Há pessoas que estão falando pelo Senado Federal, mas que não têm legitimidade para fazê-lo, por não serem as figuras mais representativas. Não são como V. Ex<sup>a</sup>, uma figura que é respeitada; que, mesmo tendo todos os defeitos do mundo, nunca houve acusação de corrupção contra V. Ex<sup>a</sup>. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> chega ao Acre, a Rondônia, a lugares fora do seu Estado e dentro do seu Estado e é chamado para abraços e fotografias. Existem pessoas no Senado Federal – e são a maioria – que têm como bandeira o espírito público, o interesse coletivo, o respeito às instituições e o respeito à ética.

Neste momento, o Senado Federal está numa encruzilhada. O Conselho de Ética está analisando dois casos, duas denúncias, duas representações: uma contra o Senador Joaquim Roriz e outra contra o nosso Presidente, Renan Calheiros.

Vejo – e lamento muito o que estou vendo – que existe um percentual dos que têm assento no Conselho de Ética que adotaram a postura de “custe o que custar” partir para o arquivamento do processo do Presidente Renan Calheiros, seja qual for o custo, repito. Mas existem outros que avaliam corretamente, respeitando a opinião pública do Brasil e as suas consciências, que, se o custo para o arquivamento desse processo for a diminuição da Instituição perante o País, esses mesmos irão às últimas conseqüências para defender a Instituição, defender o Congresso, defender esta Instituição que existe há muitos anos, que tem um conceito que está em julgamento e que vai ser objeto de barricada. Incluo-me entre aqueles que não estão dispostos, em hipótese alguma, “a custe o que custar”, evoluir para o arquivamento de um processo que tem de ser objeto de esclarecimentos.

Senador Mão Santa, é duro o que vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>, mas o que ouço na rua é, lamentavelmente, uma condenação por antecipação ao Senador Renan Calheiros. A alternativa que S. Ex<sup>a</sup> precisa lançar mão é de aprofundar as investigações, fornecendo-nos provas – se elas existirem – que venham em sua defesa e absolvição. Há uma prévia condenação. Portanto, deveria ser do interesse dele o aprofundamento das investigações, para que provas, se existirem – e até desejo que existam –, produzam a sua absolvição.

Em jogo, neste momento, está a capacidade de V. Ex<sup>a</sup> se apresentar ao Brasil, de eu me apresentar ao Brasil, de qualquer um de nós se apresentar ao Brasil e receber o cumprimento cordial do brasileiro. Do contrário, vamos ser enxotados, vamos ser xingados, vamos ser menosprezados. E, mais do que cada um de nós individualmente, a Instituição Senado Federal pagará um preço que não pode pagar.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Quero complementar sua fala para dizer da importância de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é ímpar, porque é o Líder dos Partidos de Oposição.

Senador José Agripino, os governos são velhos; desde há muito existem tipos variados de governo. No entanto, oposição é a modernização da democracia. V. Ex<sup>a</sup> é a oposição que Rui Barbosa representou na campanha civilista que os militares fizeram. V. Ex<sup>a</sup> é Nabuco. Quando todo o Brasil, toda a imprensa, toda a mídia, queria a escravidão, ele era a voz solitária e isolada da Oposição. E V. Ex<sup>a</sup> tem essa responsabilidade.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou otimista. Juscelino Kubitschek dizia que “é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”. Tenho muito medo de julgamen-

tos apressados. Todos nós estudamos o julgamento de Sócrates, a apologia de Sócrates. Quatrocentos anos antes de Cristo, ele, que era sábio, negou-se a julgar os generais. Houve uma ditadura na Grécia em que 30 tiranos mandaram que ele julgasse os generais, mas, rapidamente, ele não aceitou. Por causa disso, ele quase foi condenado, mas não os julgou. Os tiranos caíram. Foi um julgamento muito rápido, e ainda hoje o povo lamenta. O outro julgamento apressado foi o de Cristo. Rapidamente, lavaram as mãos, incitados que foram por Anás e Caifás. Então, no caso deste julgamento do Senado tem de ser como está sendo; se há falhas, vamos corrigi-las.

Este Senado, em seus 183 anos, fez *show* em muitas crises. E lembro-me de uma: eu estava ao lado de Petrônio Portella, quando aqui houve uma reforma do Judiciário, aprovada. Geisel mandou fechar o Congresso, e Petrônio Portella – eu estava ao seu lado, repito –, traduzindo a grandeza do que nós Parlamentares do Nordeste representamos, só disse: “É o dia mais triste de minha vida”. E aquela autoridade moral, aquela voz moral, fez com que Geisel mandasse reabrir, e estamos aqui.

Então, vivemos uma crise. Fiquei muito preocupado quando vi o Presidente da Venezuela achincalhar o Senado brasileiro. É estranho: o Presidente da República, com tanta intimidade, o José Agripino, com o Presidente da Venezuela, e este agrediu o nosso Senado. Isso é um desmoroamento que o Poder Executivo está permitindo.

Agora, representando esta Casa, vou ler algo que diz respeito à ONG Transparência Brasil. Todos sabem o perigo, e advirto aos brasileiros e às brasileiras que isto aqui é a última resistência pela manutenção da democracia. Cuba está aí, Venezuela está bem aí, o Equador, rapidamente, Bolívia e Nicarágua, se o Brasil ainda está na democracia é por esta Casa.

Senador Francisco Escórcio, a ONG Transparência Brasil divulgou, recentemente, com ampla repercussão junto aos órgãos de imprensa, trabalho no qual coloca o Parlamento brasileiro e, em particular, o Senado Federal entre os mais caros do mundo, numa comparação feita para um grupo de 11 países.

Para o Senado brasileiro, as conclusões do trabalho foram erigidas em bases eivadas de vícios técnicos, que, à luz de uma análise mais criteriosa, tornam-nas completamente apressadas e falsas.

O trabalho feito pela ONG em questão contém, segundo análise de técnicos do Senado Federal, pelo menos as seguintes imprecisões – isso talvez esteja acontecendo, porque o Senado está pedindo uma CPI das ONGs que atuam no Brasil –:

1. ao agregar os dados do lado brasileiro, para compará-los aos dos outros países, o estudo da Transparência Brasil não levou em conta que 25% dos dispêndios totais do Congresso brasileiro referem-se a despesas com inativos e pensionistas,

portanto, a gastos previdenciários que em nada se relacionam ao custo efetivo de um parlamento. Provavelmente, muitos dos parlamentos citados na pesquisa não incluem esse item em suas despesas, tornando os números, portanto, não-comparáveis com os do Brasil;

2. do mesmo modo, no caso do Brasil, também se agregou aos dados o custo patronal, relativo às contribuições previdenciárias, que difere de país para país, conforme suas legislações, e que, no caso do Senado brasileiro, soma R\$189 milhões, item que não guarda qualquer relação com a atividade parlamentar, sendo de natureza eminentemente previdenciária. No caso brasileiro, a contribuição patronal para a Previdência corresponde a 2% da folha, correspondendo a R\$372 milhões nas duas Casas do Legislativo Federal;

3. a despesa do Congresso Nacional representa 0,7% do Orçamento da União (excluído o refinanciamento da dívida pública). Ao se descontarem as despesas de cunho previdenciário, esse percentual cai para 0,48%;

4. a comparação de custo em termos de salário mínimo local, feita pelo estudo, é diretamente influenciada pela estrutura de distribuição de renda do país analisado, bem assim pelo poder de compra desse indicador. Nesse sentido, a existência de um custo mais alto em termos de salário mínimo local não significa necessariamente excesso de despesa ou baixa eficiência do parlamento em questão;

5. o estudo mencionado, na tentativa de universalizar os dados, baseou-se em parâmetros de taxa de câmbio, provavelmente assumindo a premissa de tratar-se de uma situação em que essa se posiciona em um ponto de equilíbrio. No entanto, é notório que atualmente o real encontra-se extremamente valorizado perante as principais moedas fortes do mundo, como o dólar norte-americano e o euro. Assim, se esse estudo tivesse sido feito há três anos, quando o câmbio era US\$3,2, o custo em dólar do Parlamento brasileiro cairia a 62% do valor agora apurado;

6. O trabalho não leva em conta as peculiaridades do Parlamento brasileiro, praticamente dividido em três, Senado, Câmara e Congresso Nacional, nem as dimensões continentais do País, que envolve maiores custos de deslocamento dos Parlamentares e coisas dessa natureza;

7. em síntese, ao se descontarem as despesas que não constituem efetivamente ônus do Legislativo; ao se considerarem as peculiaridades do Brasil e de sua estrutura federativa; e ao se levar em conta a excepcional valorização do real, conclui-se que o gasto efetivo do Parlamento brasileiro não se encontra entre os mais altos do mundo. Ao contrário, apresenta-se em níveis adequados à complexidade das demandas que lhe são

impostas. Vale destacar que, apenas com a retirada das despesas previdenciárias do rol comparativo, a despesa anual do Congresso brasileiro seria reduzida de R\$32,72 para R\$22,50 por habitante, caindo para a oitava colocação no grupo dos onze países pesquisados.

Essa é a verdade.

Queríamos mostrar, ainda, a crença... Senador Francisco Escórcio: visitando o Estado do Acre e o Estado de Rondônia, posso apresentar às brasileiras e aos brasileiros o respeito que os Senadores desta República ainda gozam. Recebi manifestações de carinho e passo a ler mensagem do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia, Sinsepol.

Não tinha avisado que visitaria aquele Estado. Pretendia apenas conhecê-lo com Adalgisa, namorar em Rondônia. Minha missão oficial, a convite do Senador Geraldo Mesquita, era estar presente, para uma programação cultural e política do Acre. Mas mostrei vontade de conhecer Rondônia, sua história e sua gente. E, lá chegando, recebi esta comenda:

Amigo da Polícia Civil, Senador Mão Santa, PMDB [...], temos a honra de outorgar o presente título de amigo da Polícia Civil do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao nosso País no Senado da República.

Porto Velho, 29 de junho de 2007.

Cícero Evangelista Moreira, Presidente.

Recebemos também as homenagens do Governador Ivo Cassol, do Senador Expedito Júnior e o carinho, o apreço e os aplausos daquele povo, mostrando a grandeza do conceito deste Poder Legislativo, herdado a partir da grandeza de Rui Barbosa, nosso patrono, que disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça.

Hoje, segunda-feira, 2 de julho de 2007, queremos homenagear a Bahia. Esta data é importante para a História do Brasil. No 13 de março, no Piauí, em Campo Maior, expulsamos os portugueses, e aquele gesto heróico dos piauienses, expulsando os portugueses do Brasil e garantindo essa grandeza territorial, foi seguido pelos irmãos baianos, que, em 2 de julho, fizeram outra batalha sangrenta, sendo as duas batalhas sangrentas pela independência e pela manutenção da unidade territorial.

Aos baianos a nossa admiração, justamente aqui representados pelos três extraordinários Senadores: Antonio Carlos Magalhães, César Borges e João Durval.

Pedimos ao Senhor do Bonfim que, neste momento difícil, recupere a saúde do nosso bravo Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 297/07/PS-GSE

Brasília, 26 de junho de 2007

**Assunto:** Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei nº 7.569, de 2006, do Poder Executivo (PLC nº 10/07), o qual “Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 301/07/PS-GSE

Brasília, 29 de junho de 2007

**Assunto:** Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.276, de 2003, do Senado Federal (PLS 212/03), o qual “Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de junho de 2007, e publicou no dia 29 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 379, de 2007**, que “Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****\*PV****Titulares****Suplentes**

1.

**PMDB**

Valdir Raupp 1.Gilvam Borges  
Wellington Salgado de Oliveira 2.Leomar Quintanilha  
Valter Pereira 3 Neuto de Conto

**PFL**

José Agripino 1.Raimundo Colombo  
Kátia Abreu 2.Edison Lobão  
Jayme Campos 3.Romeu Tuma

**PSDB**

Arthur Virgílio 1.Cícero Lucena  
Sérgio Guerra 2.Marisa Serrano

**PT**

Ideli Salvatti 1.Fátima Cleide  
Eduardo Suplicy 2.Flávio Arns

**PTB**

Sérgio Zambiasi 1.

**PDT**

Jefferson Péres 1.Osmar Dias

**PP**

Francisco Dornelles 1.

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves 1.  
Luiz Sérgio 2.  
Mário Negromonte 3.  
Luciano Castro 4.  
Jovair Arantes 5.  
Hugo Leal 6.

**Bloco (PSDB/PFL/PPS)**

Fernando Coruja 1.Arnaldo Jardim  
Antonio Carlos Pannunzio 2.Arnaldo Madeira  
Leonardo Vilela 3.Carlos Brandão  
Onyx Lorenzoni 4.Antonio Carlos Magalhães Neto

**Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)**

Márcio França 1.Marcondes Gadelha  
Miro Teixeira 2.Ademir Camilo

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 29-6-2007** (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: **2-7-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **3-7-2007**
- Emendas: até **5-7-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **29-6-2007 a 12-7-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **12-7-2007**
- Prazo na CD: de **13-7-2007 a 9-8-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **9-8-2007**
- Prazo no SF: de **10-8-2007 a 23-8-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **23-8-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **24-8-2007 a 26-8-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **27-8-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **10-9-2007** (60 dias)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de junho de 2007, e publicou, no dia 29 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 380, de 2007**, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Suplentes****PMDB**

Valdir Raupp 1.Gilvam Borges  
Wellington Salgado de Oliveira 2.Leomar Quintanilha  
Valter Pereira 3 Neuto de conto

**PFL**

José Agripino 1.Raimundo Colombo  
Kátia Abreu 2.Edison Lobão  
Jayme Campos 3.Romeu Tuma

**PSDB**

Arthur Virgílio 1.Cícero Lucena  
Sérgio Guerra 2.Marisa Serrano

**PT**

Ideli Salvatti 1.Fátima Cleide  
Eduardo Suplicy 2.Flávio Arns

**PTB**

Sérgio Zambiasi 1.

**PDT**

Jefferson Péres 1.Osmar Dias

**PSOL**

José Nery 1.

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS**

**Titulares** **Suplentes**

**Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves 1.  
Luiz Sérgio 2.  
Mário Negromonte 3.  
Luciano Castro 4.  
Jovair Arantes 5.  
Hugo Leal 6.

**Bloco (PSDB/PFL/PPS)**

Fernando Coruja 1.Arnaldo Jardim  
Antonio Carlos Pannunzio 2.Arnaldo Madeira  
Leonardo Vilela 3.Carlos Brandão  
Onyx Lorenzoni 4.Antonio Carlos Magalhães

**Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)**

Márcio França 1.Marcondes Gadelha  
Miro Teixeira 2.Ademir Camilo

**\*PSOL**

Chico Alencar 1.Luciana Genro

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 29-6-2007** (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: **2-7-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **3-7-2007**
- Emendas: até **5-7-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **29-6-2007 a 12-7-2007** (14º dia)

- Remessa do processo à CD: **12-7-2007**

– Prazo na CD: de **13-7-2007 a 9-8-2007** (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: **9-8-2007**

– Prazo no SF: de **10-8-2007 a 23-8-2007** (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: **23-8-2007**

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **24-8-2007 a 26-8-2007** (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **27-8-2007** (46º dia)

– Prazo final no Congresso: **10-9-2007** (60 dias)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu, do Governo do Estado do Paraná, o **Ofício nº S/37, de 2007** (nº 18/2007, na origem), encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União – Ministério da Fazenda – PGFN, e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007), das seguintes entidades:

– **Ofício nº 105, de 2007**, da Câmara de Vereadores de Itajaí; e

– **Ofício nº 41, de 2007**, da Coordenadoria-Geral da Rede de ONG da Mata Atlântica.

Os expedientes serão juntados ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 102/2007

Brasília-DF, 27 de Junho de 2007

Senhora Secretária,

Encaminho a Vossa Senhoria Relatório de Viagem, onde representei o Senado Federal na Missão Empresarial da Fecomércio/PE à República Popular da China, no período de 30 de maio a 12 de junho do corrente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, **Jarbas Vasconcelos**, Senador da República.

# RELATÓRIO DE VIAGEM OFICIAL À CHINA

---

O SENADOR REPRESENTOU O SENADO  
FEDERAL NA MISSÃO EMPRESARIAL DA  
FECOMÉRCIO/PE À REPÚBLICA POPULAR DA  
CHINA, DE 30/05/2007 A 12/06/2007

## RELATÓRIO DE VIAGEM MISSÃO COMERCIAL DA FECOMÉRCIO/PE À CHINA

---

### PRELIMINARES

---

Recebemos convite oficial (Anexo 1) para compor a delegação da Missão Empresarial da Federação de Comércio do Estado de Pernambuco à República Popular da China. Aceitamos prontamente o convite, levando em conta a importância de que tem se revestido essa iniciativa da FECOMÉRCIO/PE. A Missão já se repete anualmente desde 1996 e objetiva o intercâmbio comercial, tecnológico e cultural com diversos países. Tem buscado, também, estimular oportunidades de exportação, importação e investimentos no Nordeste, com relevante contribuição à geração de negócios para Pernambuco e para outros Estados nordestinos.

Ato contínuo à nossa decisão de participar da Missão, manifestamos à Presidência do Senado a disposição de obter licença das atividades do Congresso. De pronto, tivemos o entendimento de Sua Excelência o Presidente Renan Calheiros da importância da Missão. Este relato, portanto, objetiva prestar contas à Mesa Diretora das nossas atividades na Missão na condição de representante desta Casa legislativa.

---

---

**AGENDA**

---

PARA ORIENTAR A LEITURA DO RELATÓRIO, SINTETIZAMOS ABAIXO A AGENDA QUE FOI CUMPRIDA PELA MISSÃO:

- 30 maio (quarta-feira) Recife/Toronto, com pernoite no dia 31
  - 01 junho (sexta-feira) Toronto/Beijing
  - 02 junho (sábado) Chegada a Beijing; acomodação em hotel e descanso
  - 03 junho (domingo) Beijing; dia livre
  - 04 junho (segunda-feira) Beijing: Seminário FE:COMÉRCIO, seguido de almoço e workshop setorial, com rodada de negócios entre empresários da delegação e empresários chineses
  - 05 junho (terça-feira) Beijing: visitas técnicas, seguidas de visitas guiadas a monumentos da capital chinesa
  - 06 junho (quarta-feira) Beijing/Shanghai: embarque com destino a Shanghai; ; inauguração de escritório de representação comercial de Pernambuco; acomodação no hotel; tarde e noite livres
  - 07 junho (quinta-feira) Shanghai: Seminário FE:COMÉRCIO, seguido de almoço e workshop setorial, com rodada de negócios entre empresários da delegação e empresários chineses
  - 08 junho (sexta-feira) Shanghai: visitas técnicas, seguidas de visitas a pontos de interesse da cidade
  - 09 junho (sábado) Shanghai/Ningbo: traslado em ônibus de Shanghai para Ningbo, chegada e acomodação no hotel; visita à tarde à Feira Internacional de Bens de Consumo da China.
  - 10 junho (domingo) Ningbo: visitas à Feira Internacional de Bens de Consumo da China; reunião com autoridades municipais de Ningbo
  - 11 junho (segunda-feira) Ningbo/Shanghai/Brasília: traslado do hotel em Ningbo para aeroporto de Shanghai; embarque com destino a Recife/Brasília, via Vancouver, Toronto e São Paulo.
-

---

**REPRESENTAÇÕES**

---

De forma sucinta, apresentamos abaixo as representações institucionais feitas em nome do Senado Federal em momentos importantes da Missão. É justo ressaltar que esses momentos ganharam densidade com a participação das mais diversas instituições regionais, federais e estaduais, inclusive do Governador de Pernambuco, de prefeitos e deputados estaduais pernambucanos. Mas fazemos uma referência especial à constante participação e interesse da mais de uma centena de empresários nordestinos que apostaram nas oportunidades de negócios com a China ao decidirem participar da Missão.

**SEMINÁRIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS NO NORDESTE DO BRASIL EM BEIJING – 4 DE JUNHO DE 2007**

- Participação na mesa de abertura do Seminário, que teve a presença do Governador de Pernambuco Eduardo Campos, do Embaixador do Brasil na República Popular da China Luiz Augusto de Castro Neves, do ex-Senador por Pernambuco Ney Maranhão, do Presidente da FECOMÉRCIO/PE Josias Albuquerque e de representantes da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China.
- Seminário circunstanciado sobre oportunidades de investimentos, cooperação e negócios no Brasil, em especial no Nordeste, com apresentações do Governador de Pernambuco, do Presidente da FECOMÉRCIO/PE, do Presidente da CHESF e do Reitor da UFPE. O seminário foi seguido de rodadas de negócios muito concorridas, organizadas pelo SEBRAE. O interesse dos empresários chineses no Brasil chamou atenção, tendo havido a participação de mais de 200 deles no seminário e nas rodadas.

**INAUGURAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO EM SHANGHAI – 6 DE JUNHO DE 2007**

- Um dos eventos mais significativos da Missão ocorreu por ocasião da chegada do grupo a Shanghai. A delegação saiu direto do aeroporto para a inauguração do escritório de representação comercial de Pernambuco (servindo também aos outros Estados nordestinos) em Shanghai. Participamos da cerimônia de instalação, falando em nome do Senado e como ex-Governador de Pernambuco, manifestando nossa admiração pela ousadia da FECOMÉRCIO/PE, que teve o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, do SEBRAE/PE e do Governo do Estado de Pernambuco. O evento também teve a participação de vários deputados estaduais pernambucanos.

**SEMINÁRIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS NO NORDESTE DO BRASIL EM SHANGHAI – 7 DE JUNHO DE 2007**

- Presidimos a mesa de abertura do Seminário, que teve a presença do Presidente da FECOMÉRCIO, do responsável pelo escritório de Pernambuco em Shanghai, de representante do Governo de Pernambuco,



de empresário pernambucano atuando em Shanghai e contou com a representação política da Prefeitura do Recife, através do Vice-Prefeito Luciano Siqueira, e da Assembléia Legislativa de Pernambuco, através do Deputado José Queiroz.

- Da mesma forma que em Beijing, foi realizado em seguida um seminário sobre oportunidades de investimentos, cooperação e negócios no Brasil, em especial no Nordeste, com as mesmas apresentações do Governo de Pernambuco, da CHESF e da UFPE. O seminário foi seguido de rodadas de negócios também muito concorridas.

#### **VISITA À FEIRA INTERNACIONAL DE BENS DE CONSUMO DA CHINA EM NINGBO – 10 DE JUNHO DE 2007**

- Como parte das atividades da Missão, participamos da visita à Feira Internacional de Bens de Consumo da China, na cidade portuária de Ningbo, a pouco mais de 300 quilômetros de Shanghai. É uma das maiores feiras de consumo da China, permitindo uma visão ampla do que vem produzindo a indústria chinesa de bens de consumo.

#### **AUDIÊNCIA COM AUTORIDADES MUNICIPAIS DE NINGBO – 10 DE JUNHO DE 2007**

- Atendendo a convite do Presidente da FECOMÉRCIO/PE, representamos o Senado Federal em audiência com autoridades municipais de Ningbo, objetivando estreitar laços de cooperação e negócios entre o Nordeste e aquela cidade.

---

#### **EM SÍNTESE**

---

A Missão à China talvez tenha sido o auge de todas as missões realizadas pela FECOMÉRCIO de Pernambuco. Cabe aqui destacar a visão do Presidente da Federação Josias Albuquerque. Sem a sua liderança, ficaria difícil acreditar na viabilidade de organizar um grupo de 120 pernambucanos e nordestinos, das mais variadas áreas, para viajar ao outro lado do mundo.

O fato de a China concorrer conosco nos mais diversos setores não é motivo para ignorá-la. Basta ver o que fizeram economias muito mais estruturadas, como as dos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Todos estão na China. Apesar da avassaladora dimensão da economia chinesa, acreditamos que existe espaço para os nordestinos ocuparem.

E não deixa de ser ousada a iniciativa de abrir um escritório de representação em Xangai. Mas sem ousadia não se vai a canto algum.

Por fim, registramos nossos cumprimentos a todos que integraram a Missão à China, que, temos certeza, voltaram com uma imagem no mínimo diferente daquela que faziam do Gigante do Oriente.



Recife, 11 de Abril de 2007.

**Ofício GP Nº 064/2007**

Excelentíssimo Senhor  
**Dr. Jarbas Vasconcelos**  
DD. Senador da República Federativa do Brasil  
**Brasília – DF.**

**Senhor Senador:**

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para convidá-lo a compor a delegação nordestina que irá à República Popular da China, no período de 31 de maio a 12 de junho do corrente ano, dentro da estrutura operativa de nossa missão empresarial anual.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência esta FECOMERCIO/PE vem realizando Missões Empresariais desde 1996, proporcionando maior inserção econômica e cultural da Região Nordeste no cenário internacional, tendo alcançado incremento de exportações de produtos nordestinos, assim como, também, o acesso à tecnologia e formação de *joint ventures*.

O objetivo da Missão é promover os intercâmbios comercial, tecnológico e cultural entre os países, bem como estimular o aproveitamento das oportunidades de investimento no Nordeste do Brasil.

O foco principal da Missão será o conhecimento do potencial de comercialização dos produtos do Nordeste na China, bem como dos investimentos chineses no Brasil, iniciando uma relação de negócios que venha a proporcionar aos exportadores, importadores e investidores ações posteriores para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

A Missão Empresarial conta com o apoio institucional da Confederação Nacional do Comércio – CNC, da Confederação Nacional da Indústria – CNI e do SEBRAE/PE, além da participação da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE e Federações do Comércio, das Associações Comerciais, das Câmaras de Dirigentes Lojistas e Federações de Indústria de outros Estados do Nordeste, bem como das Federações de Agricultura e associações específicas de setores de nossa economia.

Conta para sua organização e operacionalização com o apoio técnico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, seja através do Setor de Promoção

Comercial em Brasília, seja através da Embaixada em Beijing e do Consulado em Xangai além da Embaixada da República Popular da China e da Câmara de Comercio e Indústria Brasil e China e a programação de trabalho inclui:

1. Seminários sobre Oportunidades de Investimentos e de Negócios no Nordeste do Brasil a ser realizado nos dias 4 e 7 de junho próximo em Beijing e Xangai em auditórios credenciados pela Embaixada Brasileira na capital chinesa.
2. Visitas Institucionais, políticas, técnicas e culturais a organizações chinesas de acordo com programa de trabalho montado pelo Itamaraty, Embaixada e Consulado na China e Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China.
3. Encontros de prospecção e rodadas de negócios entre empresas brasileiras e chinesas.
4. Participação na Feira Internacional de Bens de Consumo da China em Ningbo. Esta feira é a maior e mais profissional feira internacional de bens de consumo da China, orientada para a exportação com foco nos setores Têxteis para o Lar, Vestuário, Produtos de Indústria Leve, Arte e Artesanato, Aparelhos Eletrônico e Eletrodomésticos e Gêneros Alimentícios.

Vale informar a Vossa Excelência que a Missão representa o atendimento a uma demanda empresarial e governamental do Nordeste sendo esperadas inscrições de mais de 80 participantes representando o Governo do Estado de Pernambuco, Federações do Comércio, Indústria e Agricultura de todo o Nordeste, empresários do Comércio, da Indústria, da Agricultura, do Turismo e de Serviços assim como representantes do Poder Legislativo Estadual e Federal além da Imprensa de Pernambuco.

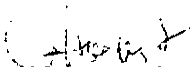
A participação de Vossa Excelência em nossa missão é de grande importância, uma vez que mostra uma unidade de trabalho e ação entre a sociedade organizada e o segmento político da Região.

A programação da Missão assim como a programação dos Seminários que ocorrerão em Beijing e Xangai segue anexa a presente.

O coordenador da missão – consultor empresarial Matheus Antunes, estará, a partir desta data, à disposição de Vossa Excelência para prestar qualquer esclarecimento que seja julgado necessário à sua efetiva participação em nosso evento internacional, através do telefone 81 – 3231.5393, fax 81 - 3231.2912, ou pelo e-mail [presidencia@fecomercio-pe.com.br](mailto:presidencia@fecomercio-pe.com.br).

Na certeza de contar com a honrosa presença de Vossa Excelência em nossa atividade internacional, subscrevo-me.

**Atenciosamente**



**Josias Silva de Albuquerque**  
**Presidente do Sistema FECOMÉRCIO/PE**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao Requerimento nº 634, de 2007.

O ofício vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 776, DE 2007**

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência a representar o Senado Federal no XXI Jamboree Mundial comemorativo ao centenário do Movimento Escoteiro a realizar-se em Londres, no período compreendido entre os dias 27 a 30 de julho de 2007, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização da Casa para desempenhar a mencionada Missão. O Escotismo tem por missão contribuir com a formação de jovens responsáveis, que compreendendo a dimensão da vida em sociedade, desempenham um papel produtivo na comunidade em que vivem. Na ocasião, representarei o Senado da República também na qualidade de Presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil – UPEB, filiada à União Parlamentar Escoteira Mundial – WSPU, entidade suprapartidária que congrega parlamentares brasileiros, de todos os níveis do Poder Legislativo, e que apóiam o Movimento Escoteiro como um forte colaborador para a formação de políticas públicas de valorização e proteção da infância e da juventude.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, que estarei ausente do País no período compreendido entre os dias 13 e 31 de julho de 2007.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2007. – Senador **Flávio Arns**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 103, DE 2007**

(Nº 416/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 3 a 5 de julho de 2007, a fim de participar da Cimeira Brasil-União Européia em Lisboa, Portugal, e da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em Bruxelas, Bélgica.

Brasília, 26 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 416, de 2007, e vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O

Srs. Senadores João Tenório, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Mário Couto, Marconi Perillo, Romero Jucá e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Genoíno, Palocci, e João Paulo, a bancada do silêncio”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 5 de março de 2007.

A matéria destaca que envolvidos em escândalos, os recém-eleitos deputados: José Genoíno, ex-presidente do PT, o ex-Ministro da Fazenda, Antonio Palocci e o ex-Presidente da Câmara João Paulo Cunha, tem tido uma atuação mais que discreta, evitando discursos, debates e apresentação de projetos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Genoino, Palocci e João Paulo, a bancada do silêncio

Envolvidos recentemente em escândalos, eles têm evitado discursos, debates e apresentação de projetos

BRASÍLIA

Só um mês depois da posse, na quinta-feira, o deputado José Genoino (PT-SP) fez discurso no plenário da Câmara. Abordou uma questão regimental, tema que mais o cativa desde a Constituinte de 1987/88. O ex-presidente do PT vinha mantendo uma espécie de voto de silêncio e não escondia o motivo, uma profunda mágoa com os meios de comunicação.

Nas poucas conversas que teve com jornalistas, e sempre reservadas, se disse injustiçado por ter visto seu nome citado no escândalo dos mensaleiros.

"O momento não é de aparecer, é de reflexão", costuma dizer Genoino sempre que procurado por algum repórter.

Na quinta-feira, no entanto, Genoino pareceu ter voltado aos tempos em que, além de ser um regimentalista, era um dos que mais ocupavam os microfones do plenário.

Pedi ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que decidisse uma questão relativa ao funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), porque lá, num só, foram juntados três projetos, um deles com parecer pela aprovação, um pela rejeição e

outro ainda sem decisão.

O nome de Genoino apareceu no escândalo do mensalão em decorrência de empréstimos tomados pelo partido no

**'Momento não é de aparecer, é de reflexão', diz ex-presidente do PT**

Banco Rural, com seu aval - àquela época presidia o PT - e do publicitário Marcos Valério. Segundo as denúncias, ambos teriam participado de um

esquema de financiamento de campanhas e pagamentos a parlamentares em troca de apoio ao governo. Ambos negam todas as acusações.

**PALOCCI**

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT-SP) é outro nome de destaque que procura manter a discrição. Depois de ser indiciado como mandante da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa - que denunciou seu envolvimento com um suposto esquema de lobby numa mansão no Lago Sul, em Brasília - , e de ter perdido o cargo de ministro da Fazenda, Palocci optou por ficar em silêncio.

Até agora, não apresentou nenhum projeto de lei. Fez apenas uma manifestação pública, durante a votação de uma medida provisória.

Já o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), também citado no escândalo do mensalão, tem sido 100% discreto. Nem fez discurso nem apresentou projeto. ● J.P.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Entidades de consumidores reagem e criticam ministra", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que a declaração da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, de que os usuários do transporte aéreo deveriam relaxar e gozar diante da

crise do setor, provocou a revolta de entidades de representação de consumidores.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Entidades de consumidores reagem e criticam ministra

Associação de passageiros alega que declaração de Marta é mais um exemplo do 'câncer' no setor aéreo

**Clarissa Oliveira**

Apesar de ter se desculpado por dizer que usuários do transporte aéreo deveriam relaxar e gozar diante da crise do setor, a ministra do Turismo, Marta Suplicy, não conseguiu conter a reação de entidades de representação de consumidores e usuários dos aeroportos brasileiros. Algumas evitaram se aprofundar nas críticas, mas outras não esconderam a indignação. A Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep) foi uma das primeiras a reagir. "Um ministro de Estado não pode dizer isso nem por engano", afirmou o presidente da entidade, Cláudio Candiota Filho.

Ele apontou que, em uma única frase, Marta foi capaz de desrespeitar pelo menos dois artigos da Constituição: o artigo 1º, que institui como um dos fundamentos do Estado brasileiro a "dignidade da pessoa humana", e o 5º, que no inciso 32 prevê que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". "Talvez pudéssemos sugerir à nossa ministra que leia a Constituição", disse Candiota, que é

advogado e especialista em Direito do Consumidor.

Para a coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini, a fala de Marta foi "infeliz" e só pode ser lamentada. Ela insistiu em que a ministra desconsiderou os interesses de parcela importante da população e serve de exemplo da falta de preocupação que este e outros governos têm com o consumidor. "Este talvez seja um problema de governo. O fato é que a questão dos consumidores nunca foi tratada como prioridade, tanto neste governo como em outros."

Segundo Marilena, Marta demonstrou que as suas preocupações estão muito mais voltadas aos turistas estrangeiros do que aos brasileiros. "A primeira missão de um ministro do Turismo deve ser se preocupar com turistas nacionais."

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito, afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que a posição de Marta é condenável, independentemente de as declarações terem sido feitas como uma "gozação".

"Marta Suplicy relaxou com

## FRASES

**Cláudio Candiota Filho**  
Presidente da Andep

"Um ministro de Estado não pode dizer isso nem por engano"

**Marilena Lazzarini**  
Coordenadora-executiva do Idec

"A primeira missão de um ministro do Turismo deve ser se preocupar com turistas nacionais"

**Cezar Brito**  
Presidente da OAB

"Marta Suplicy relaxou com a sua posição de ministra ou então quis fazer uma gozação com a paciência dos cidadãos que frequentam os aeroportos brasileiros"

a sua posição de ministra ou então quis fazer uma gozação com a paciência dos cidadãos que frequentam os aeroportos brasileiros", afirmou o presidente da OAB. "Condeno as duas posições porque a situação no setor aéreo do País é muito grave e já deveria ter sido solucionada pelo governo há muito tempo."

O Procon foi mais cauteloso em relação ao assunto. A entidade, que também respondeu por meio da sua assessoria, informou que não comentaria diretamente as declarações da ministra e limitou-se a dizer que "entende que o consumidor brasileiro deve sempre buscar seus direitos e não se conformar com a má prestação de serviços".

## LOTEAMENTO

A fala de Marta também serviu de base para contestações sobre a adequação de seu nome para conduzir a pasta do Turismo. Indicada para o posto pelo PT, a ministra chegou a ser cogitada para outros cargos no primeiro escalão, como Cidades e Educação. O argumento era que sua experiência na Prefeitura de São Paulo a gabaritava para conduzir qualquer área.

Candiota, porém, deixou claro que discorda dessa tese. Para ele, o episódio de ontem é mais um exemplo do "câncer" que acomete o setor aéreo. "O nome desse câncer é o loteamento de cargos", afirmou o presidente da Andep.

A frase foi uma referência a um comentário do ministro da Defesa, Waldir Pires. Ao dizer que estava em busca de uma solução para a crise, ele alegou que "bom médico só pode receitar remédio se souber a doença que tem o seu paciente".

"Ela nunca foi do ramo", disse Candiota. Para ele, Marta deu demonstração semelhante ao dizer que concentraria esforços no combate ao turismo sexual. "Quem tem que acabar com isso é a Polícia Federal." ●

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 17 de abril do corrente.

A matéria destaca que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, intensificou suas ações pelo país nos últimos três dias, com 13 invasões de terra em oito Estados e invasões de prédios públicos no Distrito Federal e no interior paulista.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Sem-terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF

MST invadiu pelo menos 13 áreas e atacou edifícios públicos em Brasília e em SP

**Em Santa Catarina, uma área do Exército foi invadida no domingo em Papanduva; o MST afirma que o Exército cercou a área, já desocupada**

DA AGÊNCIA FOLHA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA SUCURSAL DO RIO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) intensificou suas ações pelo país nos últimos três dias, com pelo menos 13 invasões de terra em oito Estados (ES, GO, MA, PB, PE, SC, RJ e SP) e invasões de prédios públicos no Distrito Federal e no interior paulista.

Em Brasília, integrantes do MST, da Contag e do MATR (Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais) invadiram ontem a sede do Incra. Eles quebraram uma porta de vidro na entrada e ocuparam todos os 23 andares do edifício.

As ações integram o chamado “abril vermelho”, que acontece durante todo o mês em memória do massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido há exatos 11 anos, onde 19 integrantes do MST foram mortos.

Em Brasília, os 800 manifestantes queriam se reunir com a cúpula do Incra para reivindicar o assentamento de pelo me-

nos 1.800 famílias no entorno do Distrito Federal e a exoneração do superintendente do Incra do DF, Renato Lordello. O Incra condicionou as negociações à saída dos manifestantes.

Após o impasse que durou quase todo o dia, os manifestantes aceitaram se deslocar para a garagem e formar uma comissão de 50 integrantes para iniciar as negociações, que começaram por volta das 18h.

A Justiça concedeu a reintegração de posse, mas o presidente do Incra, Rolf Hackbart, descartou o uso da força.

“Agora estamos iniciando uma negociação para desobstruir o prédio para que a gente possa trabalhar e avançar na reforma agrária do Brasil”, disse ele.

ra iniciar as negociações, que começaram por volta das 18h.

A Justiça concedeu a reintegração de posse, mas o presidente do Incra, Rolf Hackbart, descartou o uso da força: “Agora estamos iniciando uma negociação para desobstruir o prédio para que a gente possa trabalhar e avançar na reforma agrária do Brasil”, disse ele.

## Estados

Em São Paulo, o movimento mobilizou 450 pessoas para invadir uma fazenda e dois escritórios do Incra e dois do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), no Pontal do Paranapanema (oeste de SP) e no

noroeste do Estado. As ações foram organizadas por militantes ligados à direção nacional da sigla e de oposição a José Rainha Jr., líder do movimento no Pontal do Paranapanema.

Em SC, o MST invadiu uma área do Exército no domingo, em Papanduva. O movimento diz que o Exército cercou a área, desocupada ontem.

Na PB, cerca de 600 famílias invadiram ontem áreas em Bonito de Santa Fé e em Piancó.

No MA, a fazenda invadida ontem foi a São Benedito, em Governador Newton Belo.

Lavradores ligados ao MST e à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) invadiram ontem mais três fazendas em Pernambuco.

No ES, cerca de 40 famílias invadiram uma área em Guaçu. Em GO, o MST invadiu três fazendas nos últimos dias.

Na BA, cerca de 5.000 integrantes do MST chegaram ontem a Salvador após marcha iniciada no dia 9 em Feira de Santana. Em Bom Jesus da Lapa, cerca de 500 agricultores invadiram prédio da Codevasf.

No Rio, o MST invadiu no fim de semana uma área em Pirai e outra em Cardoso Moreira.

## » PONTAL

A fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes (SP), é invadida por cerca de cem sem-terra, que destruíram parte da plantação de cana-de-açúcar e impediram a entrada da polícia no local

## ABRIL VERMELHO 2007

Ações de trabalhadores sem terra pelo país

## O QUE É

Movimentos de luta pela terra intensificam ações para lembrar o assassinato, em 1996, de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA)

■ Estados com ações de sem-terra nos últimos três dias

### AÇÕES DE SEM-TERRA NOS ÚLTIMOS TRÊS DIAS

**BA** - 500 sem-terra da Ceta invadiram ontem prédio da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em Bom Jesus da Lapa. Ontem, 5 000 membros do MST chegaram a Salvador após marcha iniciada em Feira de Santana

**ES** - 40 famílias do MST invadiram ontem uma fazenda em Guaçuí

**GO** - No domingo, 150 famílias do MST invadiram uma fazenda em Aragarças. Ontem, outras duas foram invadidas pelo movimento em Urutá e São Luís do Norte

**MA** - 350 famílias do MST invadiram ontem a fazenda São Benedito, em Newton Belc

**PB** - 610 famílias do MST invadiram ontem fazendas em Bonito de Santa Fé e em Piancó

**PE** - Sem-terra ligados ao MST invadiram duas fazendas, em Pau d'Alho e Ibimirim. Integrantes da Fetraf invadiram fazenda em Panelas

**RJ** - No sábado, 150 famílias do MST invadiram fazenda em Cardoso Moreira. No domingo, cerca de cem famílias do movimento invadiram uma área em Piraf

**SC** - 500 famílias do MST invadiram domingo uma área do Exército, em Papanduva, usada para manobras militares. Deixaram o local ontem

**SP** - Uma fazenda invadida ontem pelo MST em Presidente Bernardes, no Pontal do Paranapanema. Hoje o movimento invadiu quatro escritórios — dois de Itesp e dois do Inkra — no Estado

### AÇÕES EM ABRIL E ESTADO EM QUE OCORRERAM

**MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**

» 30 invasões de terras (AL, ES, GO, MA, PE, PB, RJ, RS e SP)

» 7 invasões de prédios públicos (DF, PI, RS e SP)

» 1 marcha de Feira de Santana (BA) a Salvador

» 1 acampamento em Eldorado do Carajás (PA)

**MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade)**

» 1 invasão do prédio do Inkra (PE)

Fontes: MST e pesquisas nos Estados

**Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar)**

» 7 invasões de terra (PE)

**MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra)**

» 1 invasão de terra (AL)

**Ceta (Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados)**

» 1 invasão de prédio público (BA)

## memória

### Ação da PM provocou 19 mortes em 96

DA REDAÇÃO

O massacre de Eldorado do Carajás (PA) completa hoje 11 anos. Em 17 de abril de 1996, cerca de 1.200 sem-terra que iam a Marabá (PA) para exigir a desapropriação da fazenda Macaxeira, em Eldorado do Carajás (PA), bloquearam a rodovia PA-150.

O então governador Almir Gabriel (PSDB) ordenou que a Polícia Militar desobstruísse a estrada. Os sem-terra foram cercados por 155 policiais militares comandados pelo major José Maria Pereira de Oliveira e pelo coronel Mário Collares Pantoja.

Na operação, 19 sem-terra foram mortos, e 69 ficaram feridos. Doze policiais saíram feridos. Em 2002, o coronel Pantoja e o major Oliveira foram condenados a 228 anos e

158 anos de prisão, respectivamente, mas esperam em liberdade o julgamento dos recursos. Os demais PMs foram absolvidos.

O maior protesto para lembrar o massacre ocorreu em 17 de abril de 1997: sob chuva, cerca de 30 mil pessoas, segundo a PM, ou de 50 mil a 100 mil, segundo o MST, participaram do final da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília.

No ano seguinte, o MST disse ter reunido mais de

do o MST, participaram do final da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília.

No ano seguinte, o MST disse ter reunido mais de 34 mil pessoas em 20 Estados e no Distrito Federal para lembrar o massacre.

As mobilizações diminuíram em 1999 — cerca de 15 mil trabalhadores participaram de marchas, segundo o MST — e mais ainda em 2000, quando o MST promoveu uma onda de invasões — mais de 60, segundo o movimento, ou 12, segundo o governo.

No ano seguinte, o MST promoveu atos em 20 Estados, mobilizando 22 mil sem-terra. No Rio Grande do Sul, 1.500 militantes bloquearam a ponte que liga o Brasil à Argentina.

Em 2002, o MST promoveu atos em 11 Estados e bloqueou a Ponte da Amizade. Em 2004, realizou um ato público com 5.000 pessoas em Marabá (PA) e realizou 81 invasões de terras no país somente no “abril vermelho”.

### [+] TERRA: PASTORAL AFIRMA QUE VIOLÊNCIA NO CAMPO CAI, MAS 57 MORREM

A violência no campo diminuiu. Dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostram que, em 2005, 64 pessoas morreram em conflitos no campo. Esse número caiu para 57 em 2006. A entidade católica, ligada à CNBB, também afirmou que, no ano retrasado, foram registrados 1.304 embates na zona rural, número que passou para 1.212 em 2006 — queda de 7,82%.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.** Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas Furtado afirmou ontem que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) “é uma caixa-preta em todos os sentidos”. Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, Furtado disse que

a auditoria feita pelo TCU em novembro e dezembro detectou que a Infraero deixou de repassar R\$582 milhões desde 2000 ao comando da Aeronáutica.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador

Ligado ao Tribunal de Contas, ele disse na CPI do Apagão que há problemas em obras, contratos e aeroportos

**Engênia Lopes**  
BRASÍLIA

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas Furtado afirmou ontem que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) – responsável pela administração dos aeroportos do País – “é uma caixa-preta em todos os sentidos”. Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, Furtado disse que auditoria feita pelo TCU em novembro e dezembro detectou que a Infraero deixou de repassar R\$ 582 milhões desde 2000 ao comando da Aeronáutica. Os recursos, de taxas das companhias aéreas pelo uso de aeroportos, deveriam ter sido empregados na manutenção e modernização do sistema de controle de vôos. O depoimento serviu ainda para listar uma série de irregularidades na Infraero detectadas pelo TCU.

“A empresa é uma caixa-preta em todos os sentidos. Não se sabe sequer a norma que regula a distribuição de arrecadação das tarifas entre a Infraero e o comando da Aeronáutica”, disse. “Existem problemas de orçamento em todos os contratos. As obras em dez aeroportos são alvos de auditoria do TCU.”

Furtado afirmou que até a Infraero já admitiu que, entre 2004 e 2006, deixou de repassar R\$ 70 milhões ao comando da Aeronáutica – a informação não foi confirmada pela empresa (*Vêja texto ao lado*). Ele chamou o Ministério da Defesa de “perfumaria”, alegando que a pasta não tem controle nenhum sobre o orçamento dos comandos da Aeronáutica, Marinha e Exército nem sobre as empresas ligadas às Forças Armadas.

## CUMBICA

De acordo com o procurador, uma auditoria do tribunal fez a Infraero reduzir em R\$ 104 milhões o orçamento das obras do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, Guarulhos (SP), estimadas em R\$ 1,1 bilhão. “Não existe parâmetro de preço para as obras aeroportuárias.” Para exemplificar suas afirmações, disse que, no caso de Guarulhos, a Infraero apresentou orçamento idêntico para a construção de duas pistas totalmente diferentes: a de pouso dos aviões e a que dá acesso dos carros ao aeropor-

## Câmara convoca chefe de estatal e 4 ex-presidentes

... Um mês depois de instalada, a CPI do Apagão Aéreo da Câmara aprovou ontem a convocação do presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, e de quatro ex-presidentes da estatal – três deles do governo de Fernando Henrique Cardoso. O Executivo impediu, no entanto, a convocação da diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Lores, que é investigada pelo Ministério Público por suspeitas de irregularidades em licitação do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. “Eu quero com humildade e paciência explicar minha gestão”, afirmou o deputado Carlos Wilson (PT-PE), único ex-presidente da estatal no governo de Luiz Inácio Lula da Silva chamado a depor.

Em sessão administrativa, a CPI aprovou ainda a convocação de outras 23 pessoas, entre elas os controladores de vôo que estavam de serviço no dia do acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy, em 29 de setembro. Esses controladores já foram ouvidos no Senado. Também foi chamado o presidente da TAM, Marcos Bolognini.

Por 11 votos a 7, os governistas derrubaram requerimento da oposição que previa a realização de auditoria especial no Fundo Aeronáutico nos últimos quatro anos, a pedido da CPI.

Hoje, os integrantes da comissão deverão ouvir o presidente da Gol, Constantino de Oliveira Júnior, que já depôs na CPI do Senado. **de EA**

to. “Esse tipo de problema existe nas obras de outros aeroportos”, como Goiânia e Vitória.” Furtado afirmou ainda que a Infraero tem um prejuízo de cerca de R\$ 100 milhões com o aluguel de carrinhos usados para o transporte de bagagens nos aeroportos. Ele explicou que a estatal contrata uma empresa que subloca o serviço para outra empresa. “O que a Infraero paga por esses carrinhos é muito superior ao que é cobrado do fornecedor. São valores exorbitantes. É um cartel que domina todas as áreas de embarque do País”, disse.

No depoimento à CPI, Furta-

do revelou também que pediu ao TCU que investigue denúncia feita ao Ministério Público Federal (MPF) sobre irregularidades na terceirização do desenvolvimento de softwares para o controle do espaço aéreo regional da América Latina pelo Brasil. “Esse sistema até hoje não está funcionando. A estimativa é de que cause um prejuízo de R\$ 60 milhões ao comando da Aeronáutica, desde 2000.”

## CONTINGENCIAMENTO

Furtado afirmou aos senadores que o orçamento do Departamento de Controle do Tráfego Aéreo (Decea) não foi contin-

enciado, nos últimos anos, pelo governo federal. Segundo ele, o orçamento foi cortado pela Aeronáutica, antes de ser enviado ao Ministério do Planejamento. “A única exceção ocorreu em 2005, quando todos os ministérios tiveram orçamento contingenciado. Nesse ano, foram cortados R\$ 59 milhões do orçamento do Deca.”

Na auditoria feita no ano passado, o TCU verificou também que o comando da Aeronáutica deixou de realizar concurso para a contratação de 160 controladores de vôo em 2004, embora a medida tivesse recebido autorização do Minis-

tério do Planejamento.

## VÔO 1907

A CPI ouviu ainda o delegado Renato Sayão, responsável pelo inquérito da Polícia Federal sobre a colisão do jato Legacy com o Boeing da Gol, em 29 de setembro. Ele reafirmou que controladores de vôo e os pilotos do Legacy foram responsáveis pelo acidente, mas discordou da denúncia do MPF, segundo a qual o sargento Jomarcelo Fernandes dos Santos cometeu crime intencional (dolo). “Colocaria como culposo (não intencional).”

## Empresa contesta números de auditorias

A Infraero contestou, em nota, as afirmações do procurador Lucas Furtado na CPI. A estatal alegou que o TCU considerou em seus cálculos que a Infraero poderia reter, no máximo, R\$ 90 milhões das tarifas que arrecada. Segundo a nota, isso ocorreu só no ano de 1999.

A estatal afirmou que, para os anos posteriores, esse valor nominal foi trocado por uma porcentagem da receita – de 41%, válido até hoje. A empresa disse ainda que o relatório da auditoria ainda não foi julgado pelo plenário do TCU. Na nota, a Infraero garantiu que repassa 59% das taxas arrecadadas à Aeronáutica. “O Atear (Adicional de Tarifa Aeroportuária) incidente sobre as tarifas de TAN (tarifa sobre as comunicações para a navegação aérea) e TAT (tarifa sobre as comunicações em área de terminais de tráfego aéreo) é integralmente repassado à Aeronáutica. Também é repassado 59% da Tarifa de Navegação Aérea, ficando na Infraero o correspondente a 41%, destinado a cobrir as despesas de custeio com a prestação dos serviços de navegação aérea.”

Este ano, a Infraero arrecadou R\$ 916 milhões entre janeiro e março em taxas aeroportuárias. Desse total, a empresa afirmou ter ficado com R\$ 600 milhões; R\$ 280 milhões foram repassados à Aeronáutica e R\$ 55 milhões, destinados ao Tesouro Nacional. De 1998 até março último, foram arrecadados R\$ 22,4 bilhões.

Adenúncia de Furtado em relação ao software de gerenciamento de fluxos aéreos refere-se ao Sincromax, produzido pela Aeronáutica em 2000, ao custo de US\$ 3,1 milhões e, segundo fontes militares, já funciona no Rio. O sistema servirá para monitorar toda a América Latina, na mesma base de sistemas usados nos Estados Unidos e Europa. A Atech informou que analisará o conteúdo das declarações antes de se pronunciar.

EUGÊNIA LOPES e BRUNO TAVARES

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os meus nambiquaras”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 2 de maio de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi ridiculariza os mais de 200 processos movidos pelos integrantes do PT contra ele onde é classificado como “O colonista” ou “O colonista da VEJA”. Mainardi lembra que não citar o nome de alguém é um tabu comum em culturas primitivas. “Os índios nambiquaras nunca pronunciam os

nomes dos outros membros da tribo. Eles acreditam que os nomes próprios possuem propriedades mágicas...” O articulista ironiza a postura petista ao afirmar que analisa “os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss, Edgard Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça de formigas gigantes. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos.”

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Tribunal julga ilegal concorrência

vencida pela Gautama em SP", publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que, por unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aponta que a exigência do edital de licitação, vencido pela Gautama, foi majorada para limitar a competição entre as firmas interessadas. Segundo a reportagem, o contrato de R\$1,6 bilhão da empreiteira com a Prefeitura de Mauá, assinado em uma gestão do PT, pode ser anulado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**DIOGO MAINARDI**

## **Os meus nambiquaras**

Os petistas só se referem a mim como "O colunista" ou "O colunista da VEJA".

Trata-se de um tabu bastante comum entre os povos primitivos. Os índios nambiquaras nunca pronunciam os nomes dos outros membros da tribo. Eles acreditam que os nomes próprios possuem propriedades mágicas, sendo escolhidos diretamente por Dauásununsu, o ente supremo. Revelá-los é um sacrilégio.

Os oromos, da Etiópia, nutrem o mesmo temor pelos nomes próprios. As mulheres oromos costumam denominar seus maridos a partir de alguma característica marcante. Podem chamá-los de "O Honesto", ou "O Prudente", ou "O Desdentado", ou "O Dono do Cavalo Marrom".

Eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas. Se eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas, eles só podem ser os meus oromos, os meus nambiquaras. Sinto em relação aos petistas o mesmo espanto e o mesmo encantamento que Claude Lévi-Strauss sentiu em relação aos selvagens de Mato Grosso. Claude Lévi-Strauss, num de seus principais tratados sobre o assunto, comparou os nambiquaras a "uma raça gigante de formigas". Edgar Roquette-Pinto, que percorreu o território nambiquara duas décadas antes do antropólogo francês, definiu-os como "homens da Idade da Pedra". O presidente americano Theodore Roosevelt, que também passou pelas terras dos nambiquaras, afirmou que eles "nem chegaram à Idade da Pedra, sendo ingênuos e ignorantes como animais domésticos".

Eu analiso os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss, Edgar Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos.

Claude Lévi-Strauss estudou o código de leis dos nambiquaras. Seu aparato legal tem o mesmo grau de incerteza e de arbitrariedade que o aparato legal do petismo. Em todos os processos dos petistas contra mim — uns 200 — eles sempre acabam citando um trecho de um artigo que publiquei em 2005:

"Hoje em dia, só dou opinião sobre algo mediante pagamento antecipado. Quando me mandam um e-mail, não respondo, porque me recuso a escrever de graça. Quando minha mulher pede uma opinião sobre uma roupa, fico quieto, à espera de uma moedinha".

Para os petistas, essa é a prova cabal da minha venalidade, do meu mercenarismo. Afinal, se eu confesso candidamente que minha mulher compra minha opinião, é porque ela de fato compra. E, se ela

compra, qualquer um pode comprar. Esse foi o melhor argumento que eles conseguiram encontrar contra mim.

Muita gente teme que o petismo desambe para alguma forma de totalitarismo. "O colunista da VEJA" é menos otimista. Ele acha que o país tem tudo para se transformar numa imensa aldeia nambiquara, cheia de formigas gigantes.

# Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP

Contrato de R\$ 1,6 bilhão da empreiteira com a Prefeitura de Mauá, assinado em uma gestão do PT, pode ser anulado

**Por unanimidade, tribunal aponta que exigência do edital foi majorada para limitar a competição entre as firmas interessadas**

**RUBENS VALENTE  
JOSÉ ALBERTO BOMBIG**  
DA REPORTAGEM LOCAL

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo considerou ontem, em decisão unânime, ilegal a licitação pela qual a Prefeitura de Mauá (SP) repassou à empresa Ecosama, de Zuleido Soares de Veras, a concessão para explorar os serviços de água e esgoto na cidade.

Zuleido é pivô da Operação Navalha, da Polícia Federal. O contrato, assinado em janeiro de 2003, na gestão do então prefeito, Oswaldo Dias (PT-SP), é de R\$ 1,62 bilhão por um prazo de 30 anos.

O tribunal concluiu que pelo menos uma das exigências do edital de licitação, o índice mínimo de liquidez geral (capacidade da empresa de pagar dívidas) estava muito acima do normal, o que colaborou para restringir o número de empresas concorrentes. O edital exigia índice de 3,0 (R\$ 3,00 em caixa para cada R\$ 1,00 de dívidas da empresa), quando a prática, segundo o TCE, é de 1 a 1,5.

"Raríssimas seriam as empresas capazes de atender re-

quisito com semelhante grau de rigorismo", concluiu o conselheiro relator do processo, Edgard Camargo Rodrigues. De 41 empresas que retiraram o edital, só duas foram habilitadas e apresentaram propostas.

A decisão do tribunal agora obriga uma tomada de posição do atual prefeito, Leonel Damo (PV), que poderá rescindir ou manter o contrato. Há uma semana, o prefeito determinou uma intervenção na empresa.

Em nota distribuída ontem, a prefeitura informou que aguarda a publicação do acórdão do TCE para decidir o que fazer.

## **[+] PRESENTE: SENADOR DO PMDB AFIRMA QUE DEVOLVEU GRAVATA**

Almeida Lima (SE) negou, no Senado, sua inclusão na lista de presentes da Gautama. "Essa empresa Gautama jamais teria a ousadia de incluir meu nome em lista de presenteados pelo evento natalino em 2006, em 2005 ou em 2004 porque em 2003, na antevéspera do Natal, sem eu conhecer a Gautama nem Zuleido Veras, encaminharam (...) uma porcaria de uma gravata que mandei devolver no rastro. Em 2003, de forma mal-educada, eu mandei devolver".

Tanto a Ecosama quanto a prefeitura também poderão recorrer à Justiça comum.

A sessão de ontem no TCE analisou recurso da Ecosama contra uma decisão anterior, de 2006. Segundo os advogados de defesa, o edital não prejudicou a concorrência e a maior liquidez teria sido uma forma de reforçar garantias financeiras para a execução do contrato.

O Ministério Público informou que abrirá ação civil pública para averiguar possível dano ao erário. A promotora Adriana Moraes também pretende averiguar se a Gautama feriu princípios legais por ter assumido o controle da concessão por meio de uma empresa (a Ecosama) cujo capital social era de R\$ 1 mil. O capital social mínimo exigido no edital de licitação era de R\$ 30 milhões. A Gautama venceu a disputa e criou a Ecosama para tocar o contrato.

Em duas decisões contra a Gautama, o TCU mandou reter pagamentos de R\$ 1,8 milhão em obra contratada pela Petrobras no Maranhão e suspender eventuais pagamentos na ampliação do aeroporto de Macapá. A PF investiga se a Gautama tentou influenciar ministros do TCU. A Petrobras não se manifestou, mas informou que segue as orientações do tribunal. A Infraero não comentou.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Brasil cai 5 postos em *ranking* de competitividade”, publicado no jornal O Estado de São Paulo de 10 de maio de 2007.

A matéria destaca que o País ocupa o 49º lugar entre 55 nações e que o desempenho é negativo na maioria dos 378 quesitos observados. Segundo a matéria, o *ranking* mundial de competitividade de 2007 é preparado pela escola de negócios suíça, a IMD, International Institute for Management Development. Os dados são utilizados para demonstrar quais países têm maior capacidade para atrair investimentos. De acordo

com o estudo, o governo brasileiro, mais uma vez, foi responsável pela perda de competitividade do país.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade

País ocupa 49.º lugar entre 55 nações; desempenho é negativo na maioria dos 378 quesitos observados

## RANKING DA COMPETITIVIDADE

POSICÃO EM 2007	PAÍS	PONTOS EM 2007	POSICÃO EM 2006
1.º	EUA	100,000	1.º
2.º	Cingapura	99,121	3.º
3.º	Hong Kong	93,541	2.º
4.º	Luxemburgo	92,207	9.º
5.º	Dinamarca	91,926	5.º
6.º	Suíça	90,432	8.º
7.º	Islândia	88,689	4.º
8.º	Holanda	85,864	15.º
9.º	Suécia	84,119	14.º
10.º	Canadá	83,824	7.º
15.º	China	79,484	18.º
26.º	Chile	68,567	23.º
27.º	Índia	61,360	22.º
36.º	Colômbia	56,899	34.º
43.º	Rússia	47,315	46.º
47.º	México	45,305	45.º
49.º	Brasil	43,700	44.º
51.º	Argentina	43,350	47.º

Mudanças mais significativas nas posições			
PAÍS	2006	2007	MUDANÇA
<b>SUBIDA</b>			
Alemanha	25.º	16.º	+9
Holanda	15.º	8.º	+7
Itália	48.º	42.º	+6
Luxemburgo	9.º	4.º	+5
Suécia	14.º	9.º	+5
Romênia	49.º	44.º	+5
<b>QUEDA</b>			
África do Sul	38.º	50.º	-12
Japão	16.º	26.º	-10
Finlândia	10.º	20.º	-10
Austrália	6.º	16.º	-10
Turquia	43.º	48.º	-5
Brasil	44.º	49.º	-5

### Vera Dantas

O Brasil perdeu cinco posições no ranking mundial de competitividade de 2007 preparado pela escola de negócios suíça International Institute for Management Development (IMD) e apresentou desempenho negativo em quase todas as categorias.

A posição brasileira no ranking de 55 países despenhou do 44º lugar em 2006 para o 49º este ano. A classificação é feita com base em 323 indicadores quantitativos e qualitativos das 55 economias mais industrializadas. Os dados são utilizados para demonstrar quais países têm melhor capacidade para atrair investimentos.

De acordo com o estudo, mais uma vez, como no ano passado, o governo brasileiro foi responsável pela perda de competitividade do País. “A carga tributária excessiva, o custo do dinheiro para a atividade empresarial, o excesso de burocracia e o mau uso do dinheiro público deixaram o Brasil em penúltimo lugar no aspecto eficiência do governo, um dos pilares

que compõem o estudo”, diz o professor Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral, um dos responsáveis pelo estudo no IMD. “Foi o pilar mais crítico.”

Em infra-estrutura, o desempenho do Brasil também piorou – caiu da 46ª colocação para a 49ª. “Além de problemas como o baixo investimento em estradas, ferrovias e logística, no aspecto da infra-estrutura educacional, tecnológica e científica o País ficou entre os últimos colocados, o que compromete seu futuro”, diz.

O ranking mostra, pela primeira vez, além da posição dos países, a possibilidade dessas nações alcançarem o líder. Os Estados Unidos ainda ocupam o primeiro lugar na classificação, seguidos por Cingapura e Hong Kong. Segundo o estudo, 40 países estão crescendo e mantendo a competitividade em relação aos EUA, mas 15 estão perdendo fôlego.

Entre os países do chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o único, conforme o estudo, que está

se afastando dos EUA. A China subiu do 18º lugar para o 15º no ranking de competitividade. A Índia manteve a 27ª posição, mas vem apresentando melhorias nos últimos 10 anos, assim como a Rússia, em relação ao líder. O relatório observa que a cada dia surgem novas marcas e companhias em qualquer lugar do mundo e que a situação é considerada um desafio para as nações industrializadas.

Na avaliação da América Latina, o Brasil perdeu posição para o México, que ficou em 47º lugar. O destaque na região é o Chile, que está em 26º lugar. A Venezuela perdeu duas posições e foi para o último lugar. Todos os países europeus que nos últimos anos se planejaram para crescer tiveram resultados positivos no médio prazo, como Holanda, Suécia e Alemanha, observa Arruda. “É o que falta para o Brasil e que pode mudar se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PED) forem levados adiante.”●

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Crescimento pode ser vôo de galinha”, publicada pelo **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 05 de maio de 2007.

A matéria destaca que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, alertou, em entrevista à *Agência Estado*, que a política industrial de “maior envergadura”, anunciada pelo novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, é muito importante, mas não atingirá seus

objetivos se não estiver alicerçada em “condições macroeconômicas favoráveis”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# ‘Crescimento pode ser vôo de galinha’

## Para Skaf, sem reformas, ritmo mais acelerado não dura

**Roberto Camargo**

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, alertou, em entrevista à *Agência Estado*, que a política industrial de “maior envergadura”, anunciada pelo novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, é muito importante, mas não atingirá seus objetivos se não estiver alicerçada em “condições macroeconômicas favoráveis”.

Skaf, que reitera suas críticas ao ritmo do Banco Central na redução do juro e sustenta a nocividade da atual taxa de câmbio para alguns setores industriais, afirma que o crescimento de 4% previsto para este ano, poderá ser “um vôo de galinha” se o Brasil não viabilizar as reformas estruturais necessárias.

Skaf diz que tem bastante

sintonia com as propostas de Luciano Coutinho e acredita que o economista conseguirá implementar políticas setoriais eficientes, mas pondera que, ainda assim, elas estarão dentro do que se espera do BNDES, um banco de fomento.

“Mas a política industrial não depende só do BNDES”, argumenta o empresário, integrante do Conselho de Administração do banco de fomento. “É preciso fazer as reformas estruturais (tributária, política, previdenciária e trabalhista), reduzir a burocracia e atacar os gargalos existentes na infra-estrutura.”

Além disso, ele aponta a falta de segurança “jurídica, pública e, às vezes, até institucional” como fatores que também contribuem para inibir os investimentos no País.

### **REFORMA TRIBUTÁRIA**

O presidente da Fiesp não es-

conde sua apreensão com os rumos da reforma tributária, afirmando que, do ponto de vista da eficiência do País, sua implantação só se justifica se atender aos pressupostos da agilidade operacional e da redução de custos das atividades econômicas.

“Em vez de discutirmos a renovação da CPMF, tínhamos de discutir a fórmula de nos livrarmos dessa contribuição”, defende o empresário. “É preciso disciplinar os gastos públicos e combater os desperdícios para possibilitar a redução da carga tributária”, acrescenta. “Até agora, não vi nenhum debate sobre como economizar os R\$ 30 bilhões da CPMF.”

Na área tributária, Skaf reclama ainda das dificuldades que as empresas exportadoras têm para receber seus créditos de ICMS dos governos estaduais, afirmando que, ao lado do câmbio, esse é um dos maiores problemas do segmento.

### **REFORMA- Skaf ataca burocracia e gargalos na infra-estrutura**

No entanto, diante das sucessivas revisões para cima do desempenho da balança comercial, o presidente da Fiesp admite que a conjuntura marcada por forte demanda internacional de commodities “atenua o problema do câmbio” e impulsiona a atual tendência de crescimento econômico.

“A agricultura se recupera e os setores de construção civil,

siderurgia, mineração e papel e celulose estão indo bem”, avalia, sem se empolgar. “Isso pode ser vôo de galinha, crescimento de um ou dois anos, se não fizermos as reformas estruturais”. Ele argumenta que os 4% de crescimento previstos para este ano no Brasil “estão abaixo da média mundial, de 5%, e dos emergentes, de 7%”. ●

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com o seu último Relatório de Atividades, apresentado publicamente no final do ano passado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em mais uma prestação de contas anual, mostrou à sociedade brasileira que a sua gestão prima pela transparência, pelo cuidado com a coisa pública, pela eficiência de suas ações e pelo respeito aos interesses do País.

Desde que começou a apresentar publicamente as realizações de um período de atividades, a entidade, além de prestar conta de suas obrigações profissionais, políticas, econômicas, sociais e institucionais, procura, igualmente, transmitir informações e conhecimentos sobre esse vasto e complexo campo da Saúde Pública que afeta diretamente a vida de todo o cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Anvisa tem sede em Brasília e é dirigida por uma Diretoria Colegiada composta por cinco integrantes com mandato de três anos, cujo começo e término são coincidentes. Os dirigentes são sabatinados pelo Senado Federal antes de suas nomeações e têm estabilidade durante o cumprimento dos mandatos. Dentre os cinco, um é designado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Diretor-Presidente. No que se refere às decisões internas, todas são tomadas em sistema de colegiado, por maioria simples. O atual Diretor-Presidente é o Doutor Dirceu Raposo de Mello.

A Anvisa é um órgão ligado ao Ministério da Saúde, encarregado por este de desenvolver um conjunto de iniciativas legais, técnicas, educacionais, de pesquisa e de fiscalização, com vistas a equilibrar o controle sanitário de serviços e produtos para o consumo que apresentam potencial de risco à saúde e ao meio ambiente. Dessa maneira, como órgão de Vigilância Sanitária e como integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), a maior preocupação da Anvisa é a proteção e a promoção da saúde da população brasileira. Ela está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, áreas em que exerce diretamente atividades de fiscalização e também de controle sanitário.

Sua concepção está enquadrada no mesmo perfil institucional proposto para as demais agências reguladoras do Estado. Trata-se de uma autarquia especial, com agilidade e flexibilidade administrativa. Aliás, de acordo com o seu Relatório de 2006, essa proposta de autonomia reforçada fundamenta-se na possibilidade de redução de interferências políticas no processo de regulação, e também na predominância de critérios técnicos de decisão. No fundamento está a idéia de agregar estabilidade ao processo regulatório do setor no País.

Desde a sua criação, em 1999, pela Lei nº 9.782, a entidade procurou trabalhar de maneira correta, cum-

prir com as suas obrigações e oferecer à sociedade um trabalho elogiável. Mais ainda, durante esses últimos oito anos, buscou sempre a transparência para prestar contas de suas responsabilidades, do resultado de suas atividades e do cumprimento de suas metas. Dessa forma, é importante dizer que o conjunto do esforço empreendido pela Anvisa sempre esteve exposto à fiscalização da opinião pública, da mídia, do próprio Governo e de outras instâncias representativas da sociedade.

Segundo seus atuais dirigentes, a partir de 2006, com o amadurecimento do trabalho realizado, com o sucesso alcançado pelas suas ações, com o crescimento e com o respeito que adquiriu em todo o território nacional, a Anvisa sentiu a necessidade de se reestruturar para enfrentar adequadamente os novos desafios e as novas responsabilidades que não param de crescer. Assim, sem se descuidar do seu mais importante papel, a direção achou por bem reservar um espaço para se dedicar com mais afinco ao aprimoramento administrativo, organizacional e financeiro da Agência.

Nesse sentido, no início deste ano, a equipe dirigente iniciou um trabalho de modernização interna da entidade, com o objetivo de torná-la mais ágil, mais eficiente, mais flexível e mais fácil de ser administrada. A primeira iniciativa tomada foi a realocação dos recursos financeiros, que foram direcionados para itens estratégicos, como os recursos humanos. Finalmente, na parte relativa ao funcionamento burocrático, foi necessário redefinir o regimento e adequá-lo à nova etapa de trabalho. Essas iniciativas são relevantes e já estão mexendo com toda a estrutura de funcionamento da instituição. Enfim, para os que lá trabalham diariamente, o impacto renovador das medidas já é sentido em todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do qual a Anvisa é a instância coordenadora. Na prática, essas mudanças estão se verificando por meio da análise e da reengenharia dos macro-processos operacionais, da criação de condições para o estabelecimento de uma nova cultura interna, e da incorporação de novas metodologias e ferramentas que internalizem e garantam as boas práticas nos processos de trabalho. Segundo os técnicos, tal aperfeiçoamento, além de propiciar uma maior integração entre as áreas da instituição e imprimir maior agilidade nos processos que envolvem atividades administrativas e de caráter estratégico, vem proporcionando a construção de instrumentos capazes de acompanhar a execução dos serviços e, o que é mais importante, garantir a sua qualidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de enfatizar que a Anvisa é uma das mais importantes referências do nosso setor público. Trata-se de uma instituição de vigilância, de controle, de fiscalização da saúde e das condições sanitárias do nosso País. Indiscutivelmente,

a sua criação, em 1999, foi um passo decisivo dado pelo Governo, em busca da modernização, centrada em princípios de qualidade, em um importante setor da Saúde Pública, cujo desempenho na prestação de serviços à sociedade, até então, deixava a desejar.

Vale lembrar que a Anvisa surgiu em substituição à antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Desde os primeiros momentos, procurou agregar valores e visões importantes, que delinearam toda a sua atuação. Em consonância com essa orientação, a busca por novos padrões de excelência no campo técnico resultou na aproximação da Anvisa com a comunidade acadêmica, comprovada pela participação de técnicos da Agência em grande número de eventos de caráter científico. Como se não bastasse, a Anvisa iniciou, também em 2006, a elaboração do Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária, que será viabilizado ao longo dos próximos anos.

Como bem sabemos, as inovações tecnológicas, o crescimento populacional e o atual estágio de desenvolvimento do processo de globalização têm ampliado as necessidades sociais de proteção e de defesa da saúde, e tornado cada vez mais complexa a atividade de regulamentação no campo da Vigilância Sanitária. Em face dessa realidade, em nosso País, a Anvisa já está devidamente preparada para ser uma importante ferramenta de regulação, capaz de promover o controle sanitário em nível nacional e prevenir riscos graves à saúde de nossa população.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comemoramos, hoje, um dia especial. Depois de anos de discussão, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em dezembro passado pelo Senado, finalmente sai do papel.

E não é apenas a vida dos micro e pequenos empresários que a nova lei promete melhorar – e melhorar de forma significativa, substancial. É a vida de boa parte dos brasileiros. É a economia do país inteiro que deve ser impulsionada de agora em diante.

Para milhares e milhares de micro e pequenas empresas, o novo sistema de tributação criado pela Lei Geral pode significar a diferença entre falir e se manter no mercado. Melhor ainda: pode ser a chave do crescimento para pequenos negócios atolados em dificuldades financeiras e dívidas tributárias.

A opção pelo Simples Nacional está aberta até o final de julho. Pelas contas do Sebrae – o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas – sobram vantagens para quem aderir ao novo regime.

A economia com a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais será em torno de 20 por

cento para as empresas que já optam pelo Simples Federal e pode chegar a 50 por cento, dependendo do Estado em que a empresa estiver instalada.

A economia pode ser maior ainda – de até 80 por cento – no caso de empresas que não haviam aderido ao Simples Federal.

A Lei Geral ataca de frente um dos problemas mais sérios de nosso país, a informalidade, alimentada pela burocracia e pela carga tributária elevada, que penaliza, de forma brutal, nossas pequenas e micro empresas.

Nunca é demais lembrar que os micro e pequenos negócios representam nada mais nada menos que 99 por cento das empresas brasileiras. Geram 67 por cento de nosso Produto Interno Bruto.

Mais do que alívio financeiro, a redução de tributos vai permitir que os pequenos empresários façam caixa para investir no crescimento do próprio negócio.

As oportunidades também vão se multiplicar com a redução da burocracia.

Final, haverá uma enorme simplificação em todo o processo de declaração e pagamento de tributos, com um formulário único, que englobará impostos federais, estaduais e municipais.

Mais: com as novas regras, o tempo necessário para abertura de uma empresa deverá cair de 150 para 15 dias. E, no caso de licitações públicas, micro e pequenas empresas terão garantia de tratamento preferencial.

Isso quer dizer, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, ao aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Senado deu um impulso definitivo num dos setores mais importantes da economia.

Micro e pequenas empresas, antes empurradas para a informalidade, ganharam novo fôlego para competir no mercado.

A expectativa é que mais de um milhão de empresas sejam formalizadas com a Lei Geral. Isso significa mais emprego e mais renda no bolso dos brasileiros. Pelos cálculos do Sebrae, a nova lei vai permitir a criação de até três milhões de empregos.

Também não podemos esquecer o papel da micro e pequenas empresas no desenvolvimento do interior do país e na redução das desigualdades regionais.

Ao apostarmos nas micro e pequenas empresas, portanto, o Senado apostou no Brasil. Apostou no desenvolvimento econômico e na inclusão social.

Esse é o papel primeiro do Senado Federal. Esse é o papel que, tenho certeza, todos nós continuaremos a cumprir com total dedicação e responsabilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

**ORDEM DO DIA****1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, de 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

**2****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, de 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

**3****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 19, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

**4****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 20, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

**5****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, de 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

**6****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, de 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final: 9.7.2007



7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §  
6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:  
25.6.2007)

Prazo final: 9.7.2007

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento  
nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

9

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil*

*a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

10

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI - Linha de Crédito).*

11

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 - art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

*sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

### 13

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

### 14

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

### 15

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que

*acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

### 16

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

### 17

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipifi-*

*cados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

**25**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**26**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

**27**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

**28**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que

*aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**29**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

**30**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

**31**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo*

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

**32**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto*

do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre *Isonção Parcial de Vistos, celebrado em Bucarest, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.*)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
1ª Sessão Legislativa Ordinária da  
53ª Legislatura -2007  
Resenha Mensal  
(Art. 269, II, do RISF)  
(Período de 1º a 29/06/2007)**

**I - MEDIDAS PROVISÓRIAS**

**1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE  
CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:**

**Total.....2**

**Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 359, de 2007), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências (instituição de gratificações a servidores do Poder Executivo).*

**Sessão:** 21.06.2007

**Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2007** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 361, de 2007), que *institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN; trata de cargos de reitor e vice-reitor das Universidades Federais; revoga dispositivo da Lei nº 10.558; e dá outras providências.*

**Sessão:** 27.06.2007

## 2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....3
-------------

**Medida Provisória nº 360, de 2007**, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Municípios, e dá outras providências.

**Sessão:** 27.06.2007

**Medida Provisória nº 362, de 2007**, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007.

**Sessão:** 27.06.2007

**Medida Provisória nº 363, de 2007**, que acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

**Sessão:** 27.06.2007

## 3 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....1
-------------

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2007**, (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 358, de 2007), que altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências (FNS – Santas Casas de Misericórdia: parcelamento das dívidas de entidades desportivas com a Receita Federal, INSS, FGTS e Ancine).

**Sessão:** 20.06.2007

## II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ...1
De iniciativa do Senado Federal .....1
<b>Total .....2</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2006** (nº 5.821/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos Municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002; e dá outras providências.*

**Sessão:** 05.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996** (nº 5.456/2001, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.* (consolidando as Emendas da Câmara aprovadas pelo Senado Federal)

**Sessão:** 27.06.2007

## III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal .....25
<b>Total ..... 25</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2005**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *da nova redação ao art. 7º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão:** 04.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2007**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 04.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para criar a obrigação de os presos condenados produzirem seu próprio sustento alimentar.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 04.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos da Lei de Execuções Penais, do Código Penal e do Código de Processo Penal, para dispor sobre o monitoramento eletrônico.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 04.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para alterar as regras do regime aberto e prever o rastreamento eletrônico de condenado, nos casos que especifica.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 04.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2007**, Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 05.06.2007**



**Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *acrescenta artigo na Lei nº 9.394, de 1996, para determinar que as mudanças de lotação e remanejamentos de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão:** 05.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. (Disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença e acidentes e dispõe sobre o ingresso do trabalhador autônomo no sistema previdenciário).*

**(Plenário do Senado Federal)**

**Sessão:** 05.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2007**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal de Roraima nos municípios que especifica.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera o art. 47 da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)**

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2007**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para possibilitar a perda do cargo, emprego ou função pública durante o processo que julgar crime praticado por funcionário público.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006**, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal)*

**(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2006**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UFSPA), com sede no Município de Marabá, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA).*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2006**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2006**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *denomina "Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo" o trecho das rodovias BR-040 e BR-381 correspondente ao anel rodoviário de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 20.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)**

**Sessão: 21.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2005**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que "cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP, e dá outras providências".*

**(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)**

**Sessão: 25.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2006**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, assegurar a oferta regular da educação escolar, dispor sobre a avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino, criar mecanismo de articulação entre educação superior e educação básica, e garantir licença periódica nos planos de carreira dos profissionais da educação básica e superior pública.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 25.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2007**, de autoria do Senador Valter Pereira, que *denomina "Rodovia Ramez Tebet" o trecho da rodovia BR - 158 situado entre as cidades de Três Lagoas e de Cassilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 25.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2007**, de autoria do Senador

Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino.

**(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**

**Sessão: 25.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2007**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica.

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 25.06.2007**

**Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 29.06.2007**

#### **IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:**

De iniciativa do Senado Federal .....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados...	33
<b>Total .....</b>	<b>34</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2006** (nº 2.276/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2006** (nº 2.120/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SAUDADES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2007** (nº 1.681/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2007** (nº 2.328/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA XUCURUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007** (nº 2.345/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA XUCURUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2007** (nº 2.326/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mira Estrela, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2007** (nº 2.285/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOBRES FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nobres, Estado de Mato Grosso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2007** (nº 2.428/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO FORTALEZA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2007** (nº 2.521/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLON LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2007** (nº 2.442/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, para explorar por intermédio da Assembléia Legislativa*

*do Estado do Ceará, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2007** (nº 2.447/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2007** (nº 2.292/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SABIÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 1º.06.2007**

**Projeto de Resolução nº 29, de 2007**, *que suspende a execução dos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 6.556, de 30 de novembro de 1989, e das Leis nºs 7.003, de 27 de dezembro de 1990; 7.646, de 26 de dezembro de 1991; 8.207, de 30 de dezembro de 1992, todas do Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão extraordinária: 14.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 1996** (nº 253/96, na Câmara dos Deputados) *que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Comunicadora Grande Rio Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2006** (nº 2.260/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Meleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meleiro, Estado de Santa Catarina.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2007** (nº 2.338/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2007** (nº 2.278/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Interior FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Clara D'Oeste, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2007** (nº 2.407/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Murici, Estado de Alagoas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2007** (nº 2.510/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ecológica de Radiodifusão de Guairaçá - PR - Acerg para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guairaçá, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2007** (nº 2.513/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional União da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**



**Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2007** (nº 2.424/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2007** (nº 2.435/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2007** (nº 2.454/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Irrigantes e Pescadores do Castanhão - Acipisca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2007** (nº 2.469/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapajé, Estado do Ceará.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2007** (nº 2.511/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura União Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza de Goiás, Estado de Goiás.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2007** (nº 2.512/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Apoio Social do Congo - Adelesc para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congo, Estado da Paraíba.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2007** (nº 2.337/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rosa Mística para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estiva Gerbi, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2007** (nº 2.347/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente das Comunidades Carentes do Município de Anori - Sobeia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anori, Estado do Amazonas.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2007** (nº 2.393/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmas de Monte Alto, Estado da Bahia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007** (nº 2.397/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural de Comunicação Comunitária Educadora para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado de São Paulo.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2007** (nº 2.403/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube FM de Ceilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceilândia, Distrito Federal.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2007** (nº 2.404/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Cidade Livre FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2007** (nº 2.222/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, Cultural e Comunitário de São Geraldo em Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2007** (nº 2.467/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Nova Brasilândia D'Oeste, Estado de Rondônia.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

**Sessão: 29.06.2007**

## **V - ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:**

<b>Total .....</b>	<b>2</b>
--------------------	----------

**Mensagem nº 76, de 2007** (nº 284/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.

**Sessão: 27.06.2007**

**Mensagem nº 86, de 2007** (nº 328/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Eduardo Prisco Paraíso Ramos*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

**Sessão:** 27.06.2007

## **VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES:**

<b>Total .....</b>	<b>26</b>
--------------------	-----------

**Parecer nº 482, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/10, de 2007 (nº 197/2007, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Mairan Gonçalves Maia Júnior*, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária):** 14.06.2007

**Parecer nº 483, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/11, de 2007 (nº 197/2007, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Jorge Antonio Maurique*, Juiz Federal da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária):** 14.06.2007

**Parecer nº 484, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/17, de 2007 (nº 97/2007, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz *Altino Pedrozo dos Santos*, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária):** 14.06.2007

**Parecer nº 485, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/18, de 2007 (nº 97/2007, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz *Antônio Umberto de Souza Júnior*, Titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária):** 14.06.2007

**Parecer nº 486, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/19, de 2007 (nº 97/2007, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Gelson de Azevedo*, do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária):** 14.06.2007

**Parecer nº 487, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/23, de 2007 (s/nº, na origem), pelo qual as

Lideranças do Senado Federal submetem à deliberação do Senado a recondução do Dr. *Joaquim Falcão*, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 488, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/26, de 2007 (nº 28/2007, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Paulo Luiz Netto Lobo* para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 489, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/27, de 2007 (nº 28/2007, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Tércio Lins e Silva* para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 490, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/28, de 2007 (nº 41/2007, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador *Rui Stoco* para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 491, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/29, de 2007 (nº 41/2007, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação da Dra. *Andréa Maciel Pachá*, Juíza de 1º grau de jurisdição, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 492, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/35, de 2007 (nº 547/2007, na origem), pelo qual o Procurador-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *José Adonis Callou de Araújo Sá*, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 493, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/36, de 2007 (nº 547/2007, na origem), pelo qual o Procurador-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Felipe Locke Cavalcanti*, Promotor de Justiça, integrante do Ministério

Público do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 494, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/12, de 2007 (nº 197/2007, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Paulo de Freitas Barata*, Juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 495, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/13, de 2007 (nº 1/2007, na origem), pelo qual o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Raimundo Nonato de Carvalho Filho*, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 496, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/14, de 2007 (nº 1/2007, na origem), pelo qual o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Cláudio Barros Silva*, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 497, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/15, de 2007 (nº 1/2007, na origem), pelo qual o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Sandro José Neis*, Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 498, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/22, de 2007 (s/nº, na origem), pelo qual as Lideranças do Senado Federal submetem à deliberação do Senado a recondução do Dr. *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 499, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/24, de 2007 (nº 29/2007, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do

Senado a indicação do Dr. *Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 500, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/25, de 2007 (nº 29/2007, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Sérgio Alberto Frazão do Couto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 501, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/30, de 2007 (nº 512/2007, na origem), pelo qual o Ministério Público da União submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Nicolao Dino de Castro e Costa Neto*, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 502, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/31, de 2007 (nº 512/2007, na origem), pelo qual o Ministério Público da União submete à deliberação do Senado a indicação da Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, Subprocuradora-Geral do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 503, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/32, de 2007 (nº 512/2007, na origem), pelo qual o Ministério Público da União submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Osmar Machado Fernandes*, Procurador da Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 504, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/33, de 2007 (nº 512/2007, na origem), pelo qual o Ministério Público da União submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Diaulas Costa Ribeiro*, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 505, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/34, de 2007 (nº 42/2007, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Fernando Quadros da Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.

**Sessão (extraordinária): 14.06.2007**

**Parecer nº 565, de 2007**, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 85, de 2007 (nº 328/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Mário Diamante* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine.

**Sessão: 27.06.2007**

**Parecer nº 566, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sobre a Mensagem nº 92, de 2007 (nº 404/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Antonio Fernando Barros e Silva de Souza* para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

**Sessão: 27.06.2007**

**VII – SESSÃO ESPECIAL/HORA DO EXPEDIENTE:**

<b>Total .....</b>	<b>2</b>
--------------------	----------

**Requerimento nº 544, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *solicita a realização de Sessão Solene Especial para comemorar o Dia Mundial do Turismo, a ser realizada em 27 de setembro de 2007.*

**Sessão extraordinária: 14.06.2007**

**Requerimento nº 720, de 2007**, de autoria do Senador Efraim Morais e outros Srs. Senadores, em adendo ao Requerimento nº 481, de 2007, *solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Conselho Editorial do Senado Federal pelos dez anos de existência e a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS) pelo transcurso dos seis anos do início de suas atividades.*

**Sessão: 19.06.2007**



## VIII – REQUERIMENTOS DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Total .....	3
-------------	---

**Requerimento nº 369, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria operacional e financeira no Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades particulares sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.*

**Sessão:** 05.06.2007

**Requerimento nº 370, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, *que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria operacional e financeira no Ministério da Ciência e Tecnologia, especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades particulares sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.*

**Sessão:** 05.06.2007

**Requerimento nº 371, de 2007**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria operacional e financeira no Ministério das Cidades, sobre os convênios com estados, prefeituras e entidades particulares sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.*

**Sessão:** 05.06.2007

## IX – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA:

Total .....	2
-------------	---

**Requerimento nº 725, de 2007**, de autoria do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2003, com o Projeto de Lei Senado nº 5, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.*

**Sessão:** 19.06.2007

**Requerimento nº 729, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, e do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.*

**Sessão:** 19.06.2007

**X - OUTRO REQUERIMENTO APROVADO:**

<b>Total .....</b>	<b>1</b>
--------------------	----------

**Requerimento nº 771, de 2007**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, além das comissões constantes do despacho inicial.

**Sessão:** 27.06.2007

**XI – MATÉRIAS REJEITADAS:**

De iniciativa do Senado Federal .....	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
<b>Total .....</b>	<b>4</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dá nova redação ao § 6º, do artigo 1º da Lei 8989, de 24 de fevereiro de 1995, modificado pela Lei nº 10690 de 16 de junho de 2003, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências."*

**(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)**

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2005** (nº 1.438/2003, na Casa de origem), que *altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Acréscenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.)*

**(Rejeitado nos termos do art. 254 do Regimento Interno)**

**Sessão :** 20.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005**, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

**Sessão:** 20.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera os arts. 2º e 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal.*

**(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

**Sessão:** 29.06.2007

**XII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:**

De iniciativa do Senado Federal .....	7
<b>Total .....</b>	<b>7</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 7º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. (Dispõe sobre a concessão de benefício sob critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social).

(Retirado pelo Requerimento nº 677, de 2007)

Sessão: 11.06.2007

**Projeto de Resolução nº 25, de 2007**, de autoria do Senador Pedro Simon, que nomeia como "Espaço Nelson Carneiro" a passarela entre o anexo II e o prédio principal do Senado Federal.

(Retirado pelo Requerimento nº 678, de 2007)

Sessão: 12.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2006**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor.

(Retirado pelo Requerimento nº 695, de 2007)

Sessão: 19.06.2007

**Requerimento nº 190, de 2007**, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Retirado pelo Requerimento nº 718, de 2007)

Sessão: 19.06.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo.

(Retirado pelo Requerimento nº 745, de 2007)

Sessão: 26.06.2007

**Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2003**, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 748, de 2007)

Sessão: 26.06.2007

**Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2007**, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta alínea "d" ao inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal (dispõe sobre arrecadação para financiamento de programas de educação e saúde para trabalhadores do setor sucro-alcooleiro).

(Retirado pelo Requerimento nº 754, de 2007)

Sessão: 27.06.2007

DIOGO MAINARDI

## Os meus nambiquaras

Os petistas só se referem a mim como "O colunista" ou "O colunista da VEJA".

Trata-se de um tabu bastante comum entre os povos primitivos. Os índios nambiquaras nunca pronunciam os nomes dos outros membros da tribo. Eles acreditam que os nomes próprios possuem propriedades mágicas, sendo escolhidos diretamente por Dauásununsu, o ente supremo. Revelá-los é um sacrilégio.

Os oromos, da Etiópia, nutrem o mesmo temor pelos nomes próprios. As mulheres oromos costumam denunciar seus maridos a partir de alguma característica marcante. Podem chamá-los de "O Honesto", ou "O Prudente", ou "O Desdentado", ou "O Dono do Cavalo Marrom".

Eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas. Se eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas, eles só podem ser os meus oromos, os meus nambiquaras. Sinto em relação aos petistas o mesmo espanto e o mesmo encantamento que Claude Lévi-Strauss sentiu em relação aos selvagens de Mato Grosso. Claude Lévi-Strauss, num de seus principais tratados sobre o assunto, comparou os nambiquaras a "uma raça gigante de formigas". Edgar Roquette-Pinto, que per-

correu o território nambiquara duas décadas antes do antropólogo francês, definiu-os como "homens da Idade da Pedra". O presidente americano Theodore Roosevelt, que também passou pelas terras dos nambiquaras, afirmou que eles "nem chegaram à Idade da Pedra, sendo ingênuos e ignorantes como animais domésticos".

Eu analiso os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss. Edgar Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos.

Claude Lévi-Strauss estudou o código de leis dos nambiquaras. Seu aparato legal tem o mesmo grau de incerteza e de arbitrariedade que o aparato legal do petismo. Em todos os processos dos petistas contra mim — uns 200 —, eles sempre acabam citando um trecho de um artigo que publiquei em 2005:

"Hoje em dia, só dou opinião sobre algo mediante pagamento antecipado. Quando me mandam um e-mail, não respondo, porque me recuso a escrever de graça. Quando minha mulher pede uma opinião sobre uma roupa, fico quieto, à espera de uma moedinha".

Para os petistas, essa é a prova cabal da minha venalidade, do meu mercenarismo. Afinal, se eu confesso candidamente que minha mulher compra minha opinião, é porque ela de fato compra. E, se ela

compra, qualquer um pode comprar. Esse foi o melhor argumento que eles conseguiram encontrar contra mim.

Muita gente teme que o petismo desambe para alguma forma de totalitarismo. "O colunista da VEJA" é menos otimista. Ele acha que o país tem tudo para se transformar numa imensa aldeia nambiquara, cheia de formigas gigantes.

***"Eu analiso os usos e costumes do petismo como Lévi-Strauss, Roquette-Pinto e Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos"***

# Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP

Contrato de R\$ 1,6 bilhão da empreiteira com a Prefeitura de Mauá, assinado em uma gestão do PT, pode ser anulado

**Por unanimidade, tribunal aponta que exigência do edital foi majorada para limitar a competição entre as firmas interessadas**

**RUBENS VALENTE**  
**JOSÉ ALBERTO BOMBIG**  
DA REPORTAGEM LOCAL

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo considerou ontem, em decisão unânime, ilegal a licitação pela qual a Prefeitura de Mauá (SP) repassou à empresa Ecosama, de Zuleido Soares de Veras, a concessão para explorar os serviços de água e esgoto na cidade.

Zuleido é pivô da Operação Navalha, da Polícia Federal. O contrato, assinado em janeiro de 2003, na gestão do então prefeito, Oswaldo Dias (PT-SP), é de R\$ 1,62 bilhão por um prazo de 30 anos.

O tribunal concluiu que pelo menos uma das exigências do edital de licitação, o índice mínimo de liquidez geral (capacidade da empresa de pagar dívidas) estava muito acima do normal, o que colaborou para restringir o número de empresas concorrentes. O edital exigia índice de 3,0 (R\$ 3,00 em caixa para cada R\$ 1,00 de dívidas da empresa), quando a prática, segundo o TCE, é de 1 a 1,5.

“Raríssimas seriam as empresas capazes de atender re-

quisito com semelhante grau de rigorismo”, concluiu o conselheiro relator do processo, Edgard Camargo Rodrigues. De 41 empresas que retiraram o edital, só duas foram habilitadas e apresentaram propostas.

A decisão do tribunal agora obriga uma tomada de posição do atual prefeito, Leonel Damo (PV), que poderá rescindir ou manter o contrato. Há uma semana, o prefeito determinou uma intervenção na empresa.

Em nota distribuída ontem, a prefeitura informou que aguarda a publicação do acórdão do TCE para decidir o que fazer.

## **[+] PRESENTE: SENADOR DO PMDB AFIRMA QUE DEVOLVEU GRAVATA**

Almeida Lima (SE) negou, no Senado, sua inclusão na lista de presentes da Gautama. “Essa empresa Gautama jamais teria a ousadia de incluir meu nome em lista de presenteados pelo evento natalino em 2006, em 2005 ou em 2004 porque em 2003, na antevéspera do Natal, sem eu conhecer a Gautama nem Zuleido Veras, encaminharam (...) uma porcaria de uma gravata que mandei devolver no rastro. Em 2003, de forma mal-educada, eu mandei devolver”.

Tanto a Ecosama quanto a prefeitura também poderão recorrer à Justiça comum.

A sessão de ontem no TCE analisou recurso da Ecosama contra uma decisão anterior, de 2006. Segundo os advogados de defesa, o edital não prejudicou a concorrência e a maior liquidez teria sido uma forma de reforçar garantias financeiras para a execução do contrato.

O Ministério Público informou que abrirá ação civil pública para averiguar possível dano ao erário. A promotora Adriana Moraes também pretende averiguar se a Gautama feriu princípios legais por ter assumido o controle da concessão por meio de uma empresa (a Ecosama) cujo capital social era de R\$ 1 mil. O capital social mínimo exigido no edital de licitação era de R\$ 30 milhões. A Gautama venceu a disputa e criou a Ecosama para tocar o contrato.

Em duas decisões contra a Gautama, o TCU mandou reter pagamentos de R\$ 1,8 milhão em obra contratada pela Petrobras no Maranhão e suspender eventuais pagamentos na ampliação do aeroporto de Macapá. A PF investiga se a Gautama tentou influenciar ministros do TCU. A Petrobras não se manifestou, mas informou que segue as orientações do tribunal. A Infraero não comentou.

**XIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:**

De iniciativa do Senado Federal .....	24
<b>Total .....</b>	<b>24</b>

**Requerimento nº 673, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a quatro descendentes das etnias Tukano e Baré, que realizaram verdadeira aventura, viajando de barco durante cinco dias, de São Gabriel da Cachoeira a Manaus, para participar do 1º Open Amazonas de Judô.*

**Sessão:** 06.06.2007

**Requerimento nº 674, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso às professoras amazonenses Graça Barreto e Socorro Viana, pelo lançamento, em maio de 2007, do livro "Crianças e Jovens no Amazonas".*

**Sessão:** 06.06.2007

**Requerimento nº 675, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao artista plástico Arnaldo Garcez, pela realização da Exposição "Reflexão do Cotidiano" inaugurada em maio de 2007, em Manaus.*

**Sessão:** 06.06.2007

**Requerimento nº 679, de 2007**, de autoria dos Senadores Marco Maciel, Paulo Paim e Gerson Camata, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do octogésimo aniversário de Francisco Brennand, pintor, escultor, desenhista e escritor pernambucano.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 681, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de louvor para o Sr. Fabiano Bachman, das Faculdades de Tecnologia Senai, de Santa Catarina, pelo primeiro lugar no "Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2006", com o projeto "Promovendo a cidadania e o desenvolvimento das competências profissionais valorizadas pelo mundo do trabalho".*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 682, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso à Fundação Quixote, pelo fomento à leitura no Estado do Piauí.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 683, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *que solicita voto de pesar pelo falecimento da radialista Nena Martinez, uma das mais antigas apresentadoras do Rádio Brasileiro, ocorrido no Rio de Janeiro.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 684, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Colégio Militar de Manaus, classificado como "Referência Nacional" na área de Ensino a Distância, o chamado e-learning.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 686, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, que *solicita voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 10 de junho de 2007, em Aracaju/SE, da Sra. Berila Lima de Almeida, mãe do Senador Almeida Lima.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 687, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *solicita voto de pesar pelo falecimento de Etevaldo Messias de Oliveira Leão Júnior, ocorrido no dia 8 de junho de 2007, em Manaus.*

**Sessão:** 12.06.2007

**Requerimento nº 693, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, que *solicita voto de aplauso pelo transcurso do octogésimo aniversário do escritor, dramaturgo e professor Ariano Suassuna.*

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Requerimento nº 692, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Duque, que *solicita voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Geraldo Di Biasi.*

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Requerimento nº 699, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *solicita voto de aplauso ao Jornal Diário de Canoas, em comemoração, ao seu 15º aniversário.*

**Sessão extraordinária:** 14.06.2007

**Requerimento nº 722, de 2007**, do Senador Cícero Lucena, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Neusa de Almeida Holanda, ocorrido no dia 18 de junho de 2007, na cidade de João Pesosa.*

**Sessão:** 19.06.2007

**Requerimento nº 730, de 2007**, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Piauí, pelo início das transmissões da TV Assembléia em canal aberto.*

**Sessão:** 19.06.2007

**Requerimento nº 731, de 2007**, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador de Iconha, Mauro Roberto Lourencini.*

**Sessão:** 20.06.2007

**Requerimento nº 732, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, pelo transcurso do 70º aniversário do início de suas atividades.*

**Sessão:** 20.06.2007

**Requerimento nº 734, de 2007**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de congratulações ao Sr. André Kurs, cientista brasileiro, participante do experimento de transferência de energia elétrica sem utilização de fios, ocorrido no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Estados Unidos da América.*

**Sessão:** 21.06.2007

**Requerimento nº 743, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, em comemoração, ao seu 68º aniversário.*

**Sessão:** 25.06.2007

**Requerimento nº 744, de 2007**, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Geógrafo, Historiador e professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco Manuel Correia de Andrade.*

**Sessão:** 25.06.2007

**Requerimento nº 747, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista Olívio Lamas, ocorrido em Imbituba, Santa Catarina, no dia 23 de junho de 2007.*

**Sessão:** 26.06.2007

**Requerimento nº 749, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do universitário Bruno da Costa Colares, ocorrido em Manaus.*

**Sessão:** 26.06.2007

**Requerimento nº 755, de 2007**, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Professor Doutor José de Lima Acioli, ocorrido dia 26 de junho de 2007, em Brasília.*

**Sessão:** 27.06.2007

**Requerimento nº 773, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso à ASA - Ação Social Arquidiocesana.*

**Sessão:** 28.06.2007

#### **XIV - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS**

<b>Total .....</b> 7
----------------------

**Ato nº 37, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de junho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 363, de 18 de abril de 2007, que acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

(Publicado no Diário Oficial da União de 08.06.2007, seção I)

**Ato nº 38, de 2007** – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de junho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 1.717.041.026,00, para os fins que especifica.

(Publicado no Diário Oficial da União de 08.06.2007, seção I)



**Ato nº 39, de 2007** - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 23 de junho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 365, de 23 de abril de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.200.000.000,00, para o fim que especifica.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 14.06.2007, seção I)

**Ato nº 40, de 2007** - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de junho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 19.06.2007, seção I)

**Ato nº 41, de 2007** - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de julho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 367, de 30 de abril de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 420.575.010,00, para os fins que especifica.

(Publicado no Diário Oficial da União de 21.06.2007, seção I)

**Ato nº 42, de 2007** - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de julho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 368, de 4 de maio de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

(Publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2007, seção I)

**Ato nº 43, de 2007** - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de julho de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 369, de 7 de maio de 2007, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2007, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 29 de junho de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	9
Não Deliberativas	06
Deliberativa Extraordinária	02
Especial	02
<b>Total</b>	<b>19</b>

## SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 29 de junho de 2007)

**MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A X) ..... 103**

**I – Medidas Provisórias aprovadas .....6**

1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção .....2

2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação .....	3
3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .....	1
<b>II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....</b>	<b>2</b>
<b>III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>25</b>
1 – Por decisão terminativa.....	24
1.1 – Proposições do Senado .....	24
2 – Por decisão do Plenário.....	1
2.1 – Proposição do Senado .....	1
<b>IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>34</b>
1 – Concessões de telecomunicações .....	33
2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....	1
<b>V – Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas .....</b>	<b>2</b>
<b>VI – Escolha de autoridades.....</b>	<b>26</b>
<b>VII – Requerimentos de Sessão Especial e Hora do Expediente.....</b>	<b>2</b>
<b>VIII – Requerimentos de auditoria do Tribunal de Contas da União .....</b>	<b>3</b>
<b>IX – Requerimentos deferidos pela Mesa .....</b>	<b>2</b>
<b>X – Requerimentos diversos .....</b>	<b>1</b>
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XI E XII).....</b>	<b>11</b>
<b>XI – Matérias rejeitadas .....</b>	<b>4</b>
<b>XII – Matérias retiradas pelos autores.....</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XII) .....</b>	<b>114</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	<b>7</b>

### SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 29 DE JUNHO DE 2007

#### SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA (1º de fevereiro a 29 de junho de 2007)

Deliberativas Ordinárias.....	55
Não Deliberativas.....	38
Deliberativas Extraordinárias.....	2
Especial .....	7
<b>Total .....</b>	<b>102</b>
* Reuniões preparatórias .....	3
* Reuniões.....	2
* Sessões não realizadas.....	4

**MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIV)..... 523****I – Medidas Provisórias aprovadas .....36**

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção ..... 13

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 17

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .....6

**II – Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 11****III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados .....90**

1 – Por decisão do Plenário.....11

1.1 - Do Senado Federal ..... 9

1.2 – Da Câmara dos Deputados ..... 2

2 – Em decisão terminativa.....79

2.1 – Projetos de Lei do Senado ..... 79

**IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação .....153**

1 - Concessões de telecomunicações ..... 143

2 - Acordo Internacional ..... 1

3 – Alteração do Regimento Interno..... 2

4 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....4

5 – Outros ..... 3

**V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática.....9****VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade.....42****VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante.....3****VIII – Requerimento de Criação de Comissão Temporária ..... 1****IX – Requerimentos de Sessão Especial e Hora do Expediente .....25****X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União .....5****XI – Requerimentos de desarquivamento aprovados .....46****XII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa .....45****XIII – Requerimentos deferidos pela Mesa ..... 17****XIV – Requerimentos Diversos .....40****MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XV A XVIII) ..... 36****XV - Matérias prejudicadas.....5****XVI - Matérias rejeitadas.....6****XVII - Matérias retiradas pelos autores .....24****XVIII – Medida Provisória com tramitação encerrada ..... 1****TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XVII) .....559****ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA ..... 43****REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS..... 2**

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JUNHO DE 2007 DAS  
COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO**

**AVISOS NºS 01, 04 E 10 DE 2007 (NºS 37, 82 E 166/07, NA ORIGEM)**

Autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências.

Autoria: MINISTÉRIO DA FAZENDA

Relator: Senador NEUTO DE CONTO

Parecer: Pelo arquivamento das Matérias.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

**ITEM 02  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2003**

Dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares.

Autoria: Senador GERSON CAMATA

Relatora: Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta.

**Resultado: O Presidente da Comissão designa a Senadora Serys Slhessarenko Relatora Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE.**

**ITEM 03  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2003**

**TERMINATIVO**

Dispõe sobre a dedução, para fins do imposto de renda das pessoas jurídicas, de despesas com salários e encargos sociais de empregados, em caso de contratação de pessoas submetidas a transplantes renais e de pacientes portadores de insuficiência renal crônica.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

Relatora: Senadora PATRICIA SABOYA GOMES

Parecer: Pela rejeição do Projeto.

**Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Inácio Arruda Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão rejeita o Projeto.**

**FOI APROVADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO:**

**REQUERIMENTO Nº 30/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy, sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada guerra fiscal entre os estados.

**Autoria: Senador TASSO JEREISSATI**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**1ª PARTE****ITEM 01****EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1996  
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relator: Senador TASSO JEREISSATI

Parecer: Pela aprovação das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11 e, parcialmente, da Emenda nº 06 e, ainda, com correção da remissão feita no § 2º do art. 8º ao “§ 1º do art. 5º”, que deve ser entendida como feita ao “parágrafo único do art. 5º”.

OBS: Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

**2ª PARTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A PRESENÇA DO EXMO. SR. HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL, PRESTAR, TAMBÉM, ESCLARECIMENTOS SOBRE AS MEDIDAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS PELO BACEN PARA REDUZIR A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E PARA DISCORRER SOBRE OS VALORES E NÚMEROS DE TARIFAS BANCÁRIAS CRIADAS NOS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nºs 16 E 23/2007-CAE, DE AUTORIA DOS SENADORES ALOIZIO MERCADANTE E RENATO CASAGRANDE, RESPECTIVAMENTE. **Resultado: Audiência Pública realizada com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e dos Srs. Mário Mesquita, Diretor de Estudos Especiais – DIPEC, e Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro – DINOR.**

**FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO Nº 31/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados para uma Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, Sr. Fábio Colletti Barbosa e seus Diretores, a fim de discorrer sobre Tarifas Bancárias.

**Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE e FLEXA RIBEIRO**

**REQUERIMENTO Nº 32/2007-CAE**, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública a fim de discutir a questão dos limites legais para regulamentação da propaganda comercial, com a presença dos Srs. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –

ANVISA; Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – Conar; Dailton Pastore, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap; Flávio Cavalcanti Filho, Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; Gustavo Moraes, Presidente da força-tarefa nacional sobre a ANVISA da Câmara Americana de Comércio – Amcham/São Paulo; e Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA.

**Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS  
MARCOS REGULATÓRIOS - CAE****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA FOCO “O SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS”, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO. CONVIDADOS: SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, DIRETOR DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA; DA SRA. MARIA APARECIDA VARGAS, SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP (REPRESENTANDO O SR. PAULO TEODORO DE CARVALHO, PRESIDENTE DO CEIVAP); E DO SR. MARLEY CAETANO

MENDONÇA, GERENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (REPRESENTANDO O EXMO. SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).  
**RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 18/06/2007**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA FOCO “O SETOR DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS”. CONVIDADOS: SRS. JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE, DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT; JOSÉ LUIZ SANTOLIN, DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS – ABRATI; MOACYR SERVILHA DUARTE, DIRETOR-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS – ABCR; E NEWTON GIBSON, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA – ABTC.  
**RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 25/06/2007**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA FOCO “O SETOR DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS”. CONVIDADOS: SRS. NOBORU OFUGI, DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT (REPRESENTANDO O SR. JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE, DIRETOR-GERAL DA ANTT); RODRIGO VILAÇA, DIRETOR-EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS – ANTF (REPRESENTANDO O SR. BENONY SHMITZ FILHO, PRESIDENTE DA ANTF); BRUNO BATISTA, DIRETOR-EXECUTIVO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT (REPRESENTANDO O SR. CLÉSIO SOARES DE ANDRADE, PRESIDENTE DA CNT); E RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO, CONSULTOR DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA, (REPRESENTANDO O SR. ANTÔNIO ERNESTO WERNA DE SALVO, PRESIDENTE DA CNA).  
**RESULTADO: REALIZADA.**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA - CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007**

**REUNIÃO DE TRABALHO**

**RESULTADO: REUNIÃO REALIZADA COM A PRESENÇA DOS SENHORES SAMUEL DE ABREU PESSOA, CONSULTOR LEGISLATIVO DO SENADO FEDERAL, E JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO, ECONOMISTA DO BNDES E DA UNICAMP.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 14/06/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, EXMO. SR. BERNARD APPY, A FIM DE DISCORRER SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA COM ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CHAMADA GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS NºS 30/2007-CAE E 10/2007-CDR, DE AUTORIA DO SENADOR TASSO JEREISSATI.  
**RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 20/06/2007**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A FIM DE DISCORRER SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA, PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV, E DA SRA. MARIA HELENA ZOCKUN, COORDENADORA DE PESQUISA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **RESULTADO: REALIZADA.**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS - CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26/06/2007**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A PRESENÇA DO SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM, A FIM DE DISCORER SOBRE A SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **RESULTADO: REALIZADA.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007 – CAS**

Assunto: Debate sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 51 de 2007, que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano (HPV) à população.

Autores do Requerimento: Senadora IDELI SALVATTI e Senador PAULO PAIM

Autora do PLS 51 de 2007: Senadora IDELI SALVATTI

Relatora do PLS 51 de 2007: Senadora PATRÍCIA SABOYA

Participantes:

Ministra Nilcéia Freire – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM;

Dra. Gulnar Azevedo e Silva Mendonça – Coordenadora de Prevenção e Vigilância – Instituto Nacional do Câncer – INCA

Dr. Adson Roberto França dos Santos – Coordenador do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal – Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde;

Dra. Bernadete Nonnenmacher – Representando a Dra. Luiza Lina Villa, do Hospital Alemão Oswaldo Cruz.

Dr. Newton Sérgio de Carvalho, Presidente da Comissão Nacional do Trato Genital – FEBRASGO

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007 – CAS**

Assunto: Requer a realização de Audiência Pública para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Autora do Requerimento: Senadora PATRÍCIA SABOYA

Convidados:

Dr. Leonardo Soares de Oliveira, Diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego

Dr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG

Dr. Clóvis Veloso, Técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Dra. Sandra Lia Simon, Procuradora Geral do Trabalho

Dra. Isa Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil  
Professora Léa Viveiros de Castro, Diretora de Educação Profissional do Departamento Nacional do SENAC, Confederação Nacional do Comércio - CNC

Dr. Cláudio Montesso, Da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

Dra. Márcia Helena C. Lopes, Secretária Executiva e Dra. Ana Ligia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

“Dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas”.

Autora: Deputada Laura Carneiro

Relator: Senador PAPALÉO PAES

Parecer: Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Obs: - Na reunião do dia 23/05/2007, lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Augusto Botelho que devolveu sem manifestação.

Em 02/08/2006, a matéria recebeu parecer favorável com 2 emendas da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 02**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2005**

“Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País”.

Autor: Senador EFRAIM MORAIS

Relator “ad hoc”: Senador CÍCERO LUCENA

Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 03**

**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2007 – CAS**

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para instruir o PLC 113 de 2005 que “Dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos”, sendo convidados: Sr. Márcio Pochmann - economista da UNICAMP, além de representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC; do Conselho Federal de Farmácia –CFF e da Federação Nacional dos Farmacêuticos –FENAFAR”.

Autor: Senador INÁCIO ARRUDA

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 04**

**REQUERIMENTO Nº 40, DE 2007 – CAS**

“Requeiro, nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais, Educação e Direitos Humanos, destinada a fornecer explicações sobre as causas do aumento do trabalho infantil, desde 2004. Deverão ser convidados a explicar e expor seus pontos de vista sobre o tema os Ministros responsáveis pelas áreas relacionadas diretamente com o assunto: Educação, Justiça, Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.”

Autores: Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senadora Lúcia Vânia, Senador Papaleo Paes e Senador Cristovam Buarque.

**Resultado: Aprovado.**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CAS**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007**

**IETM ÚNICO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - RQS. Nº 25, DE 2007 – CAS**

Assunto: debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil.

Autoria do Requerimento: Senadora KÁTIA ABREU



**Participantes:**

Dr. Carlos A. Monteiro – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo;

Dr. Edgard Rebouças – Pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM;

Dr. Ivônio Barros Nunes - Coordenador Político da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH;

Dra. Ana Beatriz Vasconcelos - Coordenadora da Política de Alimentação e Nutrição – CGPAN/DAB/SAS – Ministério da Saúde

Dra. Valéria Guimarães – Coordenadora do Departamento de Doenças Metabólicas com Impacto Global da Sociedade Internacional de Endocrinologia e

Dr. Carlos Roberto Faccina – Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação.

**RESULTADO: REALIZADA**

**EXTRA PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº. 01, DE 2007 – CASSAÚDE**

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidada a Dra. NELCY FERREIRA DA SILVA, Presidente do Conselho Federal de Nutricionista (CFN), na próxima Audiência Pública de discussão sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil.”

Autor: Senador Papaléo Paes

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº. 02, DE 2007 – CASSAÚDE**

“Requeiro nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para, com a participação dos convidados relacionados abaixo, debater a situação atual da dengue no País com a presença dos seguintes convidados:

Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde (CONASEMS)

Gerson Oliveira Penna, Titular da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS)

Mauro Blanco, Coordenador de Controle de Vetores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.”

Autor: Senador Papaléo Paes

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº. 03, DE 2007 – CASSAÚDE**

“Em aditamento ao Requerimento nº 1 de 2007 - CASSAÚDE, requeiro a inclusão de um representante da ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – no rol de convidados a palestrar em audiência pública a ser realizada pela Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, por solicitação do Senador Papaléo Paes, para tratar sobre questões ligadas à obesidade.”

Autora: Senadora Kátia Abreu

**Resultado: Aprovado**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26/06/2007****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA****ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2007 – CASSAÚDE**

Assunto: debate sobre a situação atual da dengue no País.

Autoria do Requerimento: Senador PAPALÉO PAES

Participantes: Dr. Fabiano Pimenta Júnior-Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), representando o Dr. Gerson Oliveira Penna – Titular da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS); Dr. Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), representando o Dr. Osmar Terra – Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CONASS).

**RESULTADO: REALIZADA**

**EXTRA PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº. 04, DE 2007 – CASSAÚDE**

Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios que norteiem a atuação do Senado Federal a respeito do financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em relação à Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS). Solicita-se a participação das seguintes autoridades: José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira; Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito, Diretor-Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas; José Carlos de Moraes, Secretário Substituto da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Helvécio Miranda Magalhães Jr., Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Autor: Senador Papaléo Paes

**Resultado: Aprovado**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****1ª PARTE****CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - (Art. 103-B, da Constituição Federal)****ITEM 1****NÃO TERMINATIVO****OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2007 - (Ofício nº 00097, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Ministro GELSON DE AZEVEDO, do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro GELSON DE AZEVEDO, do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 2****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 28, DE 2007 - (Ofício nº 41, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Desembargador RUI STOCO, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para integrar o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2007/2009”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador RUI STOCO, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 3****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 29, DE 2007 - (Ofício nº 41, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Juíza de 1º grau de jurisdição ANDRÉA MACIEL PACHÁ, vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para integrar o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2007/2009”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Juíza de 1º grau de jurisdição ANDRÉA MACIEL PACHÁ, vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 4****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 10, DE 2007 - (Ofício nº 197, de 2007, na origem)**

“Comunica a indicação do Dr. MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B, VI, e § 2º da Constituição Federal”.

Autoria: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 5****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 11, DE 2007 - (Ofício nº 197, de 2007, na origem)**

“Comunica a indicação do Dr. JORGE ANTONIO MAURIQUE, Juiz da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis/SC, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B, VII e § 2º da Constituição Federal”.

Autoria: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. JORGE ANTONIO MAURIQUE, Juiz da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis/SC, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 6****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 17, DE 2007 - (Ofício nº 00097, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Juiz ALTINO PEDROZO DOS SANTOS, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para integrar o Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz ALTINO PEDROZO DOS SANTOS, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 7****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2007 - (Ofício nº 00097, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Juiz do Trabalho ANTÔNIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR, Titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, para integrar o Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz do Trabalho ANTÔNIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR, Titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

**ITEM 8****NÃO TERMINATIVO -****OFÍCIO “S” Nº 35, DE 2007 - (Ofício nº 00547, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

#### ITEM 9

##### NÃO TERMINATIVO -

**OFÍCIO “S” Nº 36, DE 2007 - (Ofício nº 00547, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. FELIPE LOCKE CAVALCANTI, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. FELIPE LOCKE CAVALCANTI, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

#### ITEM 10

##### NÃO TERMINATIVO -

**OFÍCIO “S” Nº 26, DE 2007 - (Ofício nº 00028, de 2007, na origem)**

“Comunica a indicação do Dr. PAULO LUIZ NETTO LÔBO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. PAULO LUIZ NETTO LÔBO, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

#### ITEM 11

##### NÃO TERMINATIVO -

**OFÍCIO “S” Nº 27, DE 2007 - (Ofício nº 00028, de 2007, na origem)**

“Comunica a indicação do Dr. TÊCIO LINS E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. TÊCIO LINS E SILVA, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

#### ITEM 12

##### NÃO TERMINATIVO -

**OFÍCIO “S” Nº 23, DE 2007**

“Comunicam a indicação do Dr. JOAQUIM FALCÃO, em recondução, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, no biênio 2007/2009”.

Autoria: LÍDERES PARTIDÁRIOS – SF.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. JOAQUIM FALCÃO, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezoito (18) votos favoráveis.**

#### 2ª PARTE

##### CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - (Art. 130-A, da Constituição Federal)

#### ITEM 1

##### NÃO TERMINATIVO -

**OFÍCIO “S” Nº 30, DE 2007 - (Ofício nº 512, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 2  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 31, DE 2007 - (Ofício nº 512, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Dra. IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS, Subprocuradora-Geral do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Dra. IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS, Subprocuradora-Geral do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 3  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 32, DE 2007 - (Ofício nº 512, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. OSMAR MACHADO FERNANDES, Procurador da Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. OSMAR MACHADO FERNANDES, Procurador da Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 4  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 33, DE 2007 - (Ofício nº 512, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Dr. DIAULAS COSTA RIBEIRO, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público”.

Autoria: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. DIAULAS COSTA RIBEIRO, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 5  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 13, DE 2007 - (Ofício nº 001, de 2007, na origem)**

“Encaminha ao Senado Federal, conforme disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A, da Constituição Federal, a lista tríplice, na qual indica o Dr. RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, para a vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 6  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 14, DE 2007 - (Ofício nº 001, de 2007, na origem)**

“Encaminha ao Senado Federal, conforme disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A, da Constituição Federal, a lista tríplice, na

qual indica o Dr. CLAUDIO BARROS SILVA, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para a vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. CLAUDIO BARROS SILVA, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

#### ITEM 7

##### NÃO TERMINATIVO -

###### OFÍCIO “S” Nº 15, DE 2007 - (Ofício nº 001, de 2007, na origem)

“Encaminha ao Senado Federal, conforme disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A, da Constituição Federal, a lista tríplice, na qual indica o Dr. SANDRO JOSÉ NEIS, Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, para a vaga destinada ao Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. SANDRO JOSÉ NEIS, Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

#### ITEM 8

##### NÃO TERMINATIVO -

###### OFÍCIO “S” Nº 34, DE 2007 - (Ofício nº 42, de 2007, na origem)

“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Juiz Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

#### ITEM 9

##### NÃO TERMINATIVO -

###### OFÍCIO “S” Nº 12, DE 2007 - (Ofício nº 197, de 2007, na origem)

“Comunica a indicação do Dr. PAULO FREITAS BARATA, Juiz do Tribunal Regional da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no art. 130-A, IV, da Constituição Federal”.

Autoria: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. PAULO FREITAS BARATA, Juiz do Tribunal Regional da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

#### ITEM 10

##### NÃO TERMINATIVO -

###### OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2007 - (Ofício nº 029, de 2007, na origem)

“Comunica a indicação do Dr. ERNANDO UCHOA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. ERNANDO UCHOA LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 11  
NÃO TERMINATIVO -**

**OFÍCIO “S” Nº 25, DE 2007 - (Ofício nº 029, de 2007, na origem)**

“Comunica a indicação do Dr. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2007/2009”.

Autoria: PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**ITEM 12  
NÃO TERMINATIVO -  
OFÍCIO “S” Nº 22, DE 2007**

“Comunicam a indicação do Dr. ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO, em recondução, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, no biênio 2007/2009”.

Autoria: LÍDERES PARTIDÁRIOS – SF.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Dr. ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

**REQUERIMENTO APRECIADO**

**1) REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_ - CCJ**

“Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública conjunta perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT, com o objetivo de instruir o PLC nº 89, de 2003, que “altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências” que tramita em conjunto com o PLS nº 76, de 2000, que “define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências” e com o PLS nº 137, de 2000, que “estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações”, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Senhor Juiz de Direito Fernando Botelho, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Dr. Marcelo Bechara, advogado, representante do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Internet no Brasil; Dr. Demi Getschko, engenheiro, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil; Dr. Paulo Quintiliano da Silva, Perito Criminal Federal do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; Dr. Eduardo Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet-Abranet.”

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

**Resultado: Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - ORDINÁRIA**

**1ª PARTE**

**ITEM 1  
NÃO TERMINATIVO -**

**MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2007 - (Mensagem nº 00404, de 2007, na origem)**

“Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Votação Secreta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, por unanimidade, com vinte e três (23) votos favoráveis.**

**2ª PARTE****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2006 - (PL. nº 05919, de 2005, na Origem)**

“Cria 1.951 (mil novecentos e cinquenta e um) cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue 2.191 (dois mil, cento e noventa e um) cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC; e dá outras providências”.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta.

Obs: Em 26/06/2007, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Romero Jucá.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ.**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2004 - (PL. nº 00816, de 2003, na Origem)**

“Altera a Lei nº 9425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás”.

Autoria: Deputado SANDES JÚNIOR.

Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Obs: - Em 15/02/2006, é oferecida a Emenda nº 01, de autoria do Senador Maguito Vilela;

- Em 27/06/2007, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Marconi Perillo;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ e pela prejudicialidade da Emenda nº 1 do Senador Maguito Vilela, por já estar contemplada na Emenda nº 2-CCJ.**

**ITEM 03****NÃO TERMINATIVO -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007 - (PL. nº 6645, de 2006, na Origem)**

“Altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais).”

Autoria: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).**

**REQUERIMENTOS APRECIADOS:****01 - TERMO ADITIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2007-CCJ.**

“A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da qual sou presidente, aprovou dia 06 de junho p.p. Requerimento nº 15, de 2007 – CCT, de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e cidadania – CCJ, para debater o PLC 89, de 2003: dia 13/06/2007 foi aprovado nesta CCJ Requerimento de nº 09, de 2007, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Azeredo, que nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública conjunta perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de instruir o PLC nº 89, de 2003, que ‘altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências’ que tramita em conjunto com o PLS nº 76, de 2000, que ‘define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências’ e com o PLS nº 137, de 2000, que ‘estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações’, diante do exposto, ratifico o nome do Dr. Marcelo Bechara, advogado, representante do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e requeiro que seja acrescido o nome da Excelentíssima Senhora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República, Promotora Federal dos Direitos do Cidadão”.

Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

**Resultado: Aprovado.**



**02 - TERMO ADITIVO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2007-CCJ.**

“Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que na Audiência Pública – conjunta com a CCT – para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 89/2003 (que tramita em conjunto com os PLS de nºs 76 e 137, ambos de 2000), que seja convidada para este debate a ilustre representante do Ministério Público, a Subprocuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko V. Castilho”.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

**Resultado: Aprovado.**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE****REUNIÃO REALIZADA EM 05/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO - CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO –PDE.** AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. CONVIDADOS: CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA, Presidente da Academia Brasileira de Educação – ABE; CÉLIO CUNHA, Professor e Especialista em Educação; MOZART NEVES RAMOS Diretor Executivo do Projeto “COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO” e Membro do Conselho do Instituto Faça Parte E PAULO RIZZO, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NA FORMAÇÃO E NA ESTRUTURAÇÃO DOS VALORES ÉTICOS, MORAIS E DE CIDADANIA EM NOSSA SOCIEDADE.** AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR PEDRO SIMON. CONVIDADOS: SÍLVIO DE ABREU, AUTOR DE TELENÓVELAS; PROF. ROBERTO ROMANO, PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) E GABRIEL PRIOLLI, PRESIDENTE DA TELEVISÃO AMÉRICA LATINA – TAL E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA – ABTU. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****TERMINATIVO****- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2007**

“AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BIBLIOTECA DO PROFESSOR”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PORTO ALEGRE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2006**

“ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (DISPÕE SOBRE A PENA PELA NÃO ACEITAÇÃO DE MATRÍCULA DE ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS)”.

AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO

RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: PELA REJEIÇÃO

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 15/05/07 E 22/05/07

**RESULTADO: O PROJETO É REJEITADO**

#### **ITEM 04**

##### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 027, DE 2007**

“DENOMINA EUCLIDES DA CUNHA O TRECHO ACREANO DA RODOVIA BR-364”.

AUTORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

RELATORIA: SENADOR NEUTO DE CONTO

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS.1: SENDO APROVADO O SUBSTITUTIVO, A MATÉRIA SERÁ INCLUÍDA EM PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO, PARA APRECIÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282, COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

OBS.2: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 08/05/07 E 15/05/07

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 05**

##### **TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2005**

“ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 8.405, DE 9 DE JANEIRO DE 1992, PARA DISPOR SOBRE AS REUNIÕES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)”.

AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 20/03/07 E 17/04/07

**RESULTADO: O PROJETO É PREJUDICADO**

#### **COMUNICADOS DE PRESIDÊNCIA**

1) COMUNICADO 01: "COMUNICO AOS SENHORES SENADORES O RECEBIMENTO DE CONVITE DO EXMO. SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO, FERNANDO HADDAD, PARA A SOLENIDADE DE POSSE DO PROFESSOR ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO, NO CARGO DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, A REALIZAR-SE NO DIA DE HOJE, ÀS 16 HORAS, NO AUDITÓRIO, TÉRREO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO".

2 - COMUNICADO 02: "COMUNICO AOS SENHORES SENADORES O RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA DO EXM. SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, CONVIDANDO PARA O LANÇAMENTO DO LIVRO "DESAFIO INACABADO: A POLÍTICA EXTERNA DE JÂNIO QUADROS", DE AUTORIA DE CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA, QUE IRÁ REALIZAR-SE NO DIA 13 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, ÀS 19 HORAS, NA BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL".

03 - COMUNICADO 03: "COMUNICO AOS SENHORES SENADORES O RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA DO EXM. SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, INFORMANDO QUE O PRAZO PARA A INDICAÇÃO DOS CONCORRENTES AO PREMIO PRÊMIO DARCY RIBEIRO DE EDUCAÇÃO FOI PRORROGADO ATÉ O DIA 30 DE JUNHO".

#### **EXTRA-PAUTA**

##### **ITEM 01**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 025, 2007 - CE**

"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, INCISOS II E V E 93, INCISOS I E II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO

DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2007, QUE 'DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS', CONVIDANDO TODOS OS SEGUIMENTOS ENVOLVIDOS, ABAIXO RELACIONADOS: 1ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; 2) Presidente da Associação Brasileira de Concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado - ABRAFIX; 3) Presidente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE; 4) Presidente da Rede Global Info; 5) Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA; 6) Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI. 2ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA; 2) Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares - ACEL; 3) Cacá Diegues - Cineasta; 4) Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet - ABRANET; 5) Presidente da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas; 6) Presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. 3ª audiência pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura - ABPTA; 2) Representante do ministério das comunicações; 3) Gustavo Dahl - especialista em política cultural e audiovisual; 4) Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU; 5) Presidente da Motion Picture Association - MPA; 6) Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS E MARISA SERRANO

**RESULTADO: APROVADO**

#### ITEM 02

##### NÃO TERMINATIVO

##### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 026, 2007 - CE

"Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, informações sobre o processo de instalação do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais na região do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. O requerimento, ora manifestado, se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal. E, em segundo lugar, tendo em vista ser a instalação de um campus avançado de uma das maiores universidades deste país, esta que é uma iniciativa de grande alcance para o desenvolvimento científico e social daquela região mineira, faz-se mister dar dinamicidade ao cumprimento de tal decisão política, razão pela qual é preciso, o quanto antes, identificar as causas e as consequências de injustificada demora. É inquestionável que o funcionamento de um campus universitário do porte da renomada Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais, na região de Governador Valadares, canalizará os esforços e os recursos humanos formentadores do progresso científico, proporcionando, ao mesmo tempo, a redução das demandas por emigração de jovens e educadores. Assim, convicto de ser causa meritória, é que rogo aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de informações.

AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO

**RESULTADO: APROVADO**

#### REUNIÃO REALIZADA EM 19/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA

##### ITEM ÚNICO

##### AUDIÊNCIA PÚBLICA

COM A PRESENÇA DO SENHOR ORLANDO SILVA, MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE. ASSUNTO: AS POLÍTICAS DE ESPORTE EM CURSO NO ATUAL GOVERNO E A ORGANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS PAN-AMERICANOS RIO 2007. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES INÁCIO ARRUDA E WELLINGTON SALGADO. **RESULTADO: REALIZADA.**

#### REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA

##### ITEM ÚNICO

##### CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 4ª AUDIÊNCIA

DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -PDE

AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. CONVIDADOS:

DÉCIO CORREIA LIMA, Diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e

Integradas – ABRAFI

CARLOS ROBERTO ROCHA CAVALCANTE, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL -  
Confederação Nacional da Indústria – CNI

MARCOS FORMIGA, Professor da Universidade de Brasília - UnB

LEIA DE SOUZA OLIVEIRA, Presidente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades  
Brasileiras – FASUBRA.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26/06/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA,  
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ITEM ÚNICO**

**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADORA MARISA SERRANO. RELATORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. AUTORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR FLEXA RIBEIRO. CONVIDADOS: DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; MANOEL RANGEL, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; JOSÉ FERNANDES PAULETTI, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX; ALEXANDRE ANNENBERG, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA E JORGE DE LA ROCQUE, Presidente da Associação dos Integrantes do Projeto Global Info – Rede Global Info.

**RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**

**NÃO TERMINATIVO**

**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 085, DE 2007**

“SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR MÁRIO DIAMANTE PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE”.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARERER: A SER APRECIADO EM VOTAÇÃO SECRETA

**RESULTADO: APROVADO POR 20 (VINTE) VOTOS**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E  
COMUNICAÇÃO SOCIAL - CE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2007**

**ITEM 01**

**NÃO TERMINATIVO -**

**REQUERIMENTO**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, INCISOS II E V E 93, INCISOS I E II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2007, QUE ‘DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’, CONVIDANDO TODOS OS SEGMENTOS ENVOLVIDOS, ABAIXO RELACIONADOS: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA: 1) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ABERT; 2) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - ABRAFIX; 3) PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE; 4) PRESIDENTE DA REDE GLOBAL INFO; 5) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA - ABTA; 6) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA - ABI”. 2ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de

Radiodifusores - ABRA; 2) Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares - ACEL; 3) Cacá Diegues - Cineasta; 4) Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet - ABRANET; 5) Presidente da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TVS Educativas; 6) Presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. 3ª audiência pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura - ABPTA; 2) Representante do Ministério das Comunicações; 3) Gustavo Dahl – especialista em política cultural e audiovisual; 4) Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU; 5) Presidente da Motion Picture Association – MPA; 6) Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ”.

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADORA MARISA SERRANO

OBS.: EM 12/06/2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 02 NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II E V, E O ART. 93, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007, QUE ‘DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS’, DE AUTORIA DOS SENADORES FLÁVIO ARNS E EDUARDO AZEREDO”.

AUTORIA: SENADORES DEMÓSTENES TORRES, FLÁVIO ARNS E EDUARDO AZEREDO

**RESULTADO: APROVADO**

#### **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**

**01 – COMUNICADO Nº 01:** COMUNICO AOS SENHORES SENADORES O RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA DA ILUSTRE. SRA. LUIZA LINS, DIRETORA DA MOSTRA DE CINEMA INFANTIL E PRESIDENTE DA CINEMATECA CATARINENSE E ABC/SC, CONVIDANDO OS MEMBROS DESSA SUBCOMISSÃO PARA A “6ª MOSTRA DE CINEMA INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS”, A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 29 DE JUNHO A 15 DE JULHO DE 2007, NO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA, EM FLORIANÓPOLIS - SC.

**02 – COMUNICADO Nº 02:** COMUNICO AOS SENHORES SENADORES AS DATAS E TEMAS DAS PRÓXIMAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA SUBCOMISSÃO: DIA 26 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA, ÀS 10H00, NESTE PLENÁRIO, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PLS 280/2007 QUE “DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; DIA 28 DE JUNHO, QUINTA-FEIRA, ÀS 10H00, NESTE PLENÁRIO, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA DISCUTIR A ELABORAÇÃO DE UMA LEI ESPECÍFICA (GERAL) PARA O SETOR TEATRAL; DIA 03 DE JULHO, TERÇA-FEIRA, ÀS 10H00, NESTE PLENÁRIO, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA DEBATER A LEI GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 26/06/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

##### **ITEM ÚNICO 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280 DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADORA MARISA SERRANO. RELATORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. AUTORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR FLEXA RIBEIRO. CONVIDADOS: DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; MANOEL RANGEL, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; JOSÉ FERNANDES PAULETTI, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX; ALEXANDRE ANNENBERG, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA E JORGE DE LA ROCQUE, Presidente da Associação dos Integrantes do Projeto Global Info – Rede Global Info.

**RESULTADO: REALIZADA.**

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/006/2007 - ORDINÁRIA**

### **ITEM 1 NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 24, DE 2007-CMA**

Requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério do Meio Ambiente – MMA e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, no escopo de fiscalizar os procedimentos e as ações daqueles órgãos na criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Bahia, nos últimos quatro anos, em especial a criação da Reserva Extrativista de Cassurubá, em Caravelas.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES

**Resultado: Aprovado**

### **EXTRA-PAUTA**

#### **REQUERIMENTO Nº 25, DE 2007-CMA**

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para ouvir a Srª. Rosália Arteaga, Secretária Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (integrado pelo Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador).

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA

**Resultado: Aprovado**

#### **REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007-CMA**

Requer, nos termos regimentais, diligência da CMA até Porto Velho, Estado de Rondônia, para verificar “in loco” dos procedimentos para a construção das hidrelétricas de São Antônio e Jirau.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

**Resultado: Aprovado**

#### **REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007-CMA**

Requer, nos termos regimentais, diligência da CMA na cidade de Caravelas para verificar “in loco” a implantação da reserva extrativista de Cassurubá, no Estado da Bahia.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

**Resultado: Aprovado**

## **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA A DISCUSSÃO DE RESÍDUOS SOBRE O GERENCIAMENTO DE SÓLIDOS - CMA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007**

### **ITEM ÚNICO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**, atendendo aos requerimentos nº 01 e 02/2007-CMAGRS, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Augusto Botelho, aprovados em 08.05.2007 e 17.05.2007, respectivamente, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados “lixões” e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados. Convidados: José Dantas de Lima, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduos Sólidos e Diógenes Del Bel, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos - ABETRE.

**Resultado: Realizada.**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05/06/2007 - EXTRARDINÁRIA**

**ITEM Nº. 01****REQUERIMENTO Nº. 32, DE 2007**

Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vista a discutir a redução da maioria penal, como desdobramento da audiência ocorrida em 30 de maio de 2007 às 14h00min horas, sobre o mesmo tema, em dia e hora a serem definidos por esta comissão, devendo ser convidados, para tanto, as pessoas e entidades constantes da relação anexa.

**Autor: Senador Paulo Paim.**

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº. 02****REQUERIMENTO Nº. 33, DE 2007**

Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para apresentação do resultado do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais 2005-2007. Convidados relacionados: Maria Elena Rodrigues – Coordenadora do Projeto Relatores Nacionais pela Plataforma DhSECA Brasil; Flávio Luiz Schieck Valente – Relator Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural; Edla Soares – Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação; Lia Giraldo da Silva Augusto – Relatora Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente; Lúcia Maria Moraes – Relatora Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada; Clair Castilhos Coelho – Relatora Nacional para o Direito Humano à Saúde; e Cândida da Costa – Relatora Nacional para o Direitos Humano ao Trabalho.

**Autor: Senador José Nery**

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº. 03****SUGESTÃO Nº. 4, DE 2006**

Ementa: Sugestão com finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.

**Autoria: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES – (ABRA).**

**Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.**

**Parecer: Pelo sobrestamento da Sugestão na forma do requerimento que apresenta.**

**Resultado: APROVADO O PARECER.**

**ITEM Nº. 04****SUGESTÃO Nº. 2, DE 2007**

Ementa: Fixa a obrigação dos Municípios em colaborar com as medidas de segurança pública.

**Autoria: CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL – CONDESESUL.**

**Relatoria: Senador Wellington Salgado.**

**Parecer: Pelo arquivamento da matéria.**

**Resultado: APROVADO O PARECER.**

**ITEM Nº. 05****SUGESTÃO Nº. 3, DE 2007**

Ementa: Amplia as hipóteses de cabimento de ação declaratória.

**Autoria: CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL – CONDESESUL.**

**Relatoria: Senador Wellington Salgado.**

**Parecer: Pelo arquivamento da matéria.**

**Resultado: APROVADO O PARECER.**

**EXTRAPAUTA****ITEM Nº. 01****REQUERIMENTO Nº. 34, DE 2007 – CDH**

Ementa: Requer realização de Audiência Pública, perante esta Douta Comissão, a fim de debater a Portaria nº. 264, de 9 de fevereiro de 2007, do Ministério da Justiça, que trata sobre o processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

**Autor: Senadores César Borges e Arthur Virgílio.**

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº. 02****REQUERIMENTO Nº. 35, DE 2007 – CDH**

Ementa: Requer realização de Audiência Pública, com vistas a discutir o tema: “Direitos Humanos e Meio Ambiente”.

**Autor:** Senadores Paulo Paim e outros.

**Resultado:** APROVADO.

**ITEM Nº. 03****REQUERIMENTO Nº. 36, DE 2007 – CDH**

Ementa: Requer realização de Audiência Pública, com vistas a discutir a situação dos poupadores de caderneta de poupança em face do Plano Bresser, Plano Collor I e II e Plano Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos.

**Autor:** Senador Paulo Paim.

**Resultado:** APROVADO.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Nos termos do Requerimento - CDH nº. 20, de 2007, para tratar das “questões atinentes ao Dia Mundial de Combate à violência contra o Idoso”. Autor: Senador Paulo Paim. COMPARECERAM OS SEGUINTE CONVIDADOS:

- Paulo Roberto Barbosa Ramos – Presidente do Conselho Nacional do Idoso;
- Perly Cipriano - Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
- Laura Mello Machado – Representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência Rio – Inpea;
- Emídio Rebelo Filho – Representante da Federação das Associações de Aposentados do Estado do Pará;
- Maria Cecília de Souza Minayo – Pesquisadora Titular da FIOCRUZ;
- Paulo de Tarso Vannuchi– Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Marta Maria Alves da Silva - Coordenadora da Área Técnica de Vigilância, Prevenção Controle de Violência e Acidentes, do Ministério da Saúde; e
- José Telles – Coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Saúde do Idoso do Ministério da Saúde – (DAPE/SAS).

**RESULTADO:** REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 14/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****PRIMEIRA PARTE****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Nos termos do Requerimento - CDH nº. 36, de 2007, para tratar das “questões em face do Plano Bresser, Plano Collor I e II e Pano Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos.”

Autor: Senador Paulo Paim.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

- Maria Elisa César Novais – Advogada do IDEC, representando a Senhora Silvia Vignola, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
- João Paulo de Campos Dorini – Defensor Público Federal;
- Gabriel Jorge Ferreira – Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), representando Fábio Collette Barbosa – Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
- Fabricio Missorino Lazaro – Coordenador de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, representando o Senhor Ricardo Morishita Wada – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

**RESULTADO:** REALIZADA

**SEGUNDA PARTE****ITEM Nº. 01****REQUERIMENTO - CDH Nº. 38, DE 2007**

Assunto: requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS Nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da Licença-Maternidade mediante concessão de



incentivo fiscal”.

**Autora: Senadora Patrícia Saboya.**

**Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº. 02**

**REQUERIMENTO - CDH Nº. 39, DE 2007**

Assunto: Requeiro nos termos regimentais, a realização da “Semana do Idoso”, no âmbito do Senado Federal, na qual haverá visitas de Grupos e Associações de Idosos ao Senado Federal, atrações culturais e debates, conforme minuta de programação anexa.

**Autor: Senador Leomar Quintanilha.**

**Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº. 03**

**REQUERIMENTO - CDH Nº. 40, DE 2007**

Assunto: Nos termos regimentais, Requeiro a realização de seminário, com vistas a tratar das questões salariais dos Servidores Públicos, conjuntamente com a Comissão Permanente de Assuntos Sociais, no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no dia 02 de julho, às 09h30min, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão.

**Autores: Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita.**

**Resultado: APROVADO**

**EXTRA-PAUTA**

**ITEM Nº. 01**

**REQUERIMENTO - CDH Nº. 41, DE 2007**

Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das “questões atinentes à Importação, à Exportação e ao Desemprego na ótica dos direitos humanos”. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão.

**Autor: Senador Paulo Paim.**

**Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº. 02**

**REQUERIMENTO - CDH Nº. 42, DE 2007**

Assunto: Nos termos regimentais, requeiro a realização de Seminário, com vistas a tratar das questões “Trabalho e Direitos Humanos”. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão

**Autor: Senador Paulo Paim.**

**Resultado: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Nos termos do Requerimento - CDH nº. 32, de 2007, para “discutir a redução da maioria penal, como desdobramento da audiência pública do dia 31/05/2007.

**Autor: Senador Paulo Paim.**

**CONVIDADOS:**

JOSÉ MARIA E SILVA – Sociólogo e Jornalista;

HERILDA BALDUINO em representando Raimundo Cezar Britto Aragão – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

Tito Amaral, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás;

THEREZA DE LAMARE Conselheira do CONANDA, em representação de Carmem Silveira de Oliveira – Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e

CRISTIANO PAIXÃO, Professor da UNB e Procurador do Trabalho.

**RESULTADO: REALIZADA**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM Nº 01**

**REQUERIMENTO - CDH Nº. 43, DE 2007**

Assunto: Audiência pública para tratar do “Sistema de Adoção de Crianças no Brasil”. Com os seguintes convidados:

Paulo Roberto Luppi, Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Vitória;

Edilson Teodoro Amaral;  
Carlos José Silva Fortes, Promotor de Justiça, atuando na Infância e Juventude de Divinópolis – MG;  
Neuza de Oliveira Lima, Membro do Conselho da Mulher Empreendedora;  
Célia Regina Rocha, Tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora;

**Autor: Senador Paulo Paim**

**Resultado: APROVADO**

#### ITEM Nº 02

##### REQUERIMENTO - CDH Nº. 44, DE 2007

Assunto: Audiência Pública para instruir o PLC 122, de 2006, que “Altera a Lei n.º 7716, de 05.01.1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei n.º 2848, de 07.12.1940, Código Penal, e ao art. 5º da CLT”, com os seguintes convidados:

Pastor Silas Malafaia;

Pastor Robson Rodvalho;

Um representante da CNBB e

Um representante da Federação Espírita.

**Autor: Senador Paulo Paim**

**Resultado: APROVADO**

#### ITEM Nº. 03

##### REQUERIMENTO - CDH Nº. 45, DE 2007

Assunto: “Seminário para tratar das questões atinentes às Zonas de Processamentos de Exportação - ZPEs, (na Cidade do Rio Grande/RS, Região do Vale dos Sinos e Região Norte do Rio grande do Sul) como foco de geração de Emprego na ótica dos Direitos Humanos, a ser realizado no âmbito da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão.”. Com convidados a serem definidos pela própria Comissão.

**Autor: Senador Paulo Paim**

**Resultado: APROVADO**

#### REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA

#### ITEM ÚNICO

##### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Nos termos do Requerimento - CDH nº. 34, de 2007, para “debater a Portaria nº 264, do Ministério da Justiça, que trata do processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. Autor: Senador César Borges e outros. CONVIDADOS QUE COMPARECERAM: Antônio Carlos Biscaia, Secretário Nacional de Justiça em representação ao Ministro de Estado da Justiça – Tarso Genro; José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça; Evandro Guimarães, Conselheiro da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Joelson Dias, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Marcus Vinicius Aguiar Macedo, Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal em representação à Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho - Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

**RESULTADO: REALIZADA.**

#### EXTRAPAUTA

#### ITEM Nº. 01

##### REQUERIMENTO - CDH Nº. 46, DE 2007

Assunto: Audiência pública para tratar das “questões atinentes à violência contra o jovem”. Com os convidados abaixo relacionados e outros a serem definidos pela própria Comissão:

Carlos Antônio Tilkian - Coordenador Geral do Comitê Gestor da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente;

Mário Volpi - Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);

Carmen Silveira de Oliveira - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

Rubens César Fernandes – Presidente da Organização Viva Rio;

Sebastião Valadares de Castro – Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

**Autor: Senador Paulo Paim**

**Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº. 02****REQUERIMENTO - CDH Nº. 47, DE 2007**

Assunto: Audiência pública para tratar do “Programa Brasil Afroatitude”. Com os convidados abaixo relacionados e outros a serem definidos pela própria Comissão:

- Deputado Paulo Teixeira;
- Guilherme Pinto- UNB - Representante dos Estudantes do Afroatitude;
- Deputado Carlos Santana - Frente Parlamentares de Negros;
- José Gomes Temporão - Ministro da Saúde/MS;
- Fernando Haddad - Ministro da Educação
- Matilde Ribeiro - Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas da Igualdade Racial
- Ministro- Paulo de Tarso Vannuchi- Secretaria Especial de Direitos Humanos / PR
- Juliano Gonçalves Pereira - Bolsista Afroatitude
- Paulo César Gonçalves de Almeida - Reitor da UNIMONTES
- Timothy Martin Mulholland - Reitor da UNB- Universidade de Brasília
- Ana Dayse Rezende Dórea - Reitora da Universidade UFAL-Universidade Federal de Alagoas
- Lourivaldo Valentim da Silva - Reitor da Universidade da UNEB - Universidade Estadual da Bahia
- Naomar Monsteiro de Almeida Filho - Reitor da UFBA - Universidade Federal da Bahia
- Professor Paulo Cesar Gonçalves de Almeida - Reitor da UFPR – Universidade Federal do Paraná
- Pai Celso Ricardo de Oxaguiã - Representante do Movimento Negro na CAMS/MS
- José Marmo - Rede de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
- Dra. Fernanda Lopes- UNFRA - Pesquisadora e doutora em saúde pública da USP
- Nival Nenês de Almeida - Reitor da UERJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Luis Antonio Alves Gonçalves - Reitor da Universidade da UEMS -Universidade Estadual do Mato Grosso do
- Wilmar Sachetin Marçal - Reitor da Universidade da UEL-Universidade Estadual de Alagoas
- Janete Gomes Barreto - Reitora da UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
- Raldo Bonifácio Costa Filho - CTO- Atenção Psicosocial Herbert de Souza – Niterói

**Autor: Senador Paulo Paim**

**Resultado: APROVADO**

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 14/06/2007 - ORDINÁRIA**

**ITEM 01****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM O OBJETIVO DE ILUSTRAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO SOBRE A GEOPOLÍTICA MUNDIAL, EM PALESTRA A SER PROFERIDA PELO GENERAL-DE-EXÉRCITO JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA, INTITULADA “A NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL”, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 27. DE 2007 – CRE. DE AUTORIA DO SENADOR ROMEU TUMA, APROVADO DIA 17/05/2007.

**RESULTADO: AUDIÊNCIA REALIZADA**

**EXTRA – PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 40, DE 2007 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 216, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM PRESTADAS, PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA DA CASA CIVIL, INFORMAÇÕES A RESPEITO DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, POR ELA COORDENADO, RELATIVO ÀS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O REAPARELHAMENTO E A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS, BEM COMO O ENCAMINHAMENTO DO RESPECTIVO DOCUMENTO A ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

**AUTORIA: SENADOR FERNANDO COLLOR**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 41, DE 2007 – CRE**

REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DE CUBA, EMBAIXADOR PEDRO NUÑES MOSQUERA, PARA DISCORRER SOBRE A ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA AS AMÉRICAS – ALBA, E A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA.

**AUTORIA: SENADOR FERNANDO COLLOR**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 42, DE 2007 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INFORMAÇÕES AO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES REFERENTE AO ACORDO DE TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS (TAX INFORMATION EXCHANGE AGREEMENT – TIEA), FIRMADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 20 DE MARÇO DE 2007, EM BRASÍLIA.

**AUTORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 43, DE 2007 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INFORMAÇÕES AO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA REFERENTE AO ACORDO DE TROCA DE INFORMAÇÕES FISCAIS (TAX INFORMATION EXCHANGE AGREEMENT – TIEA), FIRMADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM 20 DE MARÇO DE 2007, EM BRASÍLIA.

**AUTORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2007 - ORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2007**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO.

**AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

**PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.**  
**RESULTADO: APRECIADA**

**ITEM 02**  
**NÃO TERMINATIVO**

**MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2007**

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO PANAMÁ.

**AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA**

**PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.**

**RESULTADO: APRECIADA**

**EXTRA – PAUTA**

**ITEM 01**  
**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007 - CRE.**

REQUER NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE SEJA CONVIDADO A COMPARECER A ESTA COMISSÃO O SENHOR MARCEL GRANIER, PRESIDENTE DA RADIO CARACAS TELEVISION – RCTV – A ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DA VENEZUELA, RECENTEMENTE FECHADA PELO PRESIDENTE DAQUELE PAÍS, HUGO CHAVEZ, PARA QUE POSSA DISCORRER SOBRE OS ACONTECIMENTOS QUE CULMINARAM COM O REFERIDO FECHAMENTO.

**AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO.**

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2007 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

PARA DEBATER ASSUNTOS REFERENTES AOS PROBLEMAS E SOLUÇÕES PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA, COM A PRESENÇA DA SRA. ROSALIA ARTEAGA SERRANO, SECRETÁRIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 32 DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, APROVADO EM 17 DE MAIO DE 2007.

**RESULTADO: REALIZADA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA - CRE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2007 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

PARA DEBATER ASSUNTOS REFERENTES AOS PROBLEMAS E SOLUÇÕES PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA, COM A PRESENÇA DA SRA. ROSALIA ARTEAGA SERRANO, SECRETÁRIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 32 DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, APROVADO EM 17 DE MAIO DE 2007.

**RESULTADO: REALIZADA**

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007-CI, DE AUTORIA DO SENADOR DEMÓSTENES TORRES, APROVADO NA REUNIÃO DE 24 DE MAIO DE 2007.

**FINALIDADE:** DEBATER MATÉRIA CONSTANTE DO PLS Nº 137, DE 2006, QUE "DETERMINA QUE AS EMPRESAS OPERADORAS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL INSTALEM BLOQUEADORES DE SINAIS DE RADIOCOMUNICAÇÃO NAS PENITENCIÁRIAS ESTADUAIS E FEDERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**CONVIDADOS:** SENHORES PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY – SECRETÁRIO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SAL/MJ); WILSON SALLES DAMAZIO, DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, EM EXERCÍCIO, REPRESENTANDO O DIRETOR DO DEPEN, SENHOR MAURÍCIO KUEHNE; AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – SUBPROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA; MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – GERENTE-GERAL DE CERTIFICAÇÃO E ENGENHARIA DE ESPECTRO DA SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA ANATEL E TEN. CEL. BENEDITO DONIZETI MARQUES – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **RESULTADO: REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26/06/2007 – ORDINÁRIA**

**REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUE DELIBERAÇÃO DO PROJETO CONSTANTE NA PAUTA.**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR**

**REUNIÃO REALIZADA EM 14/06/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA - CAE**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, EXMO. SR. BERNARD APPY, A FIM DE DISCORRER SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA COM ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CHAMADA GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS NºS 30/2007-CAE E 10/2007-CDR, DE AUTORIA DO SENADOR TASSO JEREISSATI.

**RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 21/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA****ITEM Nº 1  
NÃO TERMINATIVO -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2003**

Altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinquenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Autoria: Senador AELTON FREITAS

Relatora: Senadora MARISA SERRANO

Parecer: Contrário ao Projeto e às Emendas nº 1-CAE, nº 2-CAE e nº 1 do Plenário.

Obs: Em reunião realizada no dia 31/05/2007, foi concedida vista coletiva a pedido dos Senadores Jayme Campos, João Pedro, Valter Pereira e Wellington Salgado, que até a presente data não se manifestaram.

**Resultado: Aprovado o parecer contrário ao Projeto e às Emendas nº 1-CAE, nº 2-CAE e nº 1 do Plenário.**

**ITEM Nº 2  
NÃO TERMINATIVO -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2007**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY

Relator: Senador MARCO MACIEL

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº01-CDR e nº 02-CDR.**

**ITEM Nº 3**

**NÃO TERMINATIVO -**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2007**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY

Relator: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR.**

**ITEM Nº 4**

**NÃO TERMINATIVO -**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2007**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY

Relator: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº01-CDR e nº 02-CDR.**

**REQUERIMENTO APROVADO:**

**Requerimento nº 13, de 2007 – CDR**

Requer, nos termos dos incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na relação de convidados para a Audiência Pública de que trata o Requerimento nº 12, de 2007 – CDR, o Senhor Arcebispo de João Pessoa/PB, Dom Aldo Pagotto.

**Autoria: Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**SOBRE “POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, COM A PRESENÇA DO MINISTRO DE ESTADO, SR. GEDDEL VIEIRA LIMA. RESULTADO: REALIZADA.**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 1**

**NÃO TERMINATIVO -**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2007**

Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências.

AUTOR: Senador Álvaro Dias

RELATOR: Senador Antônio Carlos Valadares

RELATÓRIO: Pela Rejeição.

**RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição. À CAS, em decisão terminativa.**

**ITEM 2**

**NÃO TERMINATIVO -**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007**

Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade

de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

AUTOR: Senador Renato Casagrande

RELATOR: Senador Expedito Júnior

RELATÓRIO: Pela aprovação.

**RESULTADO:** Aprovado o parecer pela aprovação. À CMA, em decisão terminativa.

#### **EXTRA-PAUTA:**

##### **REQUERIMENTO nº 13, de 2007 – CRA**

Requer a realização de audiência pública com a finalidade de discutir os índices de produtividade rural, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Leônicio Brito – Confederação Nacional de Agricultura - CNA

Sr. Rolf Hackbart – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Sr. Eliseu Alves – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Sr. Geraldo Barros – Centro Especializado de Pesquisa Econômica Aplicada – CEPEA

Sr. Guilherme Delgado – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

**Autora:** Senadora Kátia Abreu

**Resultado:** Aprovado, com adendo do Senador Sibá Machado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

##### **ITEM ÚNICO**

##### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com a finalidade de discutir os índices de produtividade rural, conforme o Requerimento nº 13 de 2007-CRA de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 13/06/2007 com adendo do Senador Siba Machado. Convidados: Sr. Leônicio Brito - Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA; Sr. Elizeu Alves - Assessor do Diretor-Presidente da Embrapa; Sr. Guilherme Delgado - Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA; Sr. César José de Oliveira – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA.

**RESULTADO: REALIZADA.**

#### **EXTRA-PAUTA**

##### **REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CRA**

Requer que seja realizada audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com os seguintes convidados:

Dr. José Roberto Rodrigues Peres – Gerente- Geral da Embrapa;

Dr. Luiz Carlos Balbino – Gerência de Planejamento e Negócios da Embrapa.

**Autoria:** Senadores João Ribeiro e Expedito Júnior.

**Resultado:** Aprovado.

#### **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS - CRA**

##### **REUNIÃO REALIZADA EM 28/06/2007**

##### **ITEM ÚNICO**

##### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

EM CUMPRIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 7. DE 2007 - CRA-BIO, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR PROPOSTAS PARA ESTIMULAR, APRIMORAR E VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DO BIODIESEL NA REGIÃO NORDESTE. COM A PARTICIPAÇÃO DOS SEGUINTE CONVIDADOS: 1)- JOSÉ NILTON DE SOUZA VIEIRA – ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; 2)- RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; 3)- LUÍS SÉRGIO FARIAS MACHADO - GERENTE DO PRONAF E DE CRÉDITOS FUNDIÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB; 4)- MOZART SCHMITT DE QUEIROZ – GERENTE EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DA ÁREA DE GÁS E ENERGIA – PETROBRAS. AUTOR:



SENADOR CÉSAR BORGES.  
**RESULTADO: REALIZADA.**

**EXTRA-PAUTA:**

**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007 – CRABIO**

Requer que seja convidada a Senhora Elimara Aparecida Assad Sallum, Assessora Sindical da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA para participar como expositora na reunião de audiência pública, objeto do Requerimento nº 4, 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador Cicero Lucena.

**Autoria: Senador João Tenório.**

**Resultado: Aprovado.**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 06/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 82, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE. CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCADORA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CEDRAL, ESTADO DE SÃO PAULO.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 79, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS COMUNIDADES CARENTES DO MUNICÍPIO DE ANORI - SOBEA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANORI, ESTADO DO AMAZONAS.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 56, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À JR RADIODIFUSÃO LTDA.. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MURICI, ESTADO DE ALAGOAS.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 66, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.”

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

**RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS**

**PARECER: FAVORÁVEL**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 80, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO BAIRRO SANTA CRUZ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PALMAS DE MONTE ALTO, ESTADO DA BAHIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 83, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CLUBE FM DE CEILÂNDIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07  
NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007 - CCT**

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO. A REFERIDA AUDIÊNCIA DEVE-SE AO

DEBATE ORA REALIZADO PELA SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO FEDERAL, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE EVITAR UMA CRISE ENERGÉTICA A PARTIR DE 2010. INDICAREI ATÉ A PRÓXIMA SEMANA OS NOMES DAS AUTORIDADES, LIDERANÇAS ACADÊMICAS E CIENTISTAS CREDENCIADOS A DEBATER O PRESENTE TEMA.”

AUTORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

**RESULTADO: APROVADO**

**EXTRA-PAUTA**

**ITEM 01  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 101, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO CANDELÁRIA FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02  
NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 12, DE 2007 - CCT**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V, E 93, II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CCT), PARA INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2005, DE AUTORIA DO SENADOR PEDRO SIMON, QUE ESTÁ SENDO RELATADO NESTA COMISSÃO PELO SENADOR VALTER PEREIRA. PARA A AUDIÊNCIA SERÃO CONVIDADOS OS SEGUINTE ESPECIALISTAS: CARMEM LÚCIA RIBEIRO PEREIRA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS; EVANDRO GUIMARÃES - ABERT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO; MARCIO NOVAES - ABRATEL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO TECNOLOGIA

E TELECOMUNICAÇÕES; LUIZ MARTINS - COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; ALBERTO DINES - OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA.”

**AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI**

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 03**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 - CCT**

“NOS TERMOS DOS ARTS. 90 E 93, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PERANTE ESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT, COM O OBJETIVO DE INSTRUIR A DISCUSSÃO DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO RÁDIO DIGITAL NO BRASIL. SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DAS RESPECTIVAS COMISSÕES, REQUEIRO SEJAM CONVIDADOS: A) ANDRÉ BARBOSA FILHO - CASA CIVIL; B) MARCELO BECHARA - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; C) ARA APKAR MINASSIAN - ANATEL; D) RONALD BARBOSA - ABERT; E)

PROFESSOR HUMBERTO - PROFESSOR DE ENGENHARIA ELÉTRICA - UNB; F) ROBERTO FRANCO - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE TELEVISÃO - SET; G) CELSO SCHROEDER - FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO - FNDC; H) JACKSON ALEXANDRE SOSA - GRUPO RF/TELAVO (INDÚSTRIA DE TRANSMISSÃO); I) SÉRGIO SOUZA DIAS - PRESIDENTE CEITEC (SEMI CONDUTORES); J) LAÉRCIO CONSENTINO - TOTVS (INDÚSTRIA DE SOFTWARE); L) MORRIS ARDITTI - GRADIENTE (INDÚSTRIA DE RECEPÇÃO).”

**AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

**RESULTADO: APROVADO**

#### **ITEM 04**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 - CCT**

“NOS TERMOS DOS ARTS. 90, 93, E 113 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PERANTE ESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ, COM O OBJETIVO DE DEBATER O PLC Nº 89, DE 2003, QUE “ALTERA O DECRETO-LEI Nº. 2.848, D4 7 DE DEZEMBRO DE 1940 – CÓDIGO PENAL E A LEI Nº. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PLS Nº 76, DE 2000, QUE “DEFINE E TIPIFICA OS DELITOS INFORMÁTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” E COM O PLS 137, DE 2000, QUE “ESTABELECE NOVA PENA AOS CRIMES COMETIDOS COM A UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES.” OS NOMES DOS CONVIDADOS SERÃO INDICADOS POSTERIORMENTE EM CONJUNTO COM A CCJ.

**AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

**RESULTADO: APROVADO**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 12/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

#### **ITEM ÚNICO**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 032, DE 2007**

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O INCISO XXI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA**

**PARECER: FAVORÁVEL, COM 21 EMENDAS QUE APRESENTA, NA FORMA DO PARECER APROVADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, E PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS 10, 23 E 29.**

**OBS.1: NO PRAZO REGIMENTAL, FORAM OFERECIDAS, PERANTE ESTA COMISSÃO, 69 (SESSENTA E NOVE) EMENDAS AO PROJETO**

**OBS.2: A MATÉRIA TRAMITA SIMULTANEAMENTE NESTA COMISSÃO E NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 375 DO REGIMENTO**

INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)

OBS.3: NO DIA 30/05/07 A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA APROVA O PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO COM EMENDAS

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: DEBATER O TEMA “CONTEÚDO AUDIOVISUAL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA”

**AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLEXA RIBEIRO**

CONVIDADOS: ROBERTO PINTO MARTINS, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; AMILCARE DALLEVO JÚNIOR, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; JOSÉ FERNANDES PAULETTI, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX; FERNANDO DIAS, Presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27/06/2007 - EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01**

**NÃO TERMINATIVO**

**PETIÇÃO Nº. 002, DE 2007**

“ENCAMINHA CÓPIA DE DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº. 2006.51.11.000219-2, IMPETRADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM FACE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA E FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE - FEEMA, REFERENTE A LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO NUCLEAR CONHECIDO COMO USINA ANGRA III.”

**AUTORIA: VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS**

**RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI**

**PARECER: CONCLUINDO PELO NÃO CONHECIMENTO DA PETIÇÃO Nº. 2, DE 2007 E PELO SEU ARQUIVAMENTO**

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 30/05/07 E 06/06/2007

**RESULTADO: APROVADO O PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DA PETIÇÃO Nº 2, DE 2007 E PELO SEU ARQUIVAMENTO.**

**ITEM 02**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 121, DE 2005**

“ALTERA O ART. 23 DO DECRETO-LEI Nº. 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969, QUE INSTITUI NORMAS BÁSICAS SOBRE ALIMENTOS, PARA ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR O VALOR ENERGÉTICO DE PRODUTOS APRESENTADOS EM PROPAGANDAS DE ALIMENTOS E BEBIDAS.”

**AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES**

**RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**

**PARECER: FAVORÁVEL**

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 09/05/2007 FOI CONCEDIDA VISTA À SENADORA IDELI SALVATTI

OBS.2: NO DIA 29/05/2007 A SENADORA IDELI SALVATTI APRESENTA VOTO EM SEPARADO, NA FORMA DO SUBSTITUTO OFERECIDO

OBS.3: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 06/06/07

**RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 001 – CCT (SUBSTITUTIVO), CONSTANTE DO VOTO EM SEPARADO DA SENADORA IDELI SALVATTI, COM A ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO SUGERIDA PELO SENADOR FLÁVIO ARNS.**

**ITEM 03**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 328, DE 2006**

“ALTERA O § 4º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996, PARA SUBSTITUIR O TEXTO DA ADVERTÊNCIA A SER INSERIDA NA PROPAGANDA DE MEDICAMENTO.”

**AUTORIA: SENADOR OSMAR DIAS**

**RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

**PARECER: FAVORÁVEL**

OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 123, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA S/A PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 87, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, AMBIENTAL E ESPORTIVA DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 104, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO, CULTURA E TRABALHO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE MOJI DAS CRUZES, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 97, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JESUS MARIA E JOSÉ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VISEU, ESTADO DO PARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 08  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 117, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL SÃO JUDAS TADEU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE ITAÚNA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 09  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 12, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ITABIRA - MG A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITABIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 10  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 70, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TAPEJARA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 11  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 103, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SÃO JORGE D'OESTE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JORGE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 12  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 95, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO MUNDIAL S.A. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA FRANCISCO DORNELLES

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 13  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 92, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DR. JOÃO MOREIRA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GILVAM BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 14  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 96, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ACVC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VESPASIANO CORRÊA A EXECUTAR, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE

VESPASIANO CORRÊA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 15**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 105, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO ESMERALDA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VACARIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 16**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 67, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 17**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 94, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À JR RADIODIFUSÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE JOAQUIM GOMES, ESTADO DE ALAGOAS.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA AD HOC: SENADOR FLEXA RIBEIRO  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 18**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 98, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, EDUCACIONAL DE COMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO DE CANTO DO BURITI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANTO DO BURITI, ESTADO DO PIAUÍ.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA AD HOC: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 19**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 111, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DE CRUCILÂNDIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CRUCILÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO  
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
PARECER: FAVORÁVEL  
**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 20****NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº. 10/2007 – CCT**

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA ACRESCIDO AO REQUERIMENTO DE Nº. 10 DE MINHA AUTORIA, O NOME DO SR MANOEL SANTANA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS AUTORIZADAS DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (ABRAMULTI).”

**AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO**

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 21****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 17 - CCT**

“REQUEREMOS, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, PARA DISCUTIR O PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA. DEVERÁ SER CONVIDADO PARA A AUDIÊNCIA O ALMIRANTE DE ESQUADRA JÚLIO SOARES DE MOURA NETO, COMANDANTE DA MARINHA”

**AUTORIA: SENADORES AUGUSTO BOTELHO E MARCELO CRIVELLA**

**RESULTADO: APROVADO**

**EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 17 - CCT**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DOS ARTS. 58, PARÁGRAFO 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E 90, INCISOS II E V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADAS AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ), DISCUTIREM A QUESTÃO DOS LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), NA PESSOA DE SEU DIRETOR-PRESIDENTE, DR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO; CONSELHO NACIONAL DE AUTO-REGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA (CONAR), NA PESSOA DE SEU PRESIDENTE DR. GILBERTO C.LEIFERT; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE (ABAP), NA PESSOA DE SEU PRESIDENTE NACIONAL, PUBLICITÁRIO DAILTON PASTORE; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT), NA PESSOA DO SEU REPRESENTANTE EM BRASÍLIA (DF), DR. FLÁVIO CAVALCANTI FILHO; CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO (AMCHAM/SÃO PAULO) NA PESSOA DO PRESIDENTE DE SUA FORÇA-TAREFA NACIONAL SOBRE A ANVISA, ADVOGADO GUSTAVO MORAES; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES (ABA), NA PESSOA DO SEU VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO, DR. RAFAEL SAMPAIO”.

**AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

**RESULTADO: APROVADO**



# **RELATÓRIO**

## **JUNHO/2007**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 53ª LEGISLATURA**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS**

**JUNHO/2007**

**Reuniões Ordinárias Convocadas..... 00**

**Reuniões Ordinárias Realizadas.....00**

**Reuniões Extraordinárias Convocadas.....05**

**Reuniões Extraordinárias Realizadas.....04**

**Total de Reuniões Realizadas.....04**

**Total de Proposições Apreciadas.....33**

### **PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS**

<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)</b>	<b>JUNHO</b>
<b>PELA APROVAÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	<b>-</b>
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	<b>-</b>
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	<b>-</b>
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	<b>-</b>
<b>PELO SOBRESTAMENTO</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>

<b>PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)</b>	<b>JUNHO</b>
<b>PELA APROVAÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	<b>-</b>
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	<b>-</b>
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	<b>-</b>
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	<b>-</b>
<b>PELO SOBRESTAMENTO</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>02</b>

<b>PETIÇÃO (PET)</b>	<b>JUNHO</b>
<b>PELA APROVAÇÃO</b>	-
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	-
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	-
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	01
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	-
<b>PELO SOBRESTAMENTO</b>	-
<b>TOTAL</b>	01

<b>REQUERIMENTO (RQS)</b>	<b>JUNHO</b>
<b>PELA APROVAÇÃO</b>	06
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	-
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	-
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	-
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	-
<b>PELO SOBRESTAMENTO</b>	-
<b>TOTAL</b>	06

### **PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS**

<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)</b>	<b>MAIO</b>
<b>PELA APROVAÇÃO</b>	23
<b>PELA REJEIÇÃO</b>	-
<b>PELA PREJUDICIALIDADE</b>	-
<b>PELO ARQUIVAMENTO</b>	-
<b>PELA AUDIÊNCIA DA CCJ</b>	-
<b>PELO SOBRESTAMENTO</b>	-
<b>TOTAL</b>	23

# **TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS E TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS**

**FEVEREIRO/JUNHO/2007**

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00  
 Reuniões Ordinárias Realizadas.....00  
 Reuniões Extraordinárias Convocadas.....18  
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....18  
 Total de Reuniões Realizadas.....18

PARECERES	AVS	DIV	ECD	INS	MSF	PDS	PET	PLC	PLS(T)	PLS (NT)	OFS	RQS	RQS - PLEN
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-	-	143	-	02	-	02	-	18	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	144	01	02	-	02	01	18	-

**TOTAL GERAL: 168**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães \*  
PFL – César Borges\*  
PDT – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella\*  
PMDB – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
PP – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

PFL – Edison Lobão\*  
PMDB – Roseana Sarney \*  
PTB – Epitácio Cafeteira \*\*

### Pará

PSOL – José Nery\*<sup>S</sup>  
PSDB – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
PSDB – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

PFL – Marco Maciel\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*  
PMDB – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*  
PFL – Romeu Tuma\*  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
PFL – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

PFL – Demóstenes Torres \*  
PSDB – Lúcia Vânia\*  
PSDB – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro \*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*  
PFL – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*  
PMDB – Pedro Simon\*\*

### Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*  
PC do B – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

PFL – Efraim Morais\*  
PMDB – José Maranhão\*  
PSDB – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata\*  
PR – Magno Malta\*  
PSB – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

PFL – Heráclito Fortes\*  
PMDB – Mão Santa \*  
PTB – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho \*  
PFL – José Agripino\*  
PFL – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*  
PMDB – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
PFL – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

PMDB – Renan Calheiros\*  
PSDB – João Tenório\*<sup>S</sup>  
PRTB – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

PMDB – Almeida Lima\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*  
PFL – Maria do Carmo Alves \*\*

### Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio\*  
PDT – Jefferson Péres\*  
PR – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns\*  
PDT – Osmar Dias \*  
PSDB – Alvaro Dias \*\*

### Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PT – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral \*  
PMDB – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque \*  
PFL – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
PMDB – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

PR – João Ribeiro \*  
PMDB – Leomar Quintanilha\*  
PFL – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

PMDB – Gilvam Borges\*  
PSDB – Papaléo Paes\*  
PMDB – José Sarney \*\*

### Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide\*  
PMDB – Valdir Raupp\*  
PR – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho\*  
PMDB – Romero Jucá\*  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)**  
**(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

**(Requerimento nº 401, de 2007)**

**(13 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**  
**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**  
**Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)**

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b>	
<b>(PFL/PSDB)</b>	
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
<b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

**Leitura: 25.4.2007**  
**Designação: 15.5.2007**  
**Instalação: 17.5.2007**  
**Prazo Final: 26.11.2007**

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

**(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)**

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT) <sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT



**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB****Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
<b>PFL ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**

**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**  
(5 titulares)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB  
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB**  
**Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**

**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E  
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI  
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995      **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003  
**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999      **5ª Eleição Geral:** 23.11.2005  
**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001      **6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha** <sup>8</sup>  
**Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana** <sup>3</sup>

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) <sup>2</sup>	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) <sup>5</sup>	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup>	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) <sup>1</sup>	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima <sup>4</sup>	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>PFL</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Marisa Serrano <sup>7</sup>	MS	3016
Arthur Virgílio <sup>6</sup>	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 27.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>4</sup> Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

<sup>5</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007.

<sup>6</sup> Eleito na Sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.06.2007.

<sup>7</sup> Eleita na Sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.06.2007.

<sup>8</sup> Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2 4</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PFL</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PFL-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>1</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>1</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>PFL</b>	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/PFL/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



EDIÇÃO DE HOJE: 174 PÁGINAS